

# Relato Integrado 2018



# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>	<b>52</b>
MENSAGEM DO DIRETOR SUPERINTENDENTE	4	Desenvolvimento de pessoas	56
SOBRE ESTE RELATÓRIO	5	Qualidade de vida	56
O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA	5	<b>GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>	<b>58</b>
Panorama atual	6	Conformidade legal	58
Riscos sistêmicos	7	<b>GESTÃO PATRIMONIAL</b>	<b>60</b>
Cenário nacional e internacional	10	Escritórios de representação	60
A PREVIC	11	Sustentabilidade ambiental	60
Modelo de negócio	12	<b>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	<b>60</b>
Estrutura organizacional	13	Conformidade	60
<b>GOVERNANÇA</b>	<b>14</b>	Governança de tic	60
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	16	Contratações em tic	61
Implementação da estratégia organizacional	17	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>62</b>
Acordo de metas e gestão e desempenho	20	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	63
GESTÃO DA INTEGRIDADE	20	BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	64
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	23	BALANÇO PATRIMONIAL	65
<b>RESULTADO DE GESTÃO</b>	<b>26</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>70</b>
CADEIAS FINALÍSTICAS	27	LISTA DE TABELAS	71
CADEIA 1: DIRETRIZES TÉCNICAS E NORMATIVAS	28	LISTA DE FIGURAS	72
CADEIA 2: SUPERVISÃO PRUDENCIAL	32	LISTA DE GRÁFICOS	73
CADEIA 3: RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	41	LISTA DE SIGLAS	74
<b>CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO</b>	<b>45</b>	EXPEDIENTE	76
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	46		
GESTÃO DE CUSTOS	51		

# Apresentação



# Mensagem do Diretor Superintendente

Em 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) desenvolveu estratégias e implementou ações de gestão que contribuíram para o aprimoramento do arcabouço regulatório e da fiscalização do setor. A Autarquia revisou seu Planejamento Estratégico 2017-2020 e seu Mapa Estratégico, construiu sua Cadeia de Valor e atualizou o Plano de Ação 2017-2018 para o biênio 2018-2019.

Junto ao Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), foram aprovadas medidas importantes que apontam para a redução do custo de observância das entidades, aumento da segurança dos participantes e crescimento do sistema.

A Previc também proporcionou mais clareza na definição de condições e procedimentos a serem observados pelas fundações na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávits e no equacionamento de deficits dos planos de benefícios, bem como estabeleceu os principais parâmetros mínimos aplicáveis ao passivo atuarial dos planos.

O Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), um pertinente instrumento de comunicação e supervisão prudencial, apresentou o cenário do setor de previdência complementar fechada e suas perspectivas econômicas, com foco nos principais riscos e nas medidas adotadas para mitigá-los.

Com o intuito de criar um ambiente favorável para que os fundos de pensão ofereçam novos produtos que ampliem a proteção previdenciária dos participantes e aumentem a transparência das informações prestadas, foi regulamentada a contratação de seguros para cobertura de riscos decorrentes de invalidez de participante, morte ou sobrevivência de participante ou assistido e desvio de hipóteses atuariais.

Outra inovação relevante para o setor foi a autorização para inscrição de planos de benefícios previdenciários no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A regra fortalece a independência patrimonial e confere mais segurança aos participantes dos planos, além de facilitar a operação jurídica nos casos de reorganizações societárias, tais como cisão, fusão, incorporação e transferência de gerenciamento.

Na área contábil, a prestação de serviços de auditoria independente para as fundações foi alinhada às melhores práticas do setor. A medida aumenta o escopo da supervisão e proporciona mais confiabilidade às informações contábeis.

Um importante avanço regulatório que pode contribuir significativamente para o crescimento do sistema é a autorização para funcionamento de planos de benefícios para cônjuges e dependentes econômicos dos atuais participantes, oferecidos por instituidor.

Adicionalmente foram estabelecidos novos critérios para constituição e destinação do Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa (PGA) das entidades. Agora, as fundações podem utilizar os recursos para fomento e prospecção de novos participantes ou planos de benefícios, com ganhos de escala, diminuindo os custos individuais para cobertura das despesas administrativas.

Junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN), foi atualizada a resolução que disciplina os investimentos realizados pelas fundações. Com este novo marco regulatório, as entidades serão conduzidas ao aprimoramento de sua gestão interna, de modo a mitigar os riscos inerentes ao gerenciamento dos ativos e proporcionar mais segurança a participantes e patrocinadores.

As exigências referentes a transparência, governança e gestão de riscos foram elevadas para a segurança das fundações. O dever fiduciário dos envolvidos no processo de assessoramento e decisão de investimentos tornou-se mais claro.

Foram revisados os requisitos mínimos para elaboração da Política de Investimento, as diretrizes gerais para perfis de investimento e a exigência de segregação das funções de gestão de recursos e de risco para as Entidades Sistemicamente Importantes (ESI).

Para aumentar o intercâmbio de informações e aprimorar seus processos de supervisão, a Previc assinou acordos de cooperação técnica com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com o Tribunal de Contas da União (TCU). O relacionamento com a sociedade foi ampliado também por meio de consultas públicas sobre instruções referentes a regras de investimento, contratação de seguros, procedimentos contábeis, seleção de gestores, governança e transparência das entidades.

Ainda, a Previc criou um Comitê de Governança para orientar e supervisionar a implementação de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e diretrizes da moderna governança e pela adoção de instrumentos para o aprimoramento do processo decisório, do programa de integridade, da transparência e da política de gestão de riscos e controles internos.

E, para marcar esse momento de renovação, foi desenvolvida e divulgada uma nova marca para a Previc, escolhida por uma votação interna, com intensa participação dos servidores da casa.

Em 2018, a Previc presidiu o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), entidade responsável pelo fomento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), que integra entidades públicas e privadas interessadas em promover temas relacionados a finanças pessoais, consumo consciente, previdência, seguros e relação equilibrada com o dinheiro. A principal iniciativa foi a realização da 5ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana Enef), que contemplou 7.350 ações de educação financeira, aproximadamente o dobro do número registrado no ano anterior. As ações presenciais e à distância alcançaram mais de 4 milhões de pessoas em todo o país.

No cenário internacional, cabe destacar a eleição do Brasil, representado pela Previc, para membro do Comitê Executivo da *International Organisation of Pension Supervisors* (IOPS). A participação no comitê ajudará no desenvolvimento de ações e projetos de promoção das melhores práticas globais, além de desenvolver o ambiente doméstico regulatório e de supervisão prudencial.

Por fim, a Previc reafirma seu compromisso de atuar na supervisão das fundações de forma ágil, eficiente e transparente, com a missão institucional de garantir a higidez e a sustentabilidade do sistema de previdência complementar fechado.

Fábio Coelho  
Diretor-Superintendente Substituto





SOBRE ESTE RELATÓRIO

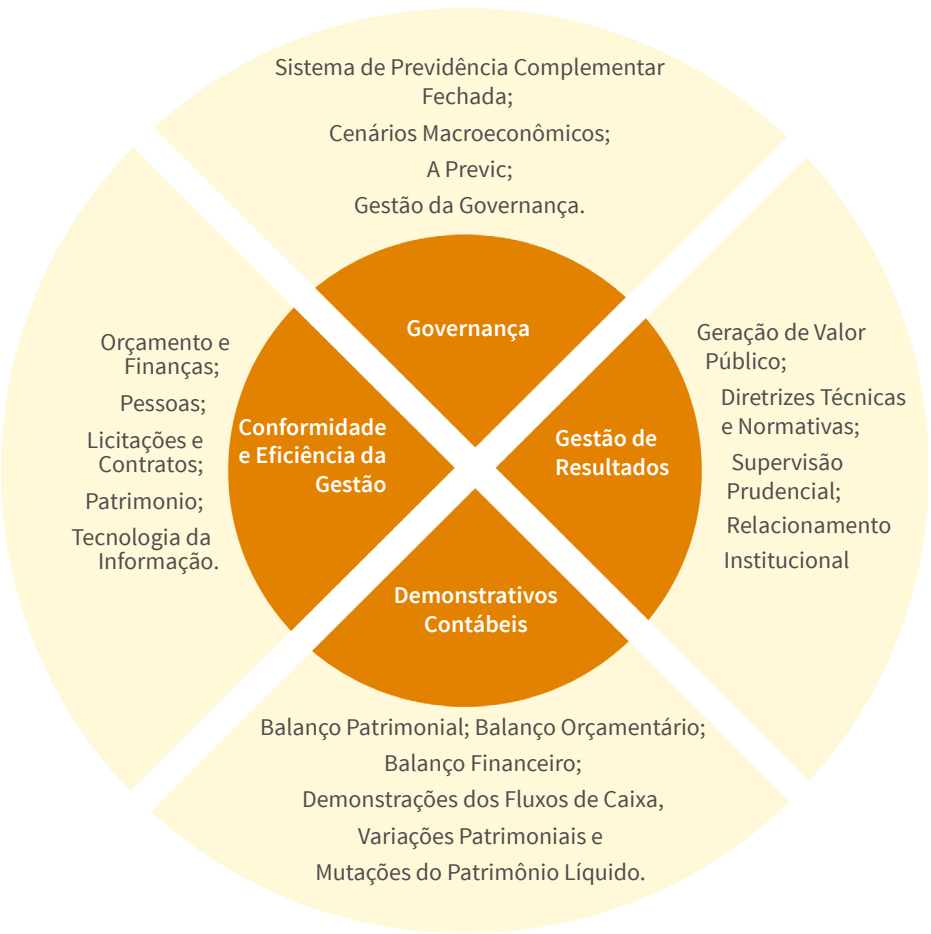
Este relatório segue as disposições da Decisão Normativa TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, quanto à forma, conteúdo e organização. A orientação do TCU adequa o modelo de Relato Integrado do *International Integrated Report Council* (IIRC) às necessidades de controle da Administração Pública Federal, unificando informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa e mostrando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro de uma organização levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos.

MATERIALIDADE

Respeitadas as especificações da DN nº 170/2018, o mapeamento dos temas relevantes e a definição do nível de aprofundamento adequado à finalidade deste relatório buscam demonstrar como a Previc gera valor para a sociedade ao longo do tempo, aos diversos públicos de interesse: cidadãos, participantes de planos de benefícios previdenciários, fundos de pensão e demais entidades do sistema de previdência complementar fechado, sociedade civil, a própria Administração, órgãos reguladores e supervisores do sistema financeiro.

Para avaliação e priorização dos temas relevantes que impactam a capacidade da Previc de criar valor, foi criado grupo de trabalho abrangendo todas as áreas da Autarquia para analisar as expectativas dos seus públicos de interesse, o planejamento estratégico e indicadores de desempenho, índices setoriais e os processos da cadeia de valor.

Os temas materiais foram então organizados em quatro grupos, conforme apresentados no quadro a seguir:



O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

A previdência complementar fechada constitui importante instrumento de proteção ao trabalhador, além de contribuir para a manutenção do poder aquisitivo das famílias e para a formação de poupança interna de longo prazo, necessária para ampliar a capacidade de investimento do País e diversificar as fontes de financiamento do crescimento econômico.

A estabilidade do segmento de previdência complementar é definida como a capacidade em manter o equilíbrio técnico, a hígidez e o regular funcionamento do sistema, entendido como a administração dos recursos dos participantes e o pagamento das obrigações devidas.

A credibilidade é fator determinante para o desenvolvimento e sustentabilidade do sistema de previdência complementar fechada.

Atualmente o sistema conta com três tipos de Planos de Benefícios: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV). Tais planos apresentam características bem diferenciadas, das quais destacam-se os seguintes pontos específicos:

• Planos BD

Na contratação do plano, os participantes têm conhecimento do nível de benefício ou do valor a ser recebido após o cumprimento das condições necessárias à aposentadoria. Tais planos adicionam riscos atuariais à sua gestão, pois a capitalização dos recursos aportados deve resultar necessariamente em montantes que garantam o pagamento dos benefícios contratados.

• Planos CD

Os benefícios a serem percebidos após a aposentadoria resultam dos recursos acumulados pelos participantes até o momento da aposentadoria, decorrentes dos aportes das suas contribuições e do patrocinador, quando for o caso, e acrescidos dos seus rendimentos.

• Planos CV

São planos que conjugam as características dos planos CD na fase de contribuição e de BD na fase assistida. Além da reserva a ser empregada nos benefícios de aposentadoria, podem ser constituídos fundos que financiarão alguns benefícios de risco atuarial, de caráter mutualista, e que também resultam da capitalização das contribuições mensais dos participantes

PANORAMA ATUAL

Em 2018, o Sistema Fechado de Previdência Complementar contava com 1.101 planos de benefícios, administrados por 298 entidades, obedecendo às seguintes especificações quanto a origem de patrocínios e especificidade quanto aos tipos de planos:

Tabela 1 - Quantidade de entidades, planos e ativos totais

Dezembro / 2017			Dezembro / 2018	
Patrocínio Predominante	Quantidade	Ativo Total-R\$ bilhões	Quantidade	Ativo Total-R\$ bilhões
Público Federal	37	437	37	475
Público Municipal e Estadual	52	78	52	82
Privado	196	319	188	338
Instituidores	21	8	21	9
Total	306	842	298	904

Tabela 2 - Quantidade de planos e ativo total por modalidade

Dezembro / 2017			Dezembro / 2018	
Modalidade	Quantidade	Ativo Total-R\$ bilhões	Quantidade	Ativo Total-R\$ bilhões
BD	317	533	313	566
CV	354	196	437	216
CD	431	109	351	120
Total	1102	838	1101	902*

\*Não inclui ativo dos PGA e dos planos assistenciais

Fonte: Previc/Infger em 26/03/2019

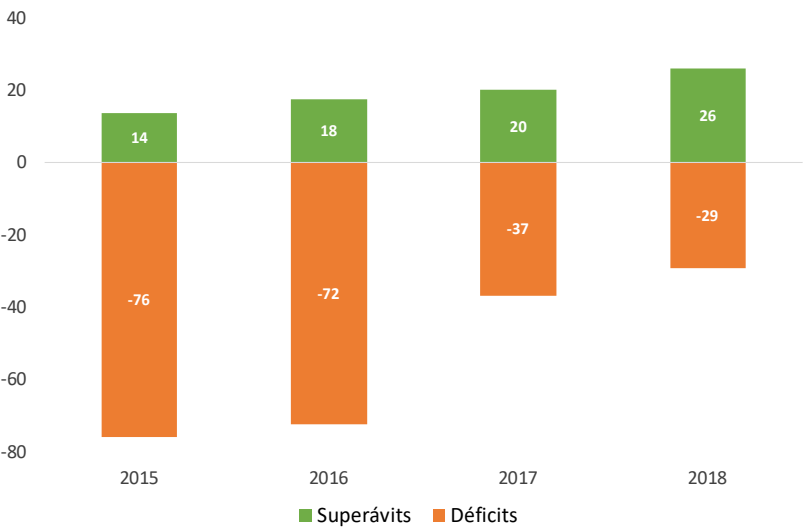
A pequena redução do número de entidades decorre sobretudo do encerramento de algumas fundações vinculadas a empresas privadas, que optaram pela transferência de gerenciamento dos planos de benefícios a outras entidades também dedicadas a esse fim (EFPC multipatrocinadas), em virtude da busca de ganho em eficiência operacional.

Os ativos totais do sistema cresceram de R\$ 842 bilhões para R\$ 904 bilhões, uma variação nominal de 7,3%.

O deficit acumulado agregado reduziu-se de R\$ 37 bilhões para R\$ 29 bilhões, enquanto o superavit acumulado agregado aumentou de R\$ 20 bilhões para R\$ 26 bilhões. Houve, em relação ao resultado do sistema, uma melhora de R\$ 14 bilhões no ano de 2018 em relação a 2017.

Estes resultados decorreram principalmente do equacionamento de deficits em curso e também da perspectiva de recuperação da economia, refletida na valorização das ações no primeiro e no terceiro trimestres de 2018, bem como do regular retorno dos títulos públicos federais. O resultado agregado do sistema fechou com um déficit de R\$ 3 bilhões em 2018.

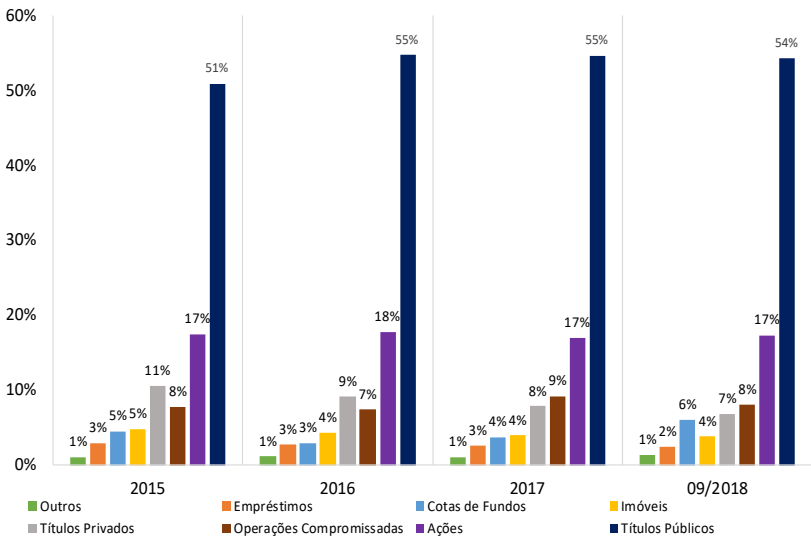
Gráfico 1 - Evolução de superávits e déficits



A gestão financeira dos planos de benefícios deve considerar as necessidades específicas de cada plano, garantindo assim a cobertura de seus passivos previdenciários. Devido a suas características de poupança de longo prazo, os recursos existentes dos fundos de pensão podem financiar operações de infraestrutura e fomentar o desenvolvimento econômico.

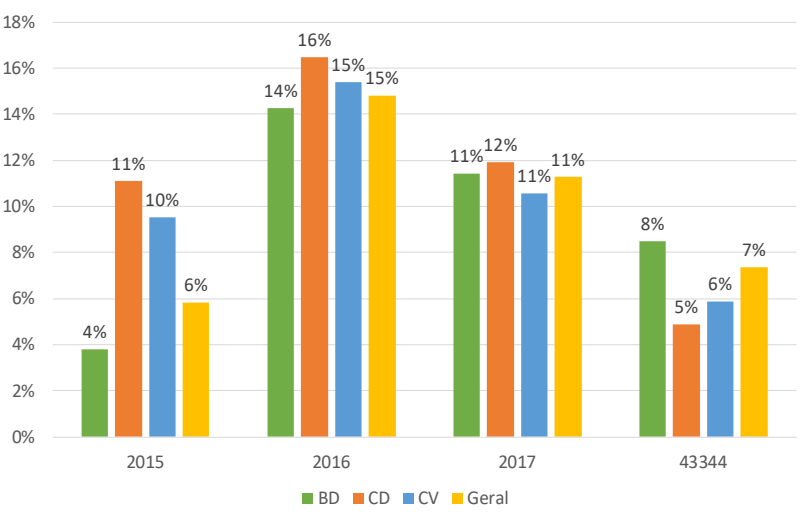
No gráfico abaixo, é possível verificar a distribuição percentual histórica dos investimentos dos Planos Fechados de Benefícios Previdenciários alocados por classes de ativos.

Gráfico 2 - Distribuição de investimentos por classe de ativos



A rentabilidade do sistema apresentou desempenho satisfatório. O rendimento médio do sistema foi de 7,34% nos nove primeiros meses de 2018, frente a uma taxa de referência de passivo de 7,23% (INPC + 5,32%). Cálculos preliminares indicam que a rentabilidade média do sistema em 2018 foi em torno de 10%.

Gráfico 3 - Rentabilidade por modalidade de plano e geral



A seleção dos investimentos pelas EFPC deve, por sua vez, avaliar a compatibilidade dos retornos esperados aos níveis de riscos incorridos.

RISCOS SISTÊMICOS

Os principais riscos sistêmicos são os de liquidez, de crédito de solvência e atuarial.

Risco de liquidez

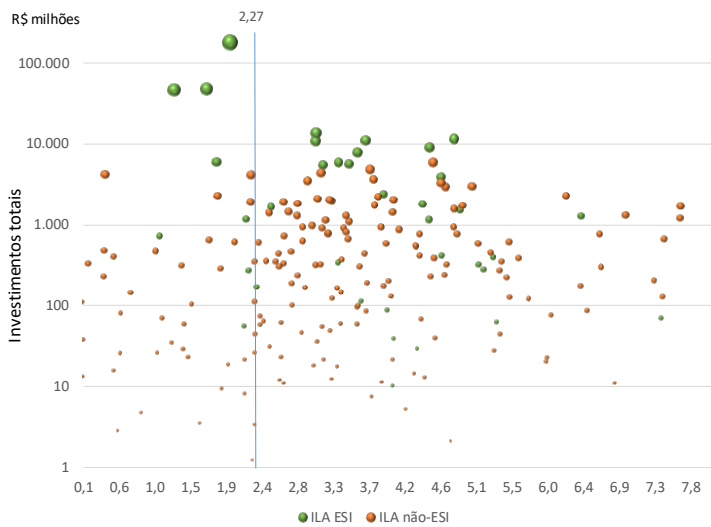
Risco de liquidez é a probabilidade de falta ou encarecimento de recursos para pagamento de obrigações nos prazos em que são devidas.

O risco de liquidez do sistema permanece baixo. No consolidado, o sistema detém ativos elegíveis à realização em volume suficiente para honrar suas obrigações no curto e no médio prazos.

O Índice de Liquidez Ampla (ILA) mensura a disponibilidade de ativos líquidos para fazer frente às obrigações com participantes projetadas para cinco anos.

Na média, os ativos líquidos excedem em mais de duas vezes a necessidade de caixa para o cumprimento das obrigações de pagamentos de benefícios junto aos participantes.

Gráfico 4 - Índice de liquidez amplo (ILA)



Atuação da Previc sobre este risco:

O ILA inferior a 1 em alguns planos denota a existência de problemas para o pagamento de benefícios previdenciários no curto prazo. Os planos nessa situação são objeto de ação de supervisão com vistas à adoção de medidas saneadoras, de modo a garantir que a gestão dos fluxos de pagamentos dos ativos seja compatível com os prazos e o montante das obrigações atuariais, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à probabilidade do tomador de recursos, também chamado de contraparte, não pagar ou honrar as obrigações assumidas, tanto no que tange ao principal quanto ao serviço da dívida.

O monitoramento das aplicações dos recursos dos planos de benefícios revela que as carteiras de investimentos de uma maneira geral não apresentam problemas quanto a investimentos vinculados a operações de crédito privado.

Todavia, em alguns planos específicos se detectou razoável probabilidade de perdas atreladas a ativos de crédito. Tais conclusões derivam da constatação de falhas no processo de análise de investimentos e ainda da existência de possíveis fraudes por parte dos emissores dos referidos ativos.

Atuação da Previc sobre este risco:

A Previc desenvolveu o cálculo de dois indicadores que visam a averiguar a possibilidade de perdas financeiras ocasionadas por investimentos em títulos privados. São eles: Perda Esperada e Perda Esperada Agravada.

Os indicadores avaliam os possíveis impactos financeiros nas carteiras de investimentos dos planos de benefícios derivados do não pagamento das obrigações presentes

nos títulos de crédito privado que compõem as referidas carteiras. O indicador Perda Esperada representa as probabilidades de prejuízos inerentes a toda operação de crédito. Esse risco é mensurado pelas características particulares dos emissores dos títulos e dos mercados onde atuam. Seu cálculo utiliza as informações dos emissores disponíveis à Previc.

O cálculo da Perda Esperada Agravada, por sua vez, considera a falta de informação como fator agravante das notas de risco. Ou seja, atribuem-se características mais gravosas de risco para aqueles ativos sem informações confiáveis, conforme metodologia própria.

Os gráficos a seguir corroboram a percepção de que o risco de crédito das carteiras de investimentos dos planos de benefícios encontra-se em nível aceitável, não representando risco significativo para o sistema como um todo. Porém, destaca-se que alguns planos apresentam risco elevado que merecem atenção da supervisão da Previc.

Gráfico 5 - Risco de crédito - perdas esperadas

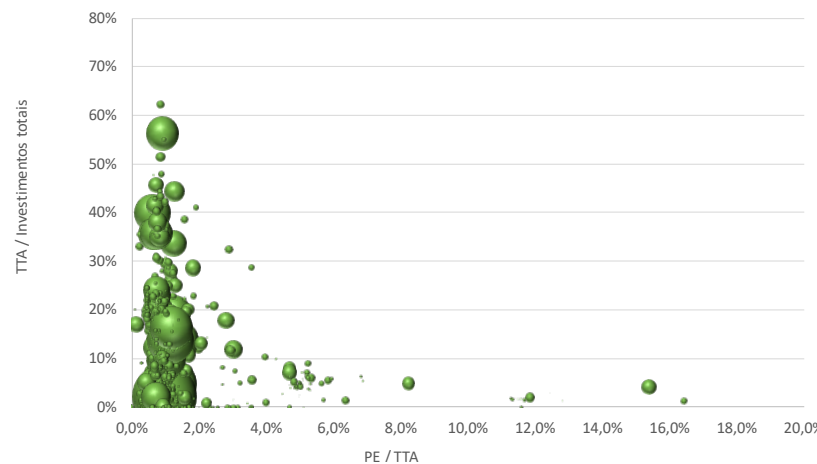
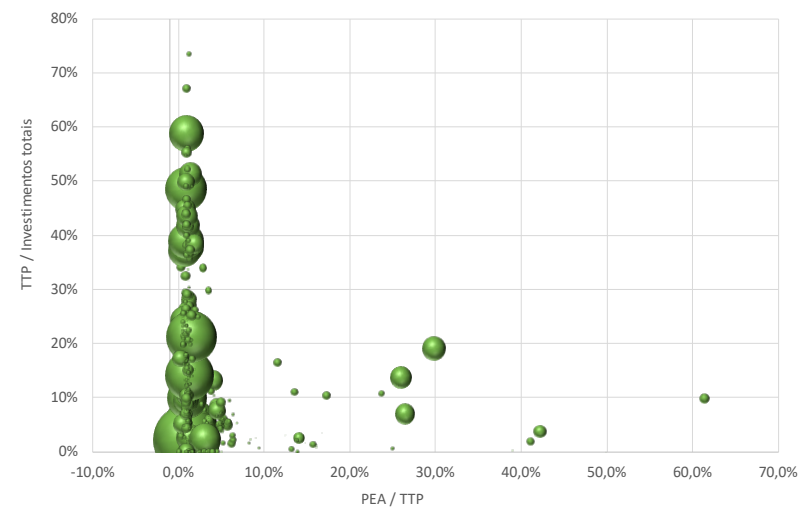




Gráfico 6 - Risco de crédito - perdas esperadas agravadas



Risco de solvência

O risco de solvência reside no perigo de ocorrer insuficiência de recursos garantidores, líquidos dos ativos apartados para os passivos não atuariais, para pagamentos das provisões matemáticas (obrigações com participantes).

A solvência do segmento melhorou em 2018, com significativa redução no deficit agregado líquido dos planos BD, de R\$ 18 bilhões em 2017 para R\$ 10 bilhões.

A dinâmica positiva da solvência é resultante da perspectiva de recuperação da economia, com a valorização das ações no primeiro e no terceiro trimestres de 2018, o regular retorno dos títulos públicos federais e, primordialmente, o equacionamento de deficits, com destaque para os realizados pelas EFPC detentoras dos maiores volumes de recursos garantidores.

Atuação da Previc sobre este risco:

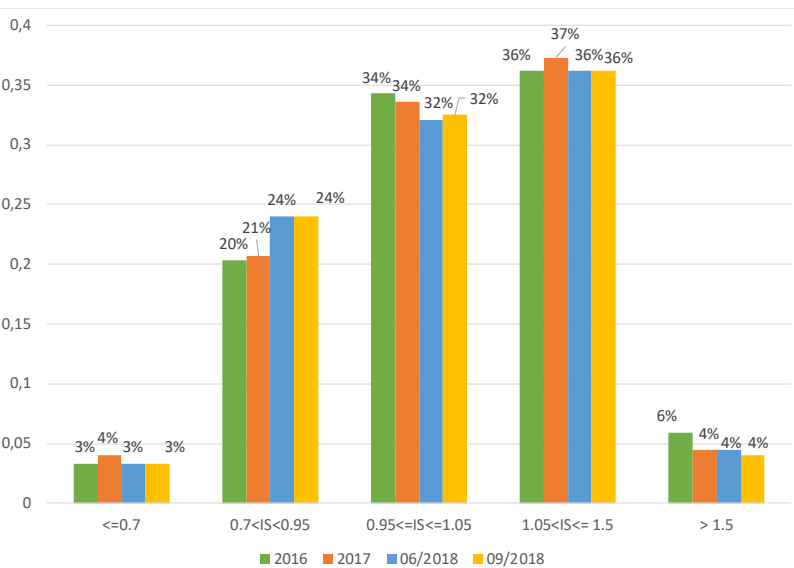
O monitoramento da solvência é de particular importância para os Planos BD e CV, que apresentam risco atuarial elevado, suscetível às mudanças no contexto econômico,

como da taxa de juros, aos resultados dos investimentos e às premissas atuariais dos planos administrados.

A Previc utiliza o indicador Índice de Solvência (IS) para mensuração de eventual desequilíbrio atuarial dos planos administrados pelas EFPC. O IS global do sistema em 2019 foi 0,98. Este valor próximo a 1 significa que o sistema está muito próximo ao equilíbrio.

Embora o sistema apresente deficit acumulado, os resultados negativos estão concentrados em alguns poucos planos. Somente nove planos que apresentam IS inferior a 0,7 demandam atenção redobrada, e por isso, permanecem sob acompanhamento permanente de supervisão.

Gráfico 7 – Planos por índice de solvência – modalidade BD



Risco atuarial

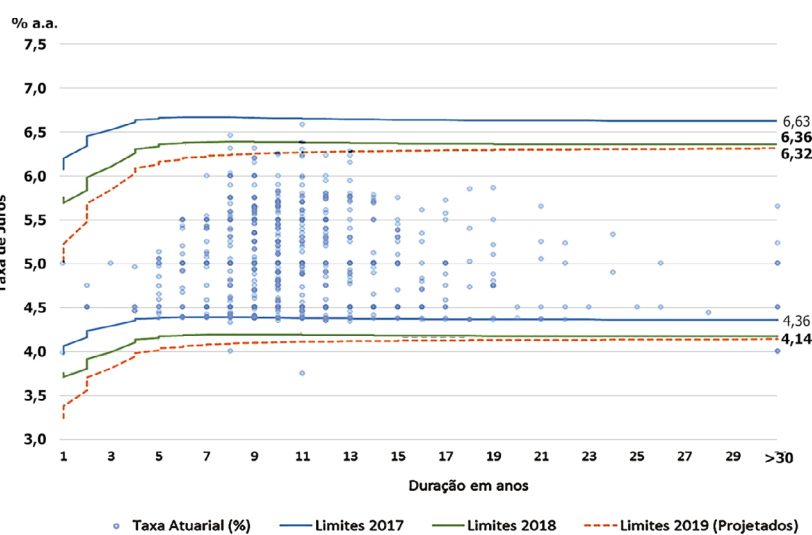
O risco atuarial decorre do grau de imprecisão na estimativa das obrigações futuras de pagamento de benefícios ou dos recursos disponíveis para honrá-las, em função da utilização de premissas de projeção inadequadas, inclusive de taxa de juros, com consequente erro na avaliação da suficiência dos recursos no presente

Adequação das taxas de juros aos limites legais

A taxa atuarial é uma taxa média que deve ser norteadas pelas expectativas de rentabilidade de médio e de longo prazos, podendo destoar do atual patamar de taxas de juros e de retornos obtidos no curto prazo. A taxa atuarial média dos planos BD foi de 5,32% ao ano.

A despeito da expectativa de redução da taxa de juros Selic, as taxas longas não vêm decrescendo com a mesma intensidade. Com base nas taxas de juros atuariais de 2017, onze planos estariam fora da banda projetada para 2019, tanto acima quanto abaixo dos limites legais.

Gráfico 8 - Projeção dos limites para taxas atuariais



Atuação da Previc sobre este risco:

Os limites para 2019 para as taxas de juro parâmetro seguem a nova metodologia de cálculo estipulada pela Resolução CNPC nº 30/2018. Considerando a extensão do prazo para cinco anos no cálculo da taxa parâmetro, o impacto da redução na taxa de juros real da economia será suavizado neste exercício.

É importante registrar que o processo de redução da taxa de juros dos planos de benefícios deve refletir a rentabilidade esperada dos ativos, estimada pela área técnica de investimentos, e realismo na definição da meta atuarial, com base na avaliação técnica do atuário.

A expectativa é de que ocorram ajustes nas taxas de juros atuariais no curto e médio prazo, observado o novo patamar de juros da economia, com consequentes reflexos nas obrigações atuariais.

POPULAÇÃO ABRANGIDA PELO SISTEMA

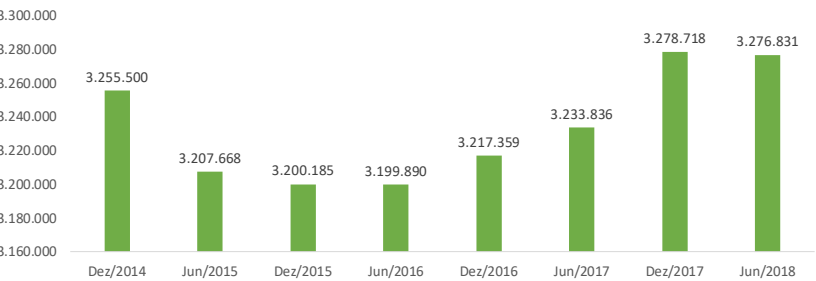
De acordo com os dados do primeiro semestre de 2018, a população protegida supera 6,9 milhões de pessoas, compreendendo 2,4 milhões de participantes ativos, 632,9 mil aposentados, 179,9 mil pensionistas e 3,7 milhões de designados (pessoas indicadas pelo participante ou assistido, que podem ter direito a benefícios, de acordo com as regras estabelecidas no regulamento do plano).

A população das EFPC abrange cerca de 3,3 milhões de pessoas (não incluídos os designados), número que se manteve aproximadamente estável nos últimos anos.

No intuito de ampliar a cobertura previdenciária e o crescimento do setor, destaca-se a IN Previc nº 09/2018 sobre procedimentos relativos ao licenciamento de planos de

benefícios oferecidos por instituidor, que possibilitou a oferta de planos de benefícios às pessoas físicas relacionadas ao instituidor, como associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial; membros com vínculo direto e indireto; e cônjuges e dependentes econômicos das pessoas físicas.

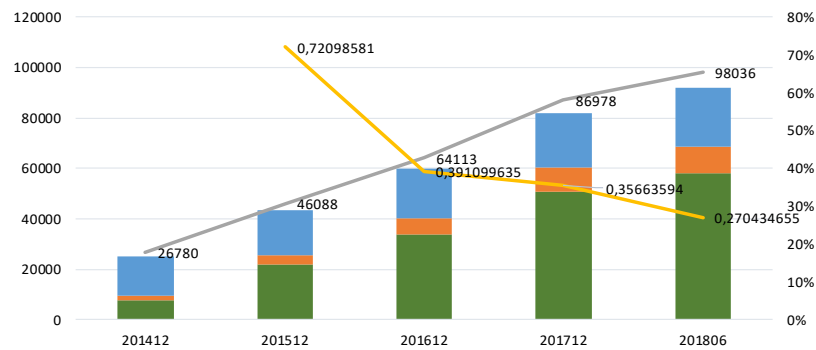
Gráfico 9 - Crescimento populacional – participantes ativos, aposentados e pensionistas



Previdência Complementar para Servidores públicos

Outro segmento com grande capacidade de expansão é a previdência complementar dos servidores públicos, cuja participação atual corresponde a cerca de 3,7% dos ativos das EFPC.

Gráfico 10 - Previdência complementar dos servidores públicos - população ativa



Além das oito EFPC de servidores públicos já em funcionamento, foram autorizadas em 2018 duas novas entidades, nas esferas estadual e municipal, como demonstra a Tabela 2:

Tabela 3 - EFPC de servidores públicos

Estado/Município	Nome/Sigla EFPC	Início Atividades	Situação EFPC
São Paulo	SP-PREVCOM	23/03/2012	Em funcionamento
Rio de Janeiro	RJPREV	04/09/2013	Em funcionamento
Espírito Santo	PREVES	19/12/2013	Em funcionamento
Minas Gerais	PREVCOM-MG	19/09/2014	Em funcionamento
Bahia	PREVBAHIA	09/03/2016	Em funcionamento
Rio Grande do Sul	RS-PREV	26/04/2016	Em funcionamento
Santa Catarina	SCPREV	02/05/2016	Em funcionamento
Goiás	PREVCOM-GO	05/04/2017	Em funcionamento
Curitiba-PR	CURITIBAPREV	Não iniciado	Autorizada
Distrito Federal	DF-PREVICOM	Não iniciado	Autorizada

## CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL

A projeção de crescimento do PIB brasileiro em 2018 foi reduzida para 1,28%, conforme reunião de 12/12/2018 do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Em termos prospectivos, contribuem positivamente para o retorno do crescimento sustentável a inflação sob controle, a taxa de juros em patamar historicamente baixo, a produção de grãos, a perspectiva de crescimento do crédito, a redução na taxa de desemprego, a capacidade ociosa na indústria, o retorno da confiança refletido na variação positiva da bolsa e na manutenção do risco país em nível razoável, além da baixa alavancagem das empresas e da retomada do consumo das famílias.

Os dados macroeconômicos indicam que o ciclo de crescimento mundial arrefeceu, com a desaceleração da atividade global decorrente do aperto das condições financeiras e das tensões comerciais em curso, marcadamente pela estratégia protecionista dos Estados Unidos na condução de sua política econômica externa, com a imposição de barreiras tarifárias às importações advindas da China.

Nesse contexto, é provável que os Estados Unidos continuem a crescer, mas a taxas decrescentes, assim como há claros sinais de desaceleração na zona do Euro, na China e nos mercados emergentes, tanto pelo enfraquecimento do comércio internacional, em face da agenda protecionista em vários países, quanto pelo aumento das taxas de juros em países emergentes como resposta à depreciação da moeda e aos custos mais elevados de energia.

Em relação aos países de mercados emergentes e de economias em desenvolvimento, as projeções de

crescimento também foram revistas para baixo, estimuladas basicamente pela redução nos preços das commodities.

## DESAFIOS

### Cultura e boas práticas

Não obstante o aprimoramento regulatório dos últimos anos, a construção de um modelo baseado primordialmente em boas práticas administrativas dependerá essencialmente da compreensão e da internalização dos conceitos e das mudanças experimentadas pelo sistema, bem como das consequências ao ambiente de negócios dos fundos de pensão, com aumento de transparência e de governança na tomada de decisão que impacta diretamente os interesses de seus participantes.

Para robustecer as linhas de defesa do sistema, a Previc disponibilizou, no fim de 2018, consulta pública que trata do detalhamento de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas EFPC. A proposta incorpora princípios de governança a serem observados permanentemente por todas as instâncias de gestão e de fiscalização das entidades, reforçando a importância da qualificação do processo decisório e o fortalecimento dos mecanismos de mitigação de conflitos de interesse.

### Maior incerteza sobre a rentabilidade

Em um cenário cada vez mais complexo quanto aos rumos da economia nacional e internacional, observa-se o aumento da variabilidade nos retornos dos ativos financeiros, o que acrescenta dúvida razoável quanto à rentabilidade a ser obtida pela inversão de capital em tais instrumentos.

Acrescenta-se a isso o fato de que as taxas de juros nacionais se encontram em seu menor nível histórico e, portanto, o retorno das aplicações em títulos públicos eleva a incerteza sobre a cobertura necessária dos passivos previdenciários das fundações.

Além dos aspectos citados anteriormente, o crescimento da expectativa de vida dos participantes tem contribuído de maneira decisiva para o aumento da complexidade da manutenção da cobertura previdenciária pelas EFPC.

Ante o exposto, espera-se que as fundações gerenciem ativamente seus portfólios de investimentos e, portanto, implementem os ajustes necessários para compatibilizar o retorno dos ativos às obrigações, à adequada percepção de risco e suas consequências para gestão dos ativos. Em adição, a efetiva mensuração dos custos previdenciários dos planos, com análise dos impactos nos planos de custeio de benefícios previdenciários em relação ao volume e à complexidade de recursos administrados, é imprescindível para a avaliação e a continuidade das entidades.

### Equacionamento dos deficits

Outro ponto de crucial importância para o sistema é a implementação dos processos requeridos de equacionamento dos planos que se encontram em desequilíbrio atuarial, e o consequente retorno ao equilíbrio do sistema como um todo.

Eventuais obstáculos ao cumprimento dos equacionamentos podem implicar problemas de viabilidade e de continuidade dos planos e serão objeto de cuidadoso acompanhamento pela supervisão da Previc.



# A PREVIC

A Previc foi criada pela Lei nº 12.154/2009 como autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, quadro de pessoal e patrimônio próprios, com atribuição de supervisionar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar e executar políticas para o regime de previdência complementar e a missão de assegurar hígidez e confiabilidade do sistema.

Apesar de indiretamente toda a sociedade se beneficiar de um sistema de previdência complementar hígido e confiável, estão representados no modelo abaixo os principais segmentos de clientes da Previc: as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão; os patrocinadores e instituidores, que oferecem a seus empregados ou associados, por intermédio das EFPC, plano de benefícios; os participantes, aqueles que optaram por aderir a um plano de benefícios; e os assistidos, aqueles que estão usufruindo de benefícios, como por exemplo aposentadoria, pensão e auxílios de modo geral.

MODELO DE NEGÓCIO

A principal missão da Previc é garantir a higidez e a confiabilidade do sistema. Para tanto, a Autarquia utiliza recursos, como pessoas, capital intelectual, orçamento; realiza parcerias com órgãos governamentais e entidades não-governamentais; e se relaciona com seus clientes, atendendo demandas de licenciamento, recebendo denúncias, atuando preventiva e corretivamente na supervisão do sistema, promovendo consultas públicas, seminários etc.

Figura 1 - Modelo de negócio



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Previc é dirigida por uma Diretoria Colegiada, da qual fazem parte o Diretor-Superintendente (Disup) e mais três órgãos específicos singulares – Diretoria de Fiscalização e Monitoramento (Difis), Diretoria de Licenciamento (Dilic) e Diretoria de Orientação Técnica e Normas (Dinor), além de um órgão seccional – Diretoria de Administração (Dirad).

A Autarquia também conta com cinco escritórios de representação nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

A Figura 3 apresenta a organização da Previc, suas equipes de trabalho e linhas de comando. Os órgãos em azul executam as atividades finalísticas da Autarquia e os demais exercem funções de suporte e controle.

Figura 2 - Alta administração

Diretoria Colegiada



Fábio Coelho  
Diretor Superintendente



Carlos Marne  
Diretor de Licenciamento



Christian Catunda  
Diretor de Orientação Técnica e Normas



Rita de Cássia  
Diretora de Administração

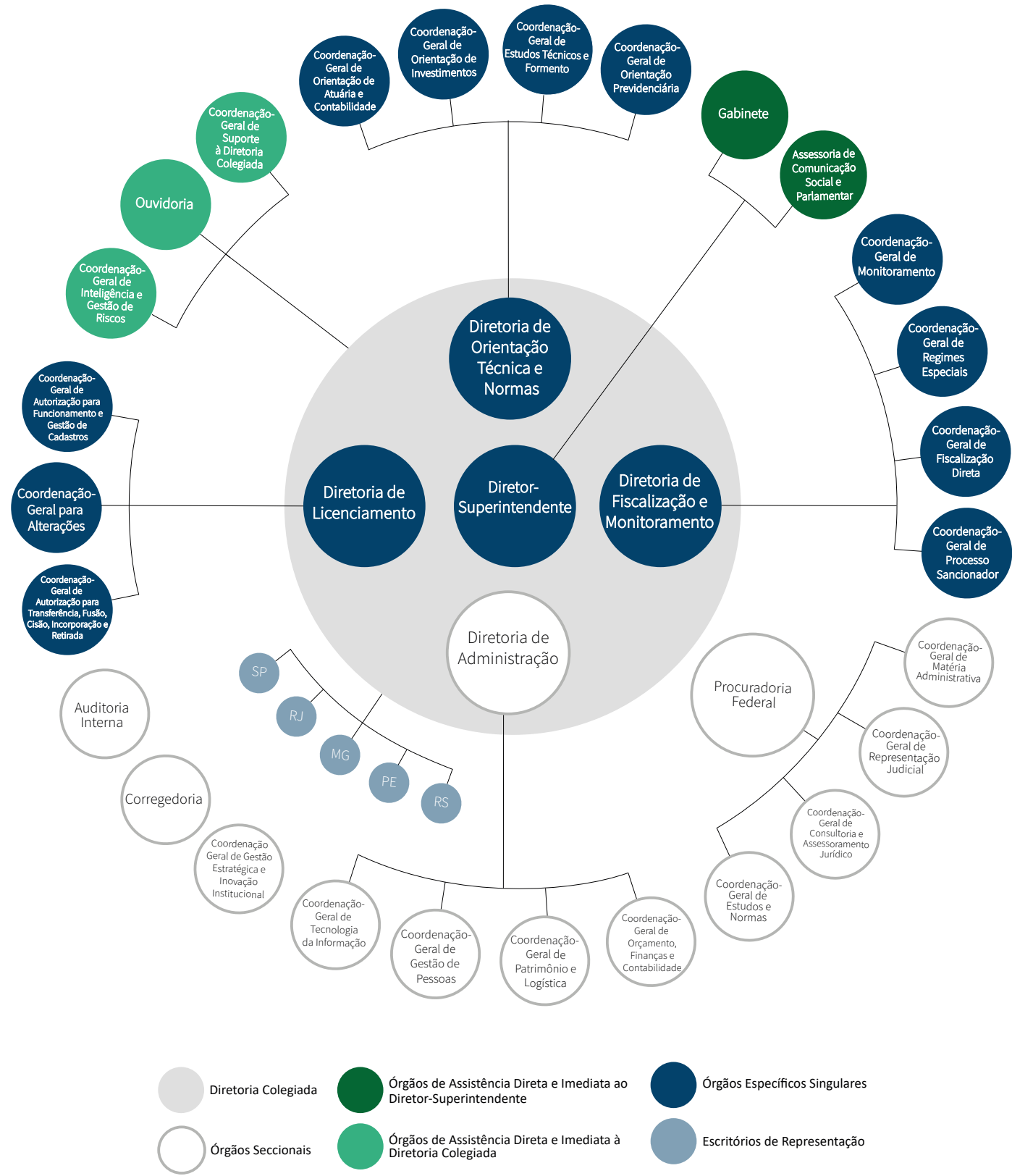


Sergio Djundi  
Diretor de Fiscalização e Monitoramento

Comitê de Governança

O Comitê de Governança da Previc (CGOV) tem como principais competências promover a implementação e a manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e diretrizes de governança à promoção da integridade, aos processos de negócio e seus respectivos controles internos.

Figura 3 - Organograma funcional





# Governança

GOVERNANÇA

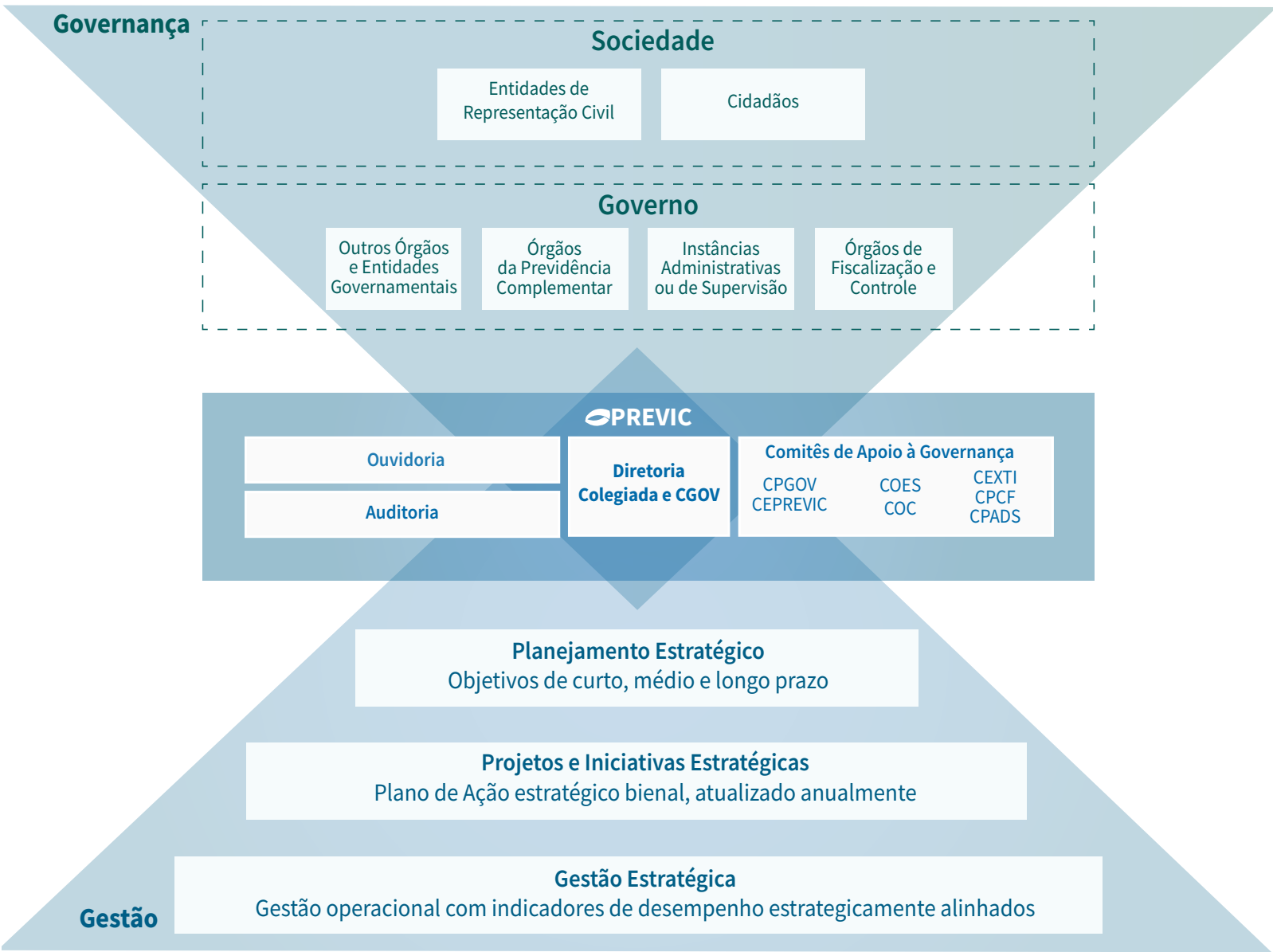
Governança Pública é “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Decreto nº 9.203/2017).

Retrata como o poder de decidir, de implementar decisões e de comandar pessoas é exercido na Previc. É possível perceber na Estrutura de Governança o equilíbrio de poder entre os envolvidos: sociedade (cidadãos e sociedades de representação civil), governo (instâncias administrativas e de supervisão, como Presidência da República e Ministério da Fazenda; órgãos de fiscalização e controle, como TCU, CGU; outros órgãos e entidades do sistema de previdência complementar (governamentais, como CRPC, ou não governamentais) e alta administração da Previc (Diretoria Colegiada e CGOV). Esse equilíbrio é fundamental para que, nas tomadas de decisão, o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.

Tabela 4 - Comitês e comissões de apoio à governança

CPGOV:	A Comissão Permanente de Governança é responsável por subsidiar ações do CGOV e coordenar, em conjunto com as unidades responsáveis, a elaboração, monitoramento e avaliação dos programas, planos, projetos e ações específicos de governança.
COES:	O Comitê Estratégico de Supervisão tem como atribuição avaliar e orientar a atuação da Central de Inteligência da Previc.
CEPREVIC:	A Comissão de Ética da Previc tem como objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.
COC:	O Comitê de Orientações e Consulta é um colegiado de caráter consultivo que tem como atribuições orientar acerca de estudos e consultas; emitir manifestações sobre planejamento e execução do PAF; e propor melhorias e diretrizes a assuntos correlatos à fiscalização.
CEXTI:	O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação é um colegiado de caráter propositivo e consultivo com objetivo de estabelecer ações relativas à Tecnologia da Informação e promover a integração da área de TI com as áreas de negócio da Previc.
CPADS:	A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos é um colegiado de caráter propositivo e consultivo para fins de classificação de informação em grau de sigilo e consequente desclassificação, reclassificação ou reavaliação do grau de sigilo.
CPCF:	A Comissão Permanente de Prevenção e Controle Financeiro é responsável por realizar estudos, desenvolver métodos, propor procedimentos, criar ferramentas e sugerir alterações normativas visando a detecção e prevenção de atos de corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Figura 4 - Estrutura de governança



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é uma importante metodologia para subsidiar os gestores a direcionarem suas iniciativas, tomando por base a análise dos ambientes interno e externo nas constantes mudanças.

Tendo em vista sua missão e as diferentes linhas de defesa que concorrem para manter a higidez dos planos de benefícios, a Previc alinhou seu Planejamento Estratégico 2017-2020 ao Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2016-2019 e com o Mapa Estratégico do Ministério da Fazenda.

No ciclo do PPA 2016-2019, a Previc está inserida no Programa 2061 - Previdência Social, monitorando o Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto e contribuindo para os seguintes objetivos:

**Objetivo 0250** - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário, fortalecendo a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização, e aprimorando informações sobre o perfil do cidadão.

**Objetivo 0251** - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, assegurando o acesso à informação de forma transparente e tempestiva e a comunicação efetiva com a sociedade.

**Objetivo 252** - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários, garantindo a eficácia da supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e fortalecendo os controles internos administrativos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional.

Tabela 5 - Indicadores do PPA acompanhados pela Previc

Programa	Indicador	Valor 2018	Data do Índice
2061 Previdência Social	Índice de solvência das entidades fechadas de previdência complementar	0,98	30/11/2018
	Taxa de ativos totais das entidades fechadas de previdência complementar em relação ao Produto Interno Bruto	13,16%	31/12/2018

Ainda em relação ao alinhamento do planejamento, a Previc está inserida nas Cadeias de Valor Finalísticas 5 - Desenvolvimento e proteção dos mercados regulados, e 7 - Desenvolvimento e Sustentabilidade da Previdência Social, do Ministério da Fazenda.

Tabela 6 - Inserção da Previc nos processos do Ministério da Fazenda

Cadeia de Valor	Processos em que a Previc atua	Valor Agregado
5 Desenvolvimento e proteção dos mercados regulados	Supervisionar os setores regulados	Solidez, equilíbrio e eficiência dos mercados
	Aplicar instrumentos corretivos	
	Instaurar e julgar processo sancionador em 1ª instância	
	Elaborar e divulgar normativos orientados aos setores regulados	
	Promover e coordenar ações de educação e inclusão financeira	
	Prover informações e atendimento ao mercado e sociedade	
	Disseminar informações sobre atuação, entendimentos e decisões	
7 Desenvolvimento e Sustentabilidade da Previdência Social	Gerir a forma de atendimento das demandas do poder público	Proteção social
	Supervisionar entidades fechadas	
	Licenciar entidades fechadas	
	Monitorar o Regime de Previdência Complementar	
	Regular o Regime de Previdência Complementar	
	Gerenciar mediações conciliações e arbitragem	
	Gerenciar contencioso de Previdência Complementar	



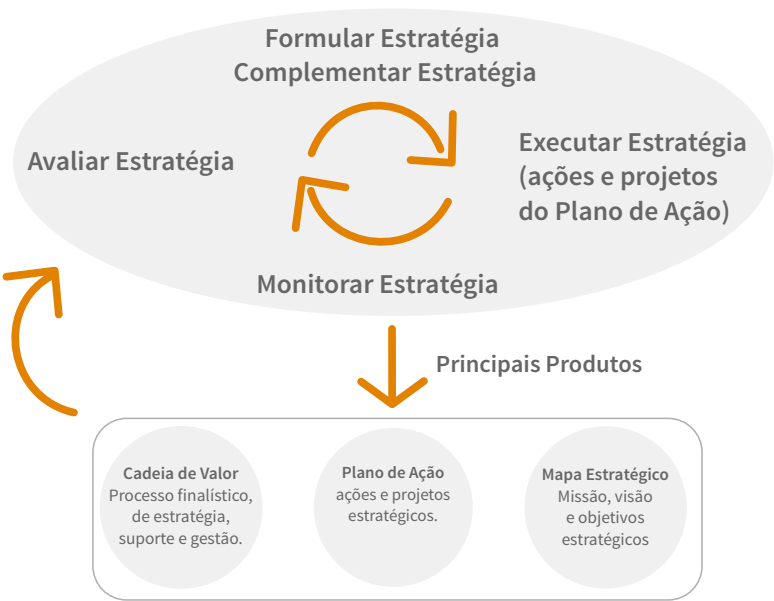
Figura 5 - Alinhamento estratégico



A Previc considerou ainda, ao definir seu Planejamento Estratégico 2017-2020, sua missão e visão, os cenários externo e interno, e as linhas de defesa que necessitavam ser fortalecidas.

Em 2018, um ano após o início da execução da estratégia e seu monitoramento, a fase da avaliação realizou correções e ajustes necessários, de forma a atualizar a estratégia originalmente pensada, incluindo novos desafios e excluindo temas já superados.

Figura 6 - Ciclo da estratégia



Em 2018, a Previc revisou seu Planejamento Estratégico, atualizou sua Cadeia de Valor e seu Mapa Estratégico, e atualizou o Plano de Ação 2017-2018 para o biênio 2018-2019.

A supervisão lato sensu dos fundos de pensão é exercida por linhas de defesa que, de maneira associada, atuam para garantir a higidez dos planos de benefícios. Essas áreas focais da atuação da Previc são avaliadas durante o planejamento estratégico, de modo a identificar a necessidade de ações pontuais ou de promoção de debates para embasar a proposição de normativos e outras formas de orientação.

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Para implementar a estratégia criada, são consideradas as abordagens requeridas para cada situação diagnosticada. Há quatro pilares sobre os quais são traçados objetivos estratégicos: Regulação, Supervisão Prudencial, Relacionamento Institucional e Gestão Corporativa. Esses objetivos são cumpridos por projetos e ações, quando de natureza transformacional, ou por meio de metas para desempenho dos processos internos, acompanhadas por indicadores de gestão.

Figura 7 - Linhas de defesa da Previdência Complementar

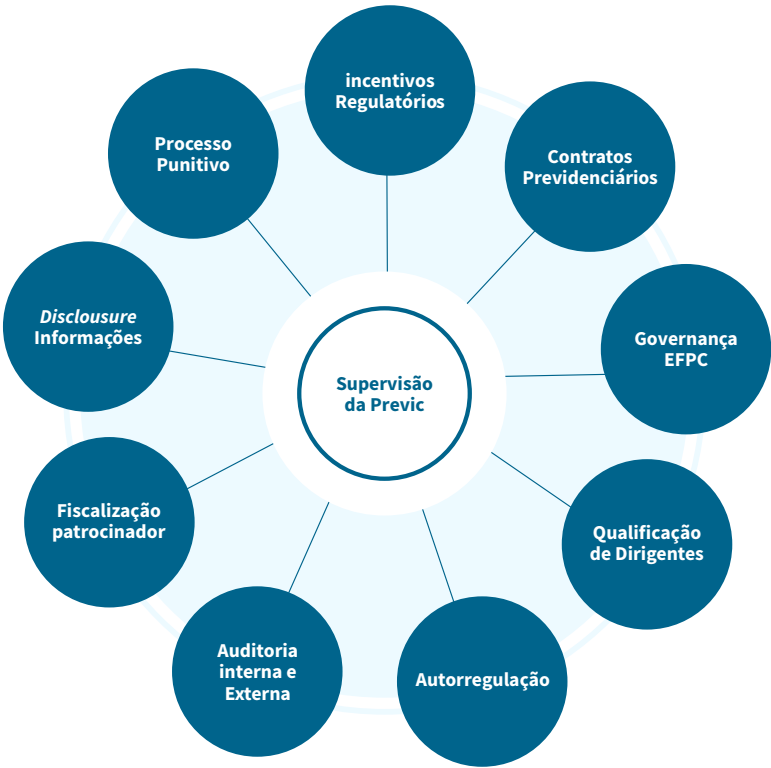
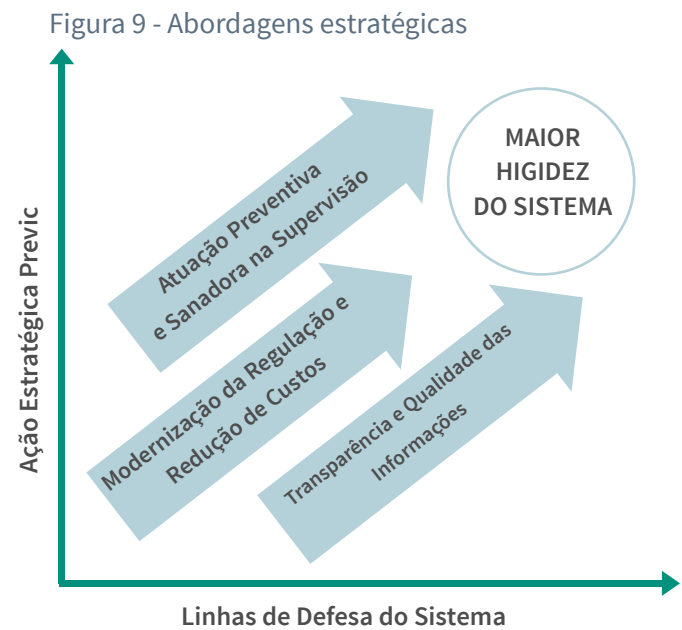


Figura 8 - Pilares estratégicos





Plano de ação estratégico

A implementação da estratégia é feita através da execução de um Plano de Ação Estratégico, em que para cada objetivo estratégico, é definido um portfólio de iniciativas estratégicas - projetos e ações.

Tabela 7 - Desdobramento do planejamento estratégico

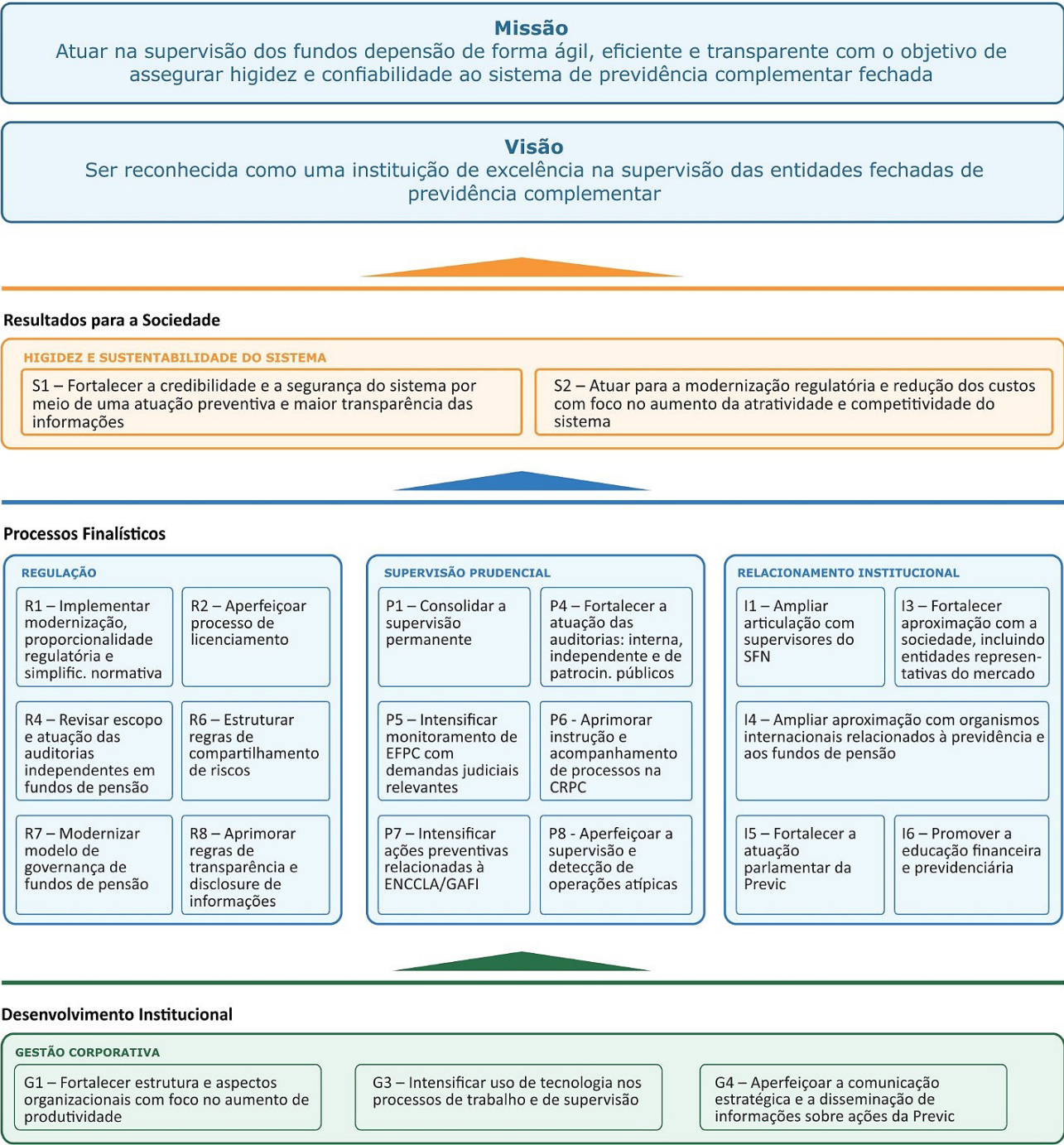
PILARES	OBJETIVOS	Iniciativas
Regulação	6	14
Supervisão Prudencial	6	11
Relacionamento Institucional	5	10
Gestão Corporativa	3	11
TOTAL	21	46

Mapa Estratégico 2018

O Mapa Estratégico é a representação gráfica da estratégia organizacional. No Mapa Estratégico da Previc, estão evidenciadas suas missão e visão, bem como os objetivos estratégicos traçados para cada pilar, segundo critérios de prioridade e oportunidade. Os objetivos estratégicos são apresentados em camadas, partindo-se de uma base de Desenvolvimento Institucional, em que se cuida de aperfeiçoar os processos de trabalho e gestão, bem como a capacitação dos servidores, constantes do pilar de Gestão Corporativa.

Em seguida, os objetivos finalísticos representam as atividades que a organização desempenha para cumprir sua missão. Aí se enquadram os pilares de Regulação, Supervisão Prudencial e Relacionamento Institucional. Tais objetivos convergem aos resultados para a sociedade e devem ser atingidos no período planejado para que seja cumprida a missão institucional segundo a visão projetada para o futuro da organização.

Figura 10 - Mapa estratégico 2018



Gestão Estratégica

Para a concretização da estratégia global, além da execução do Plano de Ação Estratégico, resta coordenar a atuação de todas as áreas da Previc, com uma visão clara da convergência dos resultados esperados. Isto é obtido por meio da gestão estratégica de seus processos, ou seja, assegurando que sejam operados de modo a atingir metas de indicadores estrategicamente alinhados.

Com este fim, são formalizados os Planos de Trabalho de todas as áreas da Previc, cujas metas são validadas perante o Planejamento Estratégico.

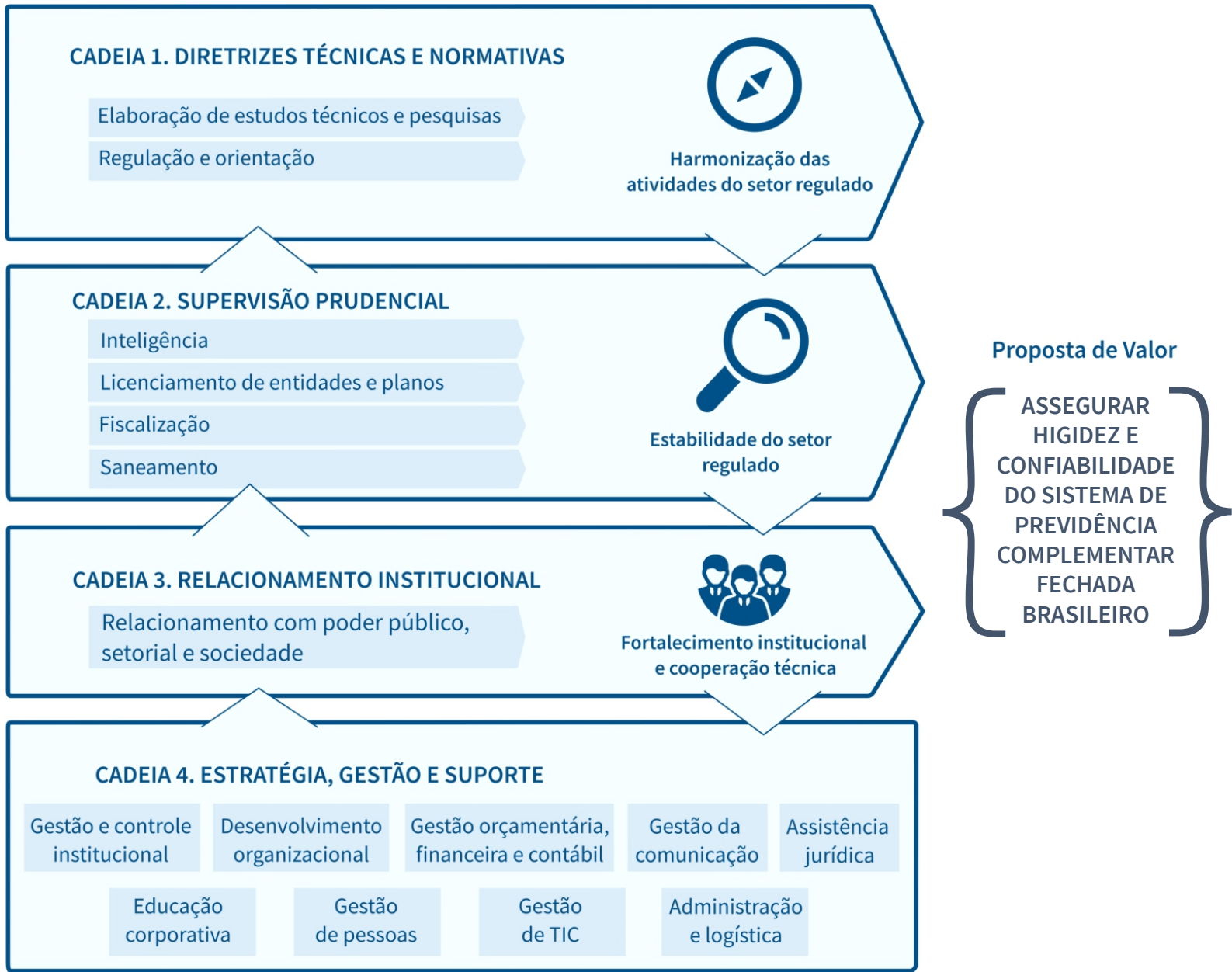
A estratégia da Previc para cumprir seus objetivos institucionais pode ser representada pela maneira como os seus processos de negócio se relacionam para entregar valor à sociedade.

A Cadeia de Valor representa conjuntos de atividades primárias e de atividades de apoio desempenhadas pela sua estrutura, por meio da articulação entre seus órgãos e dos fluxos de informações necessárias a cada processo. É composta por três Cadeias Finalísticas (Diretrizes Técnicas e Normativas, Supervisão Prudencial e Relacionamento Institucional) e uma Cadeia de Apoio (Estratégia, Gestão e Suporte).

Os processos das cadeias finalísticas são transversais à organização, de modo que, em muitos casos, diferentes órgãos da estrutura organizacional atuam em um mesmo processo. Essa abordagem facilita a integração dos processos de trabalho, com incremento do valor final gerado para a sociedade.

Além disso, cada cadeia, finalística ou de suporte, corresponde a um pilar do planejamento estratégico, propiciando o alinhamento entre projetos e ações estratégicas e a gestão operacional de todas as áreas.

Figura 11- Cadeia de valor





ACORDO DE METAS DE GESTÃO E DESEMPENHO

A atuação administrativa e o desempenho finalístico da Previc são acompanhados e avaliados por uma comissão formada por representantes do Ministério da Fazenda e da Casa Civil, por meio de metas de gestão e desempenho anualmente estabelecidas em comum acordo em Plano de Trabalho Anual (PTA), previsto no Acordo de Metas de Gestão e Desempenho (AMGD) entre Previc e Ministério da Fazenda. O PTA 2018 estabelece dez metas, sendo sete para as ações finalísticas de Fiscalização, Licenciamento e Julgamento de Autos de Infração, e três para Gestão Operacional.

Tabela 8 - Metas e Resultados - PTA 2018

ITEM DE AVALIAÇÃO	INDICADOR	META	RESULTADO
FISCALIZAÇÃO			
F1. Supervisão permanente	IPER - Índice execução sup. permanente	100,0%	100,0%
F2. Ações fiscais diretas	IAFD - Índice execução ações fiscais diretas	100,0%	98,4%
F3. Compliance de investimentos	Limites e vedações de investimentos analisados	100,0%	100,0%
LICENCIAMENTO			
L1. Autorização	Demandas atendidas no prazo	100,0%	100,0%
L2. Habilitação	Demandas atendidas no prazo	100,0%	100,0%
JULGAMENTO			
J1. Produtividade do julgamento	Autos julgados no exercício	100,0%	100,0%
J2. Autos pendentes de julgamento	Redução do estoque de autos pendentes	15,0%	19,5%
GESTÃO			
G1. Plano de capacitação	Cumprimento do plano	80,0%	112,5%
G2. PDTI	Cumprimento ações prioritárias	90,0%	100,0%
G3. Plano de gestão de riscos	Cumprimento do plano	80,0%	112,5%

GESTÃO DA INTEGRIDADE

Integridade é o alinhamento consistente e a aderência a valores éticos, princípios e normas para garantir e priorizar os interesses públicos sobre os interesses privados no setor público. Desse modo, é um dos princípios da governança e um objeto da gestão de riscos.

Em alinhamento às normas federais recentes e para fortalecer a gestão dos riscos à integridade na Previc, foram elaborados o Programa de Integridade da Previc – Integrar, o Plano de Integridade da Previc para 2019 e o primeiro levantamento e avaliação dos riscos à integridade.

No âmbito da integridade, o Comitê de Governança (CGov), composto pelos diretores da Previc, é responsável pelo direcionamento estratégico e por promover a implementação e a manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados. A iniciativa tem o apoio de uma Comissão Permanente de Governança (CPGov), que compete encaminhar as questões de governança e demais instâncias de apoio à integridade: Ouvidoria, Comissão de Ética, Auditoria e Corregedoria:

Figura 12 - Gestão da integridade





As principais ações do Plano de Integridade da Previc para 2018/2019 são:

Tabela 9 - Plano de Integridade 2018/2019

Levantamento inicial dos riscos de integridade no âmbito da Previc
Criação de espaço do INTEGRAR no site e na intranet da Previc
Divulgação trimestral, por e-mail, dos Canais de Comunicação da Previc para fins de integridade
Publicação no Quem é Quem do Portal Previc o currículo resumido dos gestores de cada órgão
Estudo para identificar tratamentos específicos para os riscos priorizados, especialmente acumulação de cargos, evolução patrimonial e exercício de atividades em conflito com as da Previc

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Previc (CEPrevic) é a instância deliberativa vinculada tecnicamente à Comissão de Ética Pública da Presidência da República e tem como finalidade realizar atividades educativas para auxiliar os agentes públicos a ampliarem o conhecimento ético-profissional no relacionamento com os pares, com o cidadão e no resguardo do patrimônio público; orientar, supervisionar e atuar como instância consultiva dos agentes públicos em exercício na Autarquia; e acolher e analisar denúncias contra desvios éticos. Para tanto, conta com o Código de Conduta Ética dos Agentes da Previc e seu Regimento Interno.

Tendo em vista que, em 2018, a CEPrevic não recebeu nenhuma denúncia ou consulta, as atividades foram focadas no desenvolvimento de trabalhos educativos e preventivos para mitigar o risco de ocorrência de desvios éticos e para incentivar a utilização dos serviços desta Comissão, conforme a Tabela 10.

Para 2019, a CEPrevic estará envolvida na realização das soluções de mitigação previstas no Plano de Integridade da Previc.

Figura 13 - Levantamento inicial dos riscos à integridade



Tabela 10 - Resultados da Comissão de Ética em 2018

Denúncias ou consultas recebidas em 2018	0 (nenhuma)
Censuras aplicadas em 2018	1 (referente a denúncia recebida em 2016)
Ações preventivas realizadas	Palestra sobre Conflito de Interesses E-mails aos servidores sobre temas da Ética  Divulgação do Código de Ética da Previc com a assinatura de Termo de ciência do mesmo pelos servidores

Ouvidoria

Em 2018, a Ouvidoria atendeu a 820 manifestações, distribuídas dentre os tipos mostrados no Gráfico 11. Destacam-se as manifestações relativas aos equacionamentos de deficits nas entidades Petros e Funcef. O prazo médio de resposta foi de 21 dias, ou 70% do prazo legal de 30 dias.

Resultados do SIC

A Ouvidoria exerce também as atribuições de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que atende e orienta o público quanto ao acesso à informação. As solicitações de acesso a processos administrativos são as mais frequentes. Em 2018 o SIC recepcionou e respondeu, no prazo determinado, 235 demandas, incluídos os recursos. O prazo médio de resposta foi de 9 dias, ou 45% do prazo legal de 20 dias.

Inovação

Desenvolvimento do sistema informatizado de controle de demandas da Ouvidoria (Defensor), que otimizará sobremaneira o controle e tratamento das informações recepcionadas pela Ouvidoria.

Corregedoria

Em 2018 a Corregedoria recepcionou 12 denúncias e promoveu impulso oficial em sua totalidade, conforme tabela a seguir:

Tabela 11 - Processos em correição

Em juízo de admissibilidade	Instaurados, em andamento	Instaurados e concluídos	Encaminhado ao Ministério da Fazenda
8	2	1	1

O processo concluído refere-se a uma Comissão de Sindicância Investigativa e a denúncia restou-se improcedente. Os dois processos em andamento estão sendo analisados por uma Comissão de Sindicância e uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Gráfico 11 - Manifestações recebidas em 2018

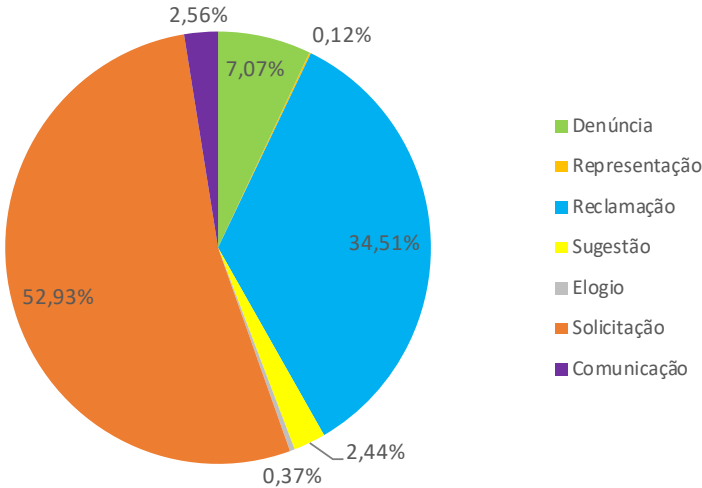
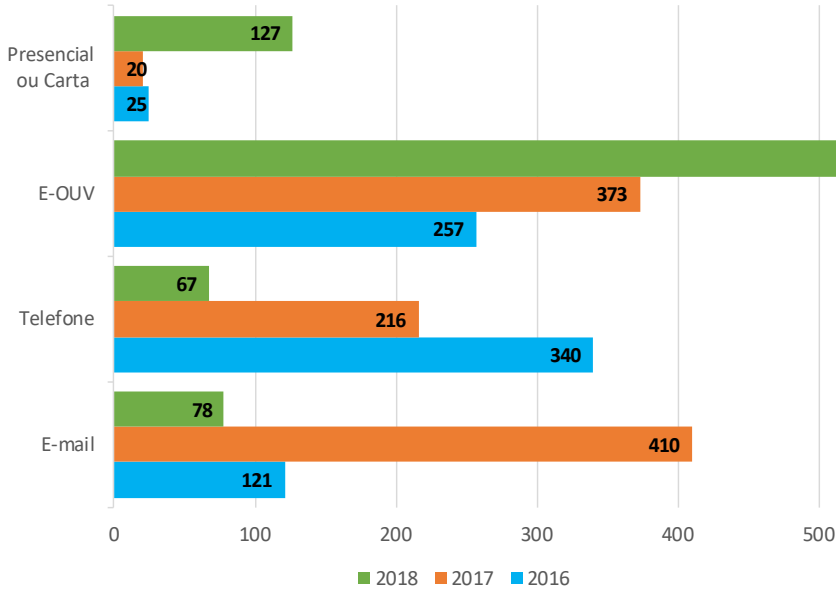


Gráfico 12 - Manifestações recebidas por canal de acesso



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Previc tem caminhado no sentido de garantir que o modelo de “Três Linhas de Defesa”, apresentado pela IN CGU nº 03/2017, seja plenamente aplicado aos processos de gerenciamento de riscos e controles internos da Autarquia. Nesse sentido, destaca-se a criação, em 2018, do CGOV e da CPGOV, como iniciativas para aperfeiçoar a estrutura típica de instância de segunda linha de defesa, ao promoverem o aprimoramento da governança, da gestão de projetos, da gestão de riscos, da promoção da integridade, dos processos internos de negócio e seus respectivos controles internos.

Figura 14 - Modelo de três linhas de defesa



Riscos operacionais

Além dos riscos sistêmicos apresentados na seção sobre o Sistema de Previdência Complementar Fechado, há os riscos operacionais, que são os intrínsecos aos processos de trabalho.

Em 2017, a Previc elaborou sua Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, a Metodologia de Gestão de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos de 2018, com a definição dos processos críticos para este ano.

Principais Resultados de Gestão de Riscos e Controles Internos

Além do mapeamento e análise de riscos e estabelecimento de controle de seis processos prioritários, também foi firmada a metodologia para essas análises, assegurando-se sua continuidade e repetibilidade.

Figura 15 - Resultados da análise de riscos dos processos críticos

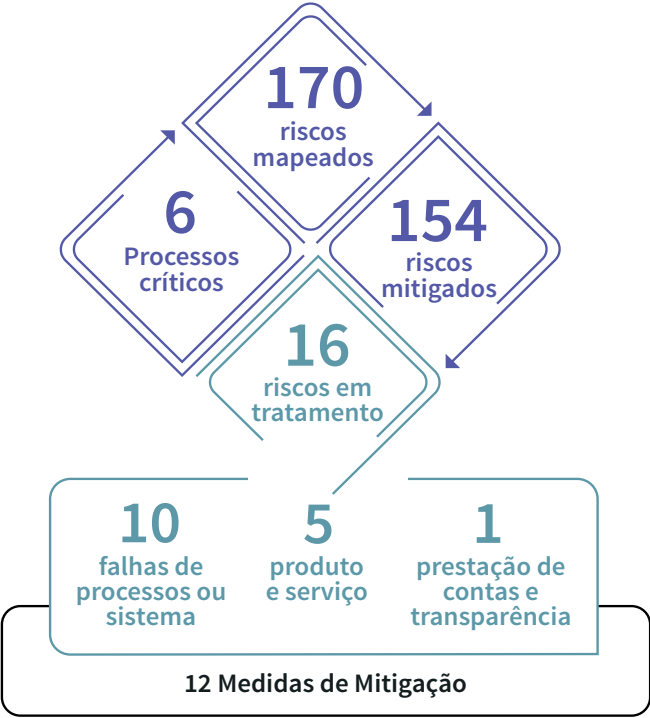


Figura 16 - Principais riscos e soluções de mitigação em 2018

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROCESSOS ANALISADOS	PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO
G1 – Fortalecer a estrutura e aspectos organizacionais com foco no aumento de produtividade	Realizar aquisições e contratações	Análise insuficiente das demandas ou atraso no processo de aquisição ou contratação	Soluções de mitigação: capacitação de servidores; aperfeiçoamento da comunicação; aprimoramento de ferramentas de gestão.  Monitoramento: indicadores de qualidade e cumprimento dos prazos, eficácia das mitigações e anormalidades na execução do processo.
G3 - Intensificar uso de tecnologia nos processos de trabalho e de supervisão.	Desenvolver e dar manutenção em sistemas	Insuficiência ou atraso no desenvolvimento interno de sistemas ou entregas do fornecedor	Soluções de mitigação: aperfeiçoamento das equipes de desenvolvimento, criação de checklists para as atividades críticas, aperfeiçoamento normativo.
P1 - Consolidar a supervisão permanente; P8 - Aperfeiçoar a supervisão e detecção de operações atípicas.	Planejar ações fiscais; Executar ações fiscais	Verificação ou recebimento insuficiente dos dados enviados pelas EFPC	Soluções de mitigação: aperfeiçoamento do canal de envio de dados, automatização da verificação, aperfeiçoamento normativo, ampliação de subsídios para as ações fiscais.
P2 – Consolidar modelo de habilitação e certificação de dirigentes.	Habilitar Dirigentes	Formalização insuficiente da demanda ou análise incompleta	Não houve a necessidade de medidas adicionais, pois todos os riscos relevantes já estão mitigados pelos controles ativos
R2 – Aperfeiçoar processo de licenciamento.	Alterar regulamento de plano de benefícios	Formalização insuficiente da demanda ou análise incompleta	Não houve a necessidade de medidas adicionais, pois todos os riscos relevantes já estão mitigados pelos controles ativos



**Tratamento de recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo**

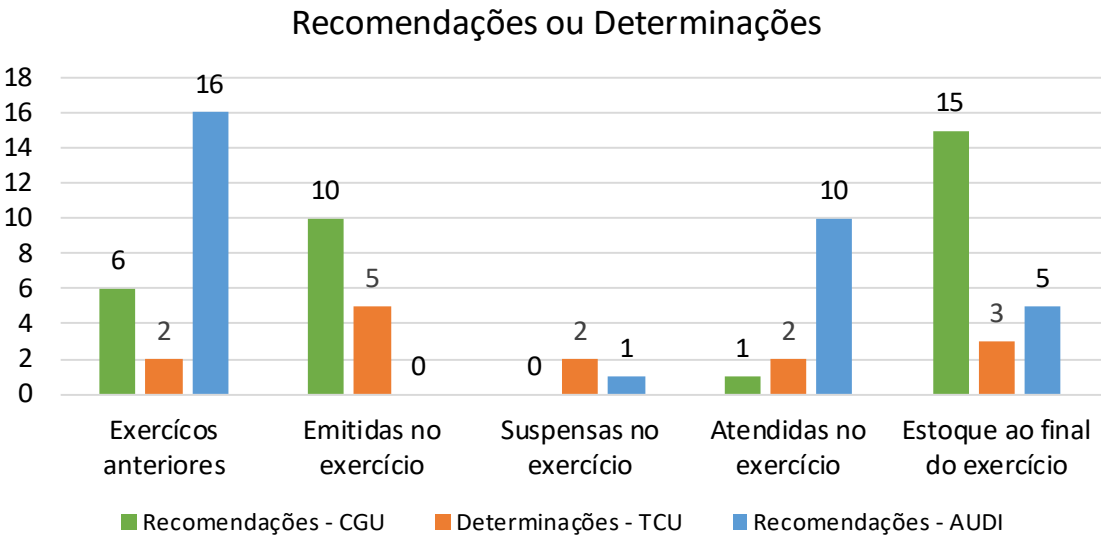
Além do exame da conformidade legal dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais, e da verificação do fiel cumprimento das diretrizes e normas vigentes, realizados pela Auditoria Interna da Previc (AUDI) sob orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, são executadas ações periódicas de auditoria por órgãos externos à Previc.

No exercício de 2018, a CGU realizou três ações de auditoria no âmbito da Previc:

- A primeira foi motivada pelo fato da Previc ter sido incluída pelo TCU no rol das Unidades Prestadoras de Contas cujos responsáveis teriam suas contas julgadas referentes ao exercício de 2017.
- A segunda teve como objeto a apreciação da execução do Plano Anual de Auditoria Interna e da conformidade da estrutura e da atuação da AUDI com os normativos relacionados.
- A terceira teve como objetivo realizar auditoria de avaliação dos processos e controles internos da Coordenação-Geral de Monitoramento da Diretoria de Fiscalização.

Houve também determinações do TCU para que a Autarquia fizesse uma análise da pertinência das premissas utilizadas por algumas EFPC a respeito de questões relacionadas à paridade contributiva e despesas administrativas.

Gráfico 13 - Resultados da Auditoria em 2018



# Resultados da Gestão

CADEIAS FINALÍSTICAS

Os processos finalísticos da Previc estão organizados em três Cadeias Finalísticas.

A Cadeia 1, Diretrizes Técnicas e Normativas, compreende dois macroprocessos: Elaboração de estudos técnicos e pesquisas e Regulação e orientação.

A Cadeia 2, Supervisão Prudencial, abrange quatro macroprocessos, a saber: Inteligência, Licenciamento de

entidades e planos, Fiscalização e Saneamento.

Por fim, a Cadeia 3, Relacionamento Institucional, tem um único macroprocesso: Relacionamento com poder público, setorial e sociedade.

Para cada cadeia, há um infográfico sobre seu modelo de negócio, um resumo do custo da cadeia e participação sobre o total da Previc, seus macroprocessos e, para cada macroprocesso, uma descrição dos processos que o

compõem, seguida dos principais resultados obtidos em 2018, inovações e melhorias introduzidas e, por fim, desafios e riscos esperados a curto e médio prazos.

Para a Cadeia 2, a sequência final de informações está distribuída por cada macroprocesso, em função de suas características particulares.

Figura 17 - Organização dos conteúdos das cadeias finalísticas

Cadeia	Infográfico	Custo	Objetivos Estratégicos	Macroprocessos	Processos	Principais Resultados	Inovações e Melhorias	Desafios e Riscos
1 Diretrizes e Orientação				Estudos e Pesquisas Regulação e Orientação				
2 Supervisão Permanente				Inteligência				
				Licenciamento				
				Fiscalização				
				Saneamento				
3 Relacionamento Institucional				Relacionamento com Poder Público, Setorial e Sociedade				



CADEIA 1: DIRETRIZES TÉCNICAS E NORMATIVAS

Desenvolvimento e interpretação do marco referencial da previdência complementar fechada.

Como órgão de fiscalização e supervisão do sistema de previdência complementar fechada, cabe à Previc atuar na disseminação das normas e melhores práticas previdenciárias, assim como no esclarecimento quanto à aplicação da legislação e na determinação de padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas atividades.

Os processos da Cadeia 1 são direcionados às atividades de Orientação Técnica e Normatização, realizadas por meio da edição de normativos da Previc, da participação em normativos de outros órgãos que afetem a previdência complementar, da interpretação

de normativos via respostas a consultas e da publicação de manuais de boas práticas e de perguntas e respostas. Também promove a orientação às EFPC e aos cidadãos, mediante atividades e projetos de educação financeira e previdenciária.

Para embasar essas atividades, também são realizados estudos e pesquisas sobre temas da previdência complementar, como Atuária, Investimentos, Contabilidade, Sustentabilidades, Governança, etc.

Além dos próprios integrantes do sistema de previdência complementar fechada, os processos de estabelecimento de diretrizes e de orientação recebem solicitações e subsídios da sociedade por meio de consultas públicas e seminários.

Figura 18 - Cadeia 1: Diretrizes Técnicas e Normativas

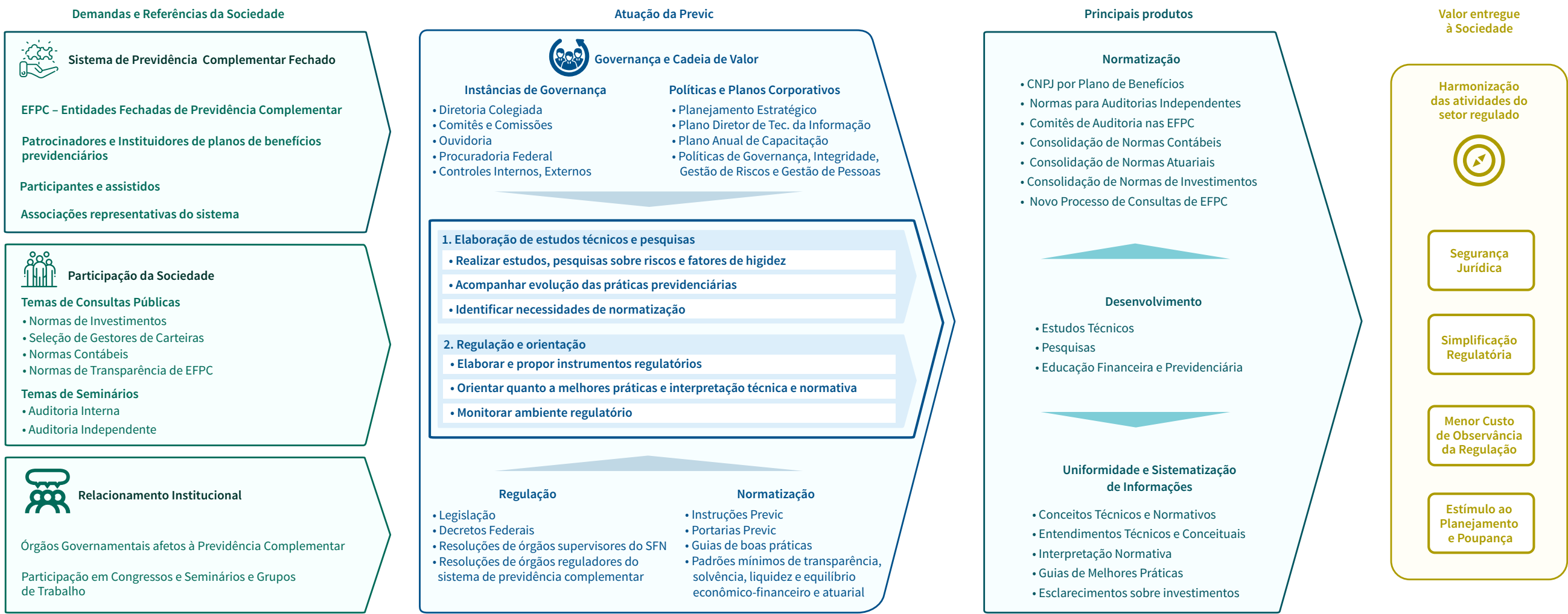
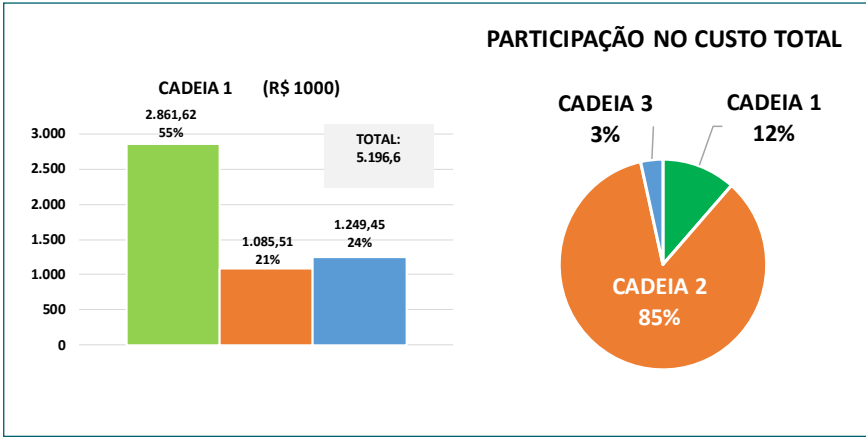




Tabela 12 - Cadeia 1: objetivos estratégicos

• Implementar modernização, proporcionalidade regulatória e simplificação normativa
• Racionalização do processo de licenciamento
• Aprimorar regras de investimentos
• Revisar escopo e atuação das auditorias independentes
• Atualizar mecanismos e dosimetria punitiva
• Estruturar regras de compartilhamento de riscos
• Revisar modelo de governança dos Fundos de Pensão
• Revisar regras de transparência e disclosure de informações

Figura 19 - Cadeia 1: Custos



Rateios: Os custos estão distribuídos pelos processos finalísticos da Previc (Cadeias 1, 2 e 3), ou seja: são os valores diretamente apropriados às cadeias, acrescidos do rateio das atividades-meio, de modo a demonstrar o custo efetivo do valor gerado à sociedade.

PROCESSOS DA CADEIA 1 – DIRETRIZES TÉCNICAS E NORMATIVAS

ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS E PESQUISAS

Realizar estudos, pesquisas sobre riscos e fatores de higidez

Compreende a realização de estudos e pesquisas sobre temas relacionados à previdência complementar fechada, com intuito de aumentar a compreensão sobre riscos e fatores de higidez de fundos de pensão em geral, bem como de situações particulares de planos ou EFPC.

Acompanhar evolução das práticas previdenciárias

Engloba a realização de acompanhamento das práticas e tendências previdenciárias nacionais e internacionais, visando identificar oportunidades para aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema.

Identificar necessidades de normatização

Engloba a coleta de ideias, visando identificar as lacunas existentes na normatização do sistema de previdência complementar fechado, para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento do setor regulado.

REGULAÇÃO E ORIENTAÇÃO

Elaborar e propor instrumentos regulatórios

Contempla a elaboração e proposição das normas aplicáveis ao sistema de previdência complementar fechado, avaliando os benefícios, custos e impactos para o setor regulado.

Orientar quanto a melhores práticas e interpretação técnica e normativa

Contempla o esclarecimento e a orientação ao setor regulado e às áreas da Previc em relação aos normativos e entendimentos técnicos produzidos pela Previc.

Monitorar ambiente regulatório

Compreende o acompanhamento do ambiente regulatório nacional a fim de avaliar a efetividade e os impactos das normas aplicáveis ao sistema de previdência complementar fechado com o objetivo de aperfeiçoar os processos internos da Previc e subsidiar alterações na legislação.

## Diretrizes e Normas – Principais Resultados

### Implementar modernização, proporcionalidade regulatória e simplificação normativa

Consolidação de normas sobre contabilidade, investimentos e atuária, simplificando o arcabouço normativo e facilitando a observância pelas entidades.

### Orientar quanto a melhores práticas e interpretação técnica e normativa

Publicação do documento “Perguntas e Respostas sobre Investimentos da Previdência Complementar”, contendo orientações sobre as novas regras de investimentos consolidadas na Resolução CMN nº 4.661/2018.

Figura 20 - Perguntas e respostas sobre a Res. CMN 4661/18



### Aprimorar regras de investimentos

Atualização de limites e critérios de governança de investimentos, robustecendo a confiabilidade do sistema, agregando segurança e transparência às operações e maior *accountability* dos gestores de investimentos das EFPC (Res. CMN nº 4.661/2018).

### Revisar escopos e atuação das auditorias independentes

Regulamentação da prestação de serviços de auditoria mais voltados às necessidades das EFPC, criando os Comitês de Auditoria e relatório específico a ser elaborado por auditores independentes.

## Diretrizes e Normas – Inovações e Melhorias

### Auditoria Interna e Externa das EFPC

- Instituição do Comitê de Auditoria, obrigatório para as EFPC enquadradas como sistemicamente importantes (ESI), visando fortalecer as linhas de defesa nas entidades com maior porte e relevância sistêmica.
- Criação do Relatório para Propósito Específico, o qual deverá avaliar a adequação dos controles internos e governança da EFPC enquadrada como ESI.

### Investimentos das EFPC

- Ratificação e esclarecimento das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos já exigidas pela atual regulamentação.
- Determinação de aperfeiçoamento dos controles internos, governança e gestão de risco das EFPC.
- Alinhamento da regulação com as demais normas aplicáveis ao mercado.
- Implementação da modernização, proporcionalidade regulatória e simplificação normativa objetivando uma regulação menos complexa e com menor custo de observância em função do nível de risco das EFPC.

### CNPJ por Planos de Benefícios

- A inscrição dos planos de benefícios em CNPJ distintos poderá, em certa medida, mitigar o risco jurídico da determinação judicial de utilização de recursos de um plano de benefícios para outros administrados pela mesma entidade, de modo mais eficaz que o CNPB, vez que há ampla legislação de suporte ao CNPJ como agregador de patrimônios, direitos e obrigações.
- A Resolução CNPC nº 31/2018 criou o CNPJ por plano de benefício no intuito de:
  - Fortalecer o princípio de independência patrimonial dos planos, proporcionando maior segurança jurídica para patrocinadores e participantes.
  - Mitigar o risco jurídico de decisões judiciais de utilização de recursos de um plano de benefícios por outros planos da mesma entidade.
  - Facilitar a operacionalização jurídica em reorganizações societárias de planos de benefícios (cisão, fusão, incorporação e transferência de gerenciamento).
  - Fomentar o sistema, especialmente com a criação de planos para servidores públicos estaduais e municipais.
  - Garantir o alinhamento às inovações da Resolução CMN 4.661/2018, em especial, ao registro de ativos financeiros individualmente com identificação do respectivo plano nos sistemas de custódia.
  - Manter regras tributárias dos planos de benefícios e não incidência de obrigações acessórias, como prestar informações do DIRF, eSocial, eFinanceira etc. para não onerar as EFPC.

### Equacionamento de Deficits

Possibilidade de utilização do prazo total do fluxo de pagamento de benefícios para equacionamento de deficit nos planos de benefício definido fechados a novas adesões que comprovem liquidez e solvência sustentáveis, e equacionem todo o deficit apurado (Res. CNPC nº 30/2018).

### Planos acessíveis a familiares de participantes

A Previc editou a Instrução nº 9/2018, viabilizando que as EFPC assumam a qualidade de instituidoras e, assim, possam oferecer planos de benefícios aos familiares dos seus participantes e assistidos (segmento Plano Família).

### Contratação de seguros para compartilhamento de riscos

A Previc publicou a Instrução nº 7, que define regras para a contratação de seguros para cobertura de riscos dos planos de benefícios administrados pelas EFPC, representando um avanço no compartilhamento de riscos e melhoria da solvência do sistema.

## Diretrizes e Normas – Desafios e Riscos

### Gestão do acervo de normativos

Organização do estoque das normas relacionadas com o regime de previdência complementar fechada, permitindo a avaliação contínua do arcabouço normativo, redução do custo de observância e eliminação de barreiras que dificultam o crescimento do setor.

### Análise de Impacto Normativo

Elaborar modelo de Análise de Impacto Regulatório no processo de normatização, baseada em evidências, para auxiliar na tomada de decisões e maior efetividade às normas expedidas ou propostas pela Previc.

### Criação da Comissão Nacional de Investimentos

Criação de comissão com o objetivo de realizar debates técnicos, pesquisas, estudos, ensaios e outros trabalhos envolvendo o campo do conhecimento de investimentos com vistas ao aprimoramento do regime fechado de previdência complementar.

### Aperfeiçoamento dos Processos de Licenciamento

- Normatizar o peticionamento eletrônico dos requerimentos de reorganização societária, migração e saldamento.
- Aperfeiçoar normatização sobre retirada de patrocínio.

### Modelo de Solvência dos Planos de Benefícios

Desenvolver modelo aperfeiçoado de avaliação da solvência dos planos de benefícios na modalidade CV e do sistema de previdência complementar fechada.

### Aperfeiçoar transparência das EFPC

Edição de norma para promover a transparência das EFPC na divulgação de informações aos participantes e assistidos.

### Seminário de Boas Práticas dos Comitês de Auditoria

Realização de seminário para avaliação das medidas definidas na Instrução Previc nº 3/2018, que regulamentou os Comitês de Auditoria nas EFPC sistemicamente importantes.

### Excessos, Omissões e Conflitos Normativos

- Em que pese a significativa produção recente de proposições normativas, e apesar do esforço que tem dedicado à consolidação de normativos, sempre existem áreas de sobreposição entre normas e áreas sem normatização.
- Os riscos de antinomia e os «vácuos» normativos constituem objeto de permanente atenção da atividade normativa.

CADEIA 2: SUPERVISÃO PRUDENCIAL

Fortalecimento das linhas de defesa do sistema, por meio da atuação preventiva e transparente, da modernização regulatória e da redução dos custos de observância.

A Supervisão Prudencial implementada pela Previc tem por objetivo garantir a estabilidade financeira dos fundos de pensão e o pagamento dos benefícios aos assistidos. As ações de fiscalização abrangem o controle eficaz sobre a governança das EFPC e o papel desempenhado pelos auditores, internos e externos, assim como a supervisão permanente nas entidades de maior risco sistêmico. A Previc desenvolve atividades de investigação e de inteligência para identificação e mensuração dos riscos inerentes ao sistema de previdência complementar fechada, com vistas à produção de informações estratégicas que subsidiem as ações regulatórias e fiscais. Os atos com impacto na relação entre os fundos de pensão e seus participantes estão sujeitos à aprovação da Previc, pela via dos processos de licenciamento. Por isso, os processos da Cadeia 2 são altamente vinculados à legislação, e seus principais interlocutores são pessoas e instituições do próprio sistema de previdência complementar, do governo ou de controle do mercado financeiro.

A Autarquia acompanha sistematicamente as atividades das EFPC, por meio de um sistema de regras prudenciais, entre as quais destacam-se os limites à concentração de riscos e as regras de investimento e governança dos fundos de pensão, bem como a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Figura 21 - Cadeia 2: Supervisão Prudencial

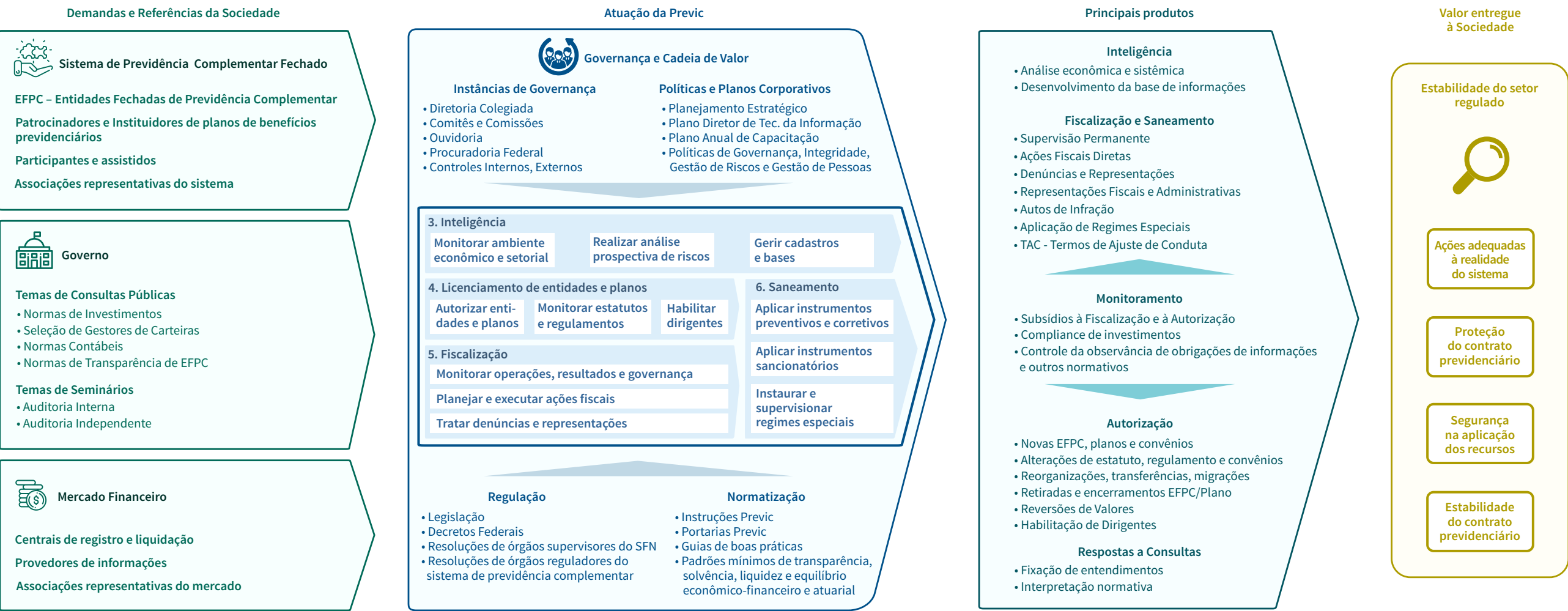
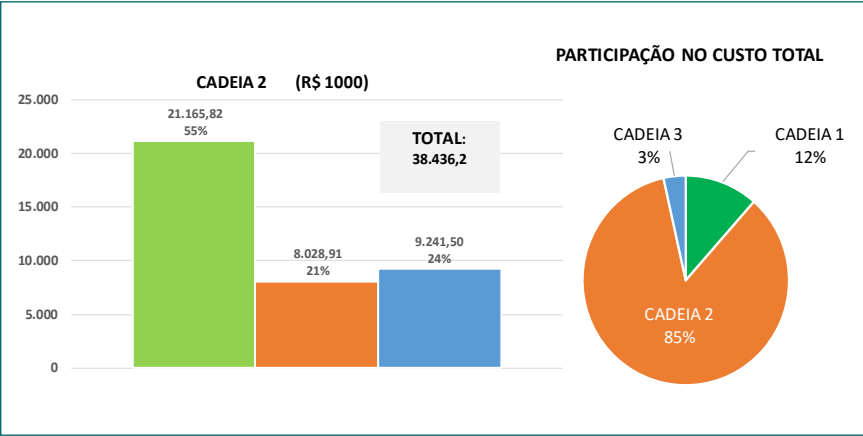




Tabela 13 - Cadeia 2: objetivos estratégicos

Consolidar a supervisão permanente de entidades sistemicamente importantes
Consolidar modelo de habilitação e certificação de dirigentes
Criar processos de trabalho do Comitê Estratégico de Supervisão
Fortalecer a atuação das auditorias: interna, independente e de patrocinadores públicos
Intensificar monitoramento de EFPC com demandas judiciais relevantes
Aprimorar instrução e acompanhamento de processos na CRPC
Intensificar ações preventivas relacionadas à ENCCLA/GAFI
Aprimorar o processo de gestão e análise das informações aplicadas à supervisão direta e indireta
Aprimorar a Gestão dos Processos Sancionatórios
Aperfeiçoar o Monitoramento na Supervisão Prudencial

Figura 22 - Cadeia 2: Custos



Rateios: Os custos estão distribuídos pelos processos finalísticos da Previc (Cadeias 1, 2 e 3), ou seja: são os valores diretamente apropriados às cadeias, acrescidos do rateio das atividades-meio, de modo a demonstrar o custo efetivo do valor gerado à sociedade.

PROCESSOS DA CADEIA 2 – SUPERVISÃO PRUDENCIAL – INTELIGÊNCIA

INTELIGÊNCIA
<p><b>Monitorar ambiente econômico e setorial</b></p> <p>Consiste no levantamento de informações e tendências que possam embasar novas ações de supervisão ou aprimoramento das ações atuais.</p>
<p><b>Realizar análise prospectiva de riscos</b></p> <p>Consiste na identificação e mensuração dos riscos inerentes ao sistema de previdência complementar fechada, com vistas à produção de informações estratégicas que subsidiem as ações da Previc.</p>
<p><b>Gerir cadastros e bases</b></p> <p>Engloba as atividades que asseguram a atualização das bases cadastrais necessárias à atividade de inteligência: p.ex: dados de custodiantes, dados de operações financeiras, dados fornecidos mediante convênios com outros supervisores etc.; engloba também a atualização das bases cadastrais de EFPC, planos de benefícios e dirigentes a cada ato de licenciamento, bem como sua manutenção e curadoria.</p>

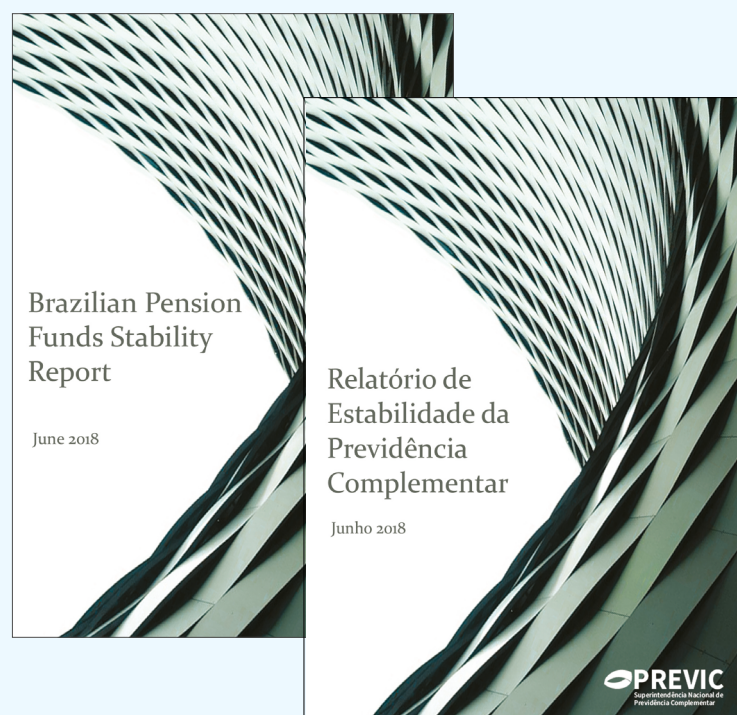
## Inteligência – Principais Resultados

### Análise prospectiva dos riscos

A análise prospectiva de riscos do sistema produz informações estratégicas que subsidiam processo decisório e ações da Previc. Semestralmente é publicado o Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar - REP, no qual se relata a situação do sistema, seus riscos inerentes, riscos às EFPC e evolução regulatória.

O REP já teve três publicações: out/2017, jun/2018 e fev/2019 ([www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/relatorio-de-estabilidade-da-previdencia-complementar-rep](http://www.previc.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/relatorio-de-estabilidade-da-previdencia-complementar-rep)).

Figura 23 - Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar



### Monitoramento do ambiente econômico e social

- O monitoramento do ambiente e dos riscos sistêmicos é discutido no Comitê Estratégico de Supervisão – COES. O comitê avaliou casos em que o nível elevado de insolvência pudesse vir a ocasionar liquidação de determinados planos ou entidades; acompanhou a evolução dos aspectos econômicos particulares de planos, como as rentabilidades alcançadas, nível de exposição aos riscos de crédito e de liquidez; e promoveu estudos sobre a adequação da utilização das premissas atuariais, especialmente em relação à taxa de juros atuarial.
- As análises feitas definem diretrizes para o monitoramento, prevenção e mitigação de riscos, subsidiam novas ações fiscais ou aprimoramento de ações em curso e apontam necessidades de aprimoramento de normativos e fortalecimento de linhas de defesa do sistema.

## Inteligência – Inovações e Melhorias

### Aperfeiçoamento da gestão da base de dados

- Automatização da recepção, verificação e cobrança;
- Alteração regulamentar para permitir ação punitiva em caso de problemas recorrentes na prestação de informações à Previc;
- Maior transparência quanto às informações esperadas e entregues;
- Definição do grupo de indicadores;
- Conciliação automática do Demonstrativo de Investimentos com o Demonstrativo Contábil;
- Cálculo automático de limites de investimentos;
- Incorporação de crítica de entrada para o Demonstrativo de Investimentos, com a identificação de desenquadramento de limites e exigência de justificativa;
- Ampliação da crítica entre demonstrativos contábeis e atuariais recebidos das EFPC;
- Validação automática dos documentos contábeis.

## Inteligência – Desafios e Riscos

### Base de dados de supervisão

Dar continuidade aos aperfeiçoamentos e acompanhar a eficácia das ações iniciadas em 2018.

### Possíveis impactos da reforma da Previdência Social

- As ações de inteligência terão que lidar com grandes mudanças no panorama do sistema de previdência complementar fechada, como:
- A reforma da previdência, que pode aumentar significativamente o número de fundos de pensão públicos, participantes e ativos do sistema;
- O aumento da longevidade;
- A reavaliação da composição e apetite por riscos na gestão dos investimentos das EFPC devido à taxa básica de juros em níveis menores.

PROCESSOS DA CADEIA 2 – SUPERVISÃO PRUDENCIAL – LICENCIAMENTO

LICENCIAMENTO DE ENTIDADES E PLANOS

Autorizar entidades e planos

Envolve as atividades de análise e autorização da constituição, funcionamento e encerramento de entidades fechadas de previdência complementar - EFPC e de planos de benefício de caráter previdenciário, bem como dos respectivos estatutos e regulamentos, englobando ainda a aprovação dos convênios de adesão celebrados por patrocinadores e instituidores.

Permeiam as atividades de licenciamento ainda, a análise e autorização das operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização, relativas aos planos de benefícios e às EFPC; as destinações de reserva especial que envolvam reversões de valores e as retiradas de patrocinadores e instituidores.

O licenciamento tem atuação direta na relação previdenciária: EFPC → Patrocinador/Instituidor → Participante, do início ao fim desse relacionamento.

Monitorar estatutos e regulamentos

Consiste no monitoramento da conformidade técnica e legal de estatutos das entidades fechadas de previdência complementar, convênios e termos de adesão de patrocinadores ou instituidores e regulamentos de planos de benefícios e propor alterações ou cancelamento.

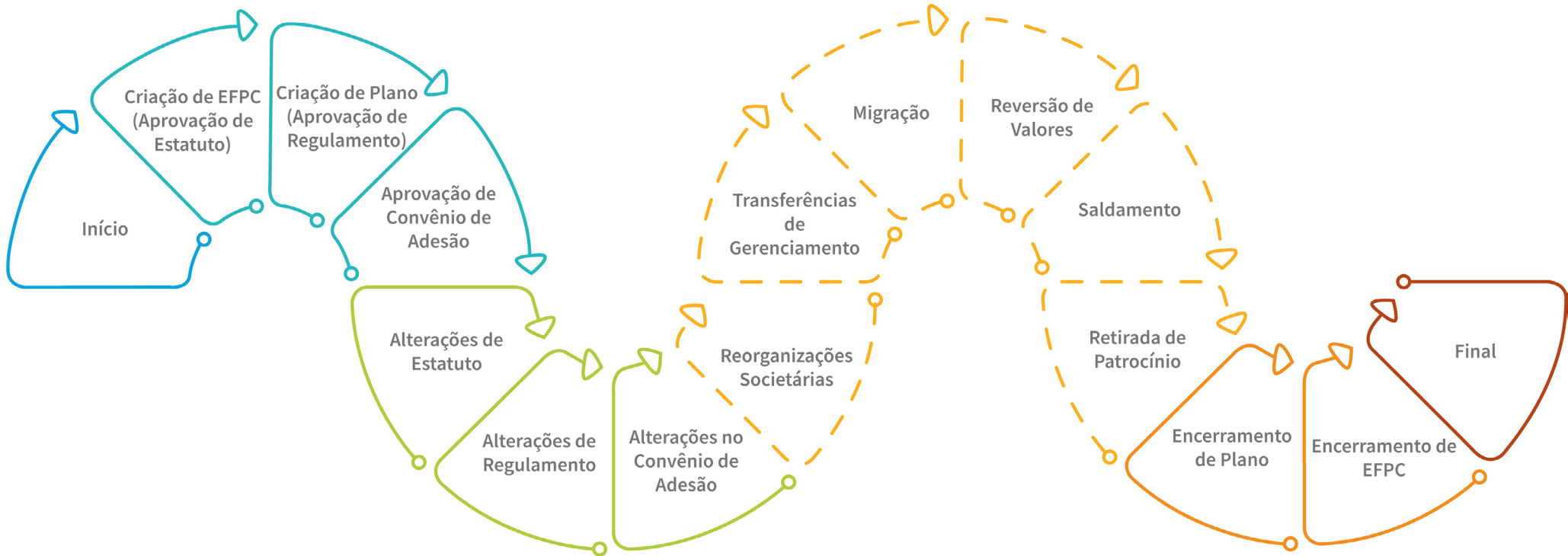
Habilitar dirigentes

Atividade que visa atestar a capacidade técnica dos dirigentes e conselheiros das EFPC do segmento fechado de previdência complementar, além de filtrar aqueles que não apresentem reputação ilibada ou que tenham alguma restrição administrativa ou penal.

Atualmente compreende a emissão do atestado de habilitação aos membros das diretorias-executivas de todas EFPC; e aos membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal de Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), bem como, entrevistas aos indicados para os cargos de Diretor de Investimentos e de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ das Entidades Sistemicamente Importantes.

A entrevista tem por objetivo confirmar presencialmente se a pessoa indicada pela EFPC reúne os requisitos mínimos estabelecidos na norma. Participam das entrevistas a equipe técnica responsável pela habilitação, o Diretor de Licenciamento, o Diretor de Fiscalização e Monitoramento e o Coordenador-Geral de Inteligência e Risco.

Figura 24 - Licenciamento ao longo da vida de um plano de benefícios

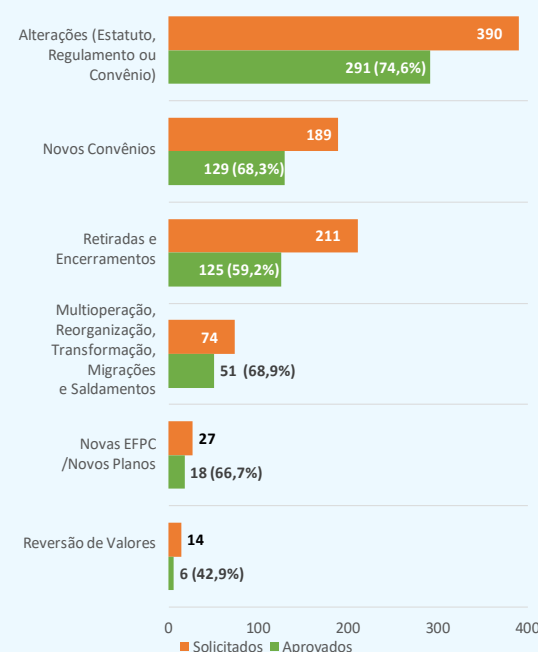


## Licenciamento – Principais Resultados

### Novas autorizações

Em 2018, houve a criação de 18 novas EFPC/novos planos e 189 novos convênios de adesão, os quais podem significar novos patrocinadores ingressando no sistema ou mesmo, o movimento de patrocinadores na busca por uma melhor solução previdenciária para seus empregados (seja por uma mudança de plano ou mesmo pela troca do gestor do plano de benefícios).

Gráfico 14 - Processos de Licenciamento em 2018



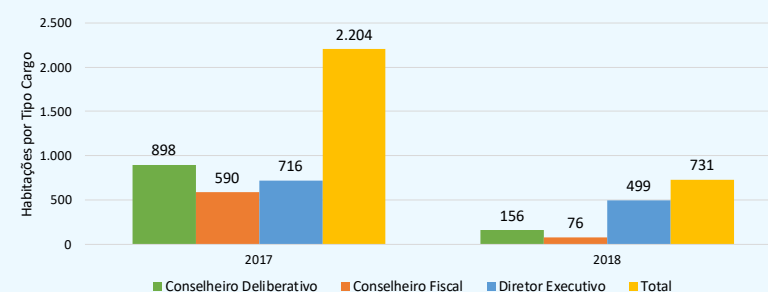
### Abrangência das autorizações

Nas análises, passaram pela Previc cerca de 30% dos planos existentes no sistema, decorrentes de requerimentos de 197 EFPC (aproximadamente 65% das EFPC do sistema), fortalecendo a atuação da Previc enquanto órgão supervisor.

### Habilitação de dirigentes

Após o pico de solicitações de habilitação, que se estendeu desde a introdução da exigência em 2016, até o final de 2017, a demanda por habilitações reduziu-se a valores mais compatíveis com a renovação periódica dos quadros de dirigentes das EFPC.

Gráfico 15- Processos de Habilitação em 2017 e 2018



## Licenciamento – Inovações e Melhorias

### Novo modelo e regulamento padrão de plano de benefícios

A Previc disponibilizou em seu site eletrônico novo modelo de plano instituído (CD 04) e pretende disponibilizar já no início de 2019 mais um regulamento padrão (CD 05), permitindo agregar aos planos coberturas contratadas junto às seguradoras para eventos de risco (invalidez e morte) e de sobrevivência de participantes assistidos; Os regulamentos padrão agilizam o processo de licenciamento, vez que são pré-aprovados pela Previc.

### Peticionamento eletrônico

Os requerimentos de habilitação de dirigentes, retirada de patrocínio, transferência de gerenciamento e consulta passaram a ser submetidos pelas EFPC exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, eliminando assim a necessidade de requerimentos à Previc em meio físico.

O peticionamento eletrônico agiliza o processo de licenciamento, além de contribuir para a redução do consumo de papel e materiais de impressão.

## Licenciamento – Desafios e Riscos

### Peticionamento eletrônico

Expandir o módulo de peticionamento eletrônico para todos os processos de licenciamento analisados pela Previc, que ainda não estejam adequados ao sistema SEI.

### Monitoramento do licenciamento

Intensificar monitoramento dos regulamentos e estatutos vigentes.

### Base de dados cadastrais de EFPC

- Para 2019, tem-se o desafio de definir uma política para cobrança dos arquivos de dados, levantando possibilidade de penalidades para pendências.
- Finalmente, a partir das informações de 2019, objetiva-se consolidar e divulgar as informações das estatísticas de sexo e idade.



PROCESSOS DA CADEIA 2 – SUPERVISÃO PRUDENCIAL – FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

Monitorar operações, resultados e governança

Compreende as atividades de acompanhamento, tratamento e avaliação de dados e informações disponíveis, nas áreas de investimentos, atuarial e contábil, obtidos em fontes internas ou externas, visam identificar tendências e comportamentos atípicos nas atividades das EFPC, com objetivo de subsidiar ações de supervisão direta.

Planejar e executar ações fiscais

A fiscalização das EFPC e de planos de benefícios por elas administrados é realizada com base no Programa Anual de Fiscalização e Monitoramento – PAF, que resume o planejamento da atuação das equipes de fiscalização, valendo-se de conceitos relacionados à Supervisão Baseada em Risco – SBR.

Isto possibilita ao corpo técnico especializado dedicar-se à análise de inteligência dos riscos por trás das informações avaliadas e direcionar os seus esforços para ações prudenciais que tratem e evitem os riscos, antes que eles se materializem. A abordagem prudencial se alia à supervisão de condutas e à supervisão permanente com a finalidade de incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança e gestão de riscos dos supervisionados.

A fiscalização propriamente dita das EFPC e seus planos de benefícios pela Previc é competência privativa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (AFRFB).

Tratar denúncias e representações

Contempla o encaminhamento, tratamento e acompanhamento das denúncias de pessoas físicas ou jurídicas e das representações de autoridades ou órgãos públicos junto à Previc.

As principais medidas adotadas para correção da irregularidade são as seguintes: determinação, advertência, recomendação e envio da denúncia aos Escritórios de Representação.

Havendo indício de crime, é enviada representação à autoridade investigativa competente.

## Fiscalização – Principais Resultados

### Plano Anual de Fiscalização e Monitoramento

- O PAF 2018 foi executado em 99,2% do planejado, com avanços na supervisão indireta baseada em riscos e nas ações de fiscalização direta, mediante denúncias, indícios e informações compartilhadas.
- Paralelamente, o trabalho de inteligência coibiu práticas inadequadas e preveniu problemas antes que a sustentabilidade dos fundos fosse comprometida.

### Ações de Supervisão

- Foram executados 27 procedimentos de Supervisão Permanente - SP nas Entidades Sistemicamente Importantes e em outras entidades selecionadas pela matriz de risco de governança.
- Além disso, foram executadas 34 Ações Fiscais Diretas Específicas - AFDE em entidades com indícios de aquisição de ativos em desconformidade legal e 12 Ações Fiscais Diretas Direcionadas - AFDD em entidades com problemas pontuais de governança, com base em indicadores atuariais, de investimentos e contábeis.

Gráfico 16 - Indicadores de Fiscalização

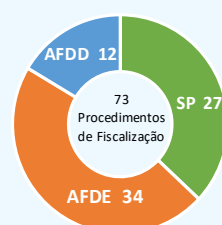
#### ÍNDICE DE EXECUÇÃO PAF

■ SP ■ AFDE ■ AFDD



#### AÇÕES FISCAIS

■ SP ■ AFDE ■ AFDD



## Supervisão Permanente

A Supervisão Permanente, com início em 2016, utiliza metade da força de trabalho da fiscalização e tem como base os princípios da SBR.

- As EFPC são selecionadas de uma matriz de risco de governança, que leva em consideração o porte da entidade (total de provisões matemáticas) e a qualidade da governança da entidade. As EFPC de maior risco são selecionadas para a Supervisão Permanente. As demais serão objeto de monitoramento e outros procedimentos de fiscalização, como AFDD e AFDE.
- Das EFPC sob Supervisão Permanente em 2018, 8 foram classificadas com risco alto e 16 com risco moderado.

Gráfico 17 - Matriz de riscos de governança

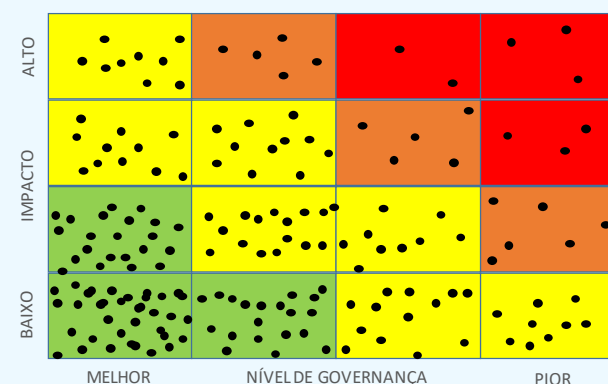
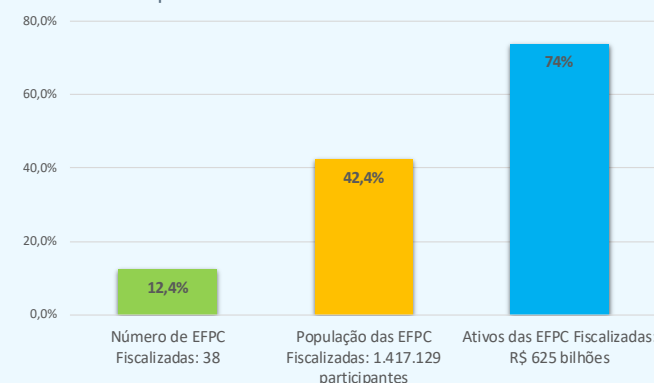


Gráfico 18 - Representatividade no sistema das EFPC sob fiscalização



## Tratamento das Denúncias e Representações

O resultado da atuação é medido de duas formas:

- Índice de tempo médio de tratamento de denúncias e representações: tempo de análise de denúncias representações (em dias) dividido pela quantidade de denúncias e representações analisadas;
- Índice de tratamento de denúncias e representações: quantidade de denúncias e representações analisadas dividido pela quantidade de denúncias e representações recebidas, mais o estoque.

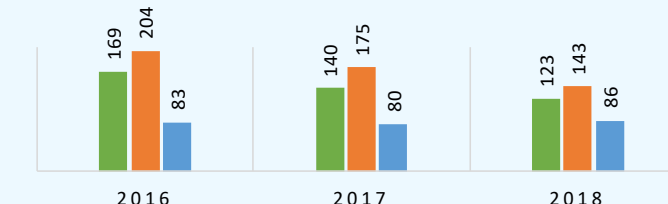
Gráfico 19 - Indicadores de denúncias e representações

### TEMPO DE TRATAMENTO DE DENÚNCIAS REPRESENTAÇÕES



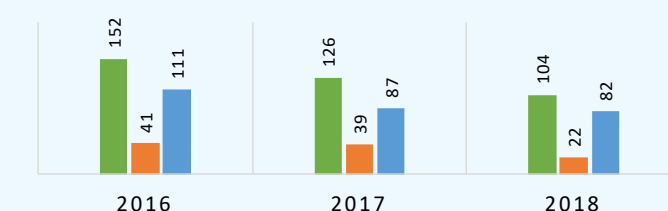
### TRATAMENTO DE DENÚNCIAS REPRESENTAÇÕES

■ Analisada (A) ■ Estoque + Recebidas (B) ■ Índice de Tratamento % (A/B)



### CONCLUSÃO DAS DENÚNCIAS

■ Total de Denúncias ■ Procedentes ■ Improcedentes



## Fiscalização – Inovações e Melhorias

### Consolidação da Supervisão Permanente das ESI

- Aperfeiçoamento do processo de supervisão permanente de fundos de pensão que apresentaram elevados níveis de risco e que se enquadraram em critérios de importância sistêmica. Nessas entidades a fiscalização da autarquia tornou-se permanente, com equipes dedicadas avaliando diferentes aspectos de governança e gestão.
- Com a expertise adquirida nos últimos dois anos, as equipes fiscais puderam focar nos principais riscos e deficiências de governança das entidades, trabalhando sempre como indutores das melhorias de governança.
- Elaboração do Manual da Supervisão Permanente para uniformizar e difundir as melhores práticas dentro das equipes fiscais, assim como realizado um seminário para tratar do assunto.

### Recebimento de dados de monitoramento

Novo sistema para preenchimento e envio, pelas EFPC, de informações para apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação (DPAP), referentes aos resultados do exercício de 2018. Anteriormente os dados eram enviados em planilhas, dificultando o controle e monitoramento das informações.

### Aperfeiçoamento de procedimentos do PAF

- Acompanhamento em tempo real da execução das ações fiscais, desdobramentos das determinações e requisições de posicionamento feitas em ações fiscais diretas.
- Novo procedimento de fiscalização, a ação fiscal direta direcionada (AFDD), em substituição das ações fiscais diretas amplas (AFDA). Com escopo direcionado à avaliação dos controles internos das EFPC, podendo se restringir a uma ou mais áreas previstas (governança, atuária e investimento), as AFDD são selecionadas com base em indicadores atuariais, contábeis e de investimentos gerado pelas áreas de inteligência e monitoramento da Previc.

## Fiscalização – Desafios e Riscos

### Aperfeiçoamento de procedimentos de monitoramento

Dentre os desafios do monitoramento para 2019, estão a automatização dos monitoramentos de compliance (projeto desenvolvido em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI), a consolidação dos indicadores de riscos, com o aperfeiçoamento das análises realizadas, e o fortalecimento das parcerias com os demais órgãos de controle e fiscalização.

### Procedimentos e indicadores para automação do monitoramento

Desenvolvimento e consolidação do grupo de trabalho dos indicadores da Difis, criado para a elaboração e refinamento dos indicadores utilizados para monitorar os riscos das EFPC e seus planos de benefícios, bem como para realizar o efetivo monitoramento destes riscos através de análise e cruzamento de dados e questionamento direto às EFPC

### Boas práticas de governança e controles internos das EFPC

Um importante desafio para as equipes de fiscalização, especialmente na Supervisão Permanente, é induzir boas práticas de governança e os controles internos das entidades, agindo de forma a educar e fornecer as diretrizes de gestão, além de orientar, recomendar e determinar ações a serem tomadas, tem como foco uma correta aplicação dos recursos dos planos à luz dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequabilidade e transparência.

### Risco vs. taxas de retorno dos investimentos das EFPC

O atual cenário de taxa de juros em patamar baixo deve provocar uma maior procura, por parte das fundações, de ativos com maior retorno, e consequentemente maior risco;

## PROCESSOS DA CADEIA 2 – SUPERVISÃO PRUDENCIAL – SANEAMENTO

### SANEAMENTO

#### Aplicar instrumentos preventivos ou corretivos

Consiste na aplicação de instrumentos preventivos ou corretivos para adequação de conduta ou conformidade de informações das entidades fechadas de previdência complementar, por exemplos: solicitações de regularização de informações e termos de ajuste de conduta.

#### Aplicar instrumentos sancionatórios

Contempla a instauração e instrução de autos de infração e comissões de inquérito para julgamento dos processos sancionadores, em primeira instância, pela Diretoria Colegiada da Previc, bem como o julgamento dos recursos e o acompanhamento do julgamento na Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC.

#### Instaurar e supervisionar regimes especiais

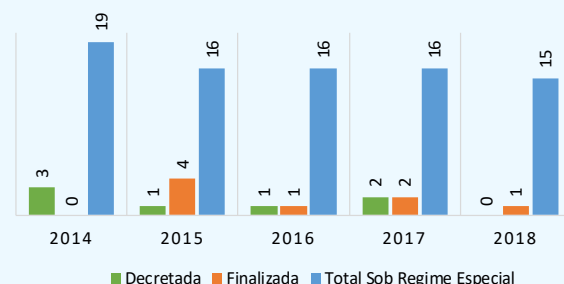
Consiste na elaboração de proposta para decretar liquidação extrajudicial ou intervenção nas EFPC ou administração especial dos planos de benefícios, bem como a supervisão e o encerramento dos regimes especiais já instaurados

#### Saneamento – Principais Resultados

##### Entidades sob regimes especiais

Atualmente estão dois planos em administração especial com poderes de liquidação extrajudicial, três em intervenção e dez entidades em liquidação extrajudicial. Houve 1 intervenção encerrada em 2018.

Gráfico 20 - Evolução das EFPC sob regimes especiais

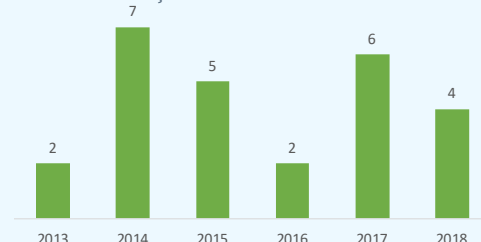


##### Acompanhamento dos julgamentos na Câmara de Recursos da Prev. Complementar (CRPC)

Atuação em 2ª instância, com a interposição de embargos de declaração face às decisões da instância revisora.

##### Termos de Ajustamento de Conduta

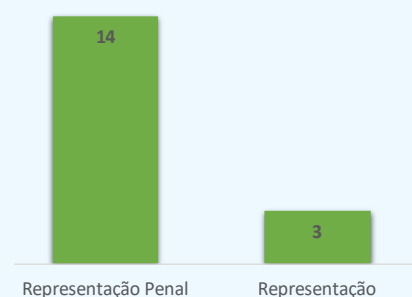
Gráfico 21 - Evolução do número de TAC'S firmados



##### Representações penais e administrativas

Ao final de um procedimento de fiscalização, se for constatado indício de práticas irregulares ou indícios de crimes, a Previc encaminha representação penal ou administrativa sobre tais fatos aos órgãos competentes.

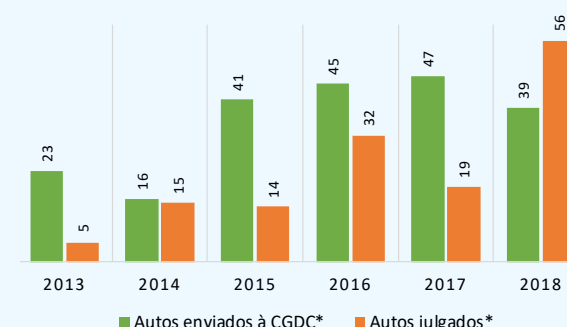
Gráfico 22 - Representações encaminhadas



##### Julgamento de Autos de Infração

Em 2018, 35 autos de infração foram lavrados, e 56 autos de infração foram julgados em 1ª instância pela Dicol. Além disso, foram finalizadas 2 comissões de inquérito em 2018 oriundas da decretação de regimes especiais em 2 EFPC.

Gráfico 23 - Histórico anual de autos de Infração



**R\$ 4.144.163.198,00**

foi o valor dos investimentos que foram objetos de autos de infração. Isso representa 3,6% dos títulos privados e cotas de fundos do sistema.

#### Saneamento – Inovações e Melhorias

##### Aprimoramento do processo de instrução e julgamento de autos de infração

- Redução das etapas de instrução dos autos de infração, sem prejuízo para o devido processo legal, resultando na redução de 50% no tempo total do processo;
- Desenvolvimento de aplicativo de controle para rastreabilidade do processo e outros mecanismos de acompanhamento;
- Realocação e otimização da força de trabalho.

#### Saneamento – Desafios e Riscos

##### Aperfeiçoar processo de instrução e julgamento de autos de infração

Análise e melhoria da força de trabalho, com base nas metas estabelecidas, avaliando a implementação de teletrabalho e de métricas para funcionamento deste.

##### Qualidade do processo de instrução e julgamento de autos de infração

- Evitar a prescrição dos processos administrativos;
- Evitar a reforma das decisões pela CRPC e pelo Poder Judiciário;



CADEIA 3: RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Diálogo com a sociedade, por meio de comunicação institucional e parcerias com órgãos públicos, entidades privadas e organismos internacionais

conjuntos, perseguindo melhores práticas globais e capacitação de equipes.

Adicionalmente, a Cadeia 3 abrange a coordenação, supervisão e execução de iniciativas, projetos e programas de educação financeira e previdenciária, além de artigos e estudos sobre o tema.

Finalmente, cabe-lhe o acompanhamento estratégico de demandas, projetos e proposições de interesse da Previc em tramitação no Congresso Nacional e articulação política com órgãos do executivo para aumento da influência e relevância da Autarquia.

O estabelecimento e a implementação de políticas públicas para a previdência complementar fechada envolvem instâncias distintas, tanto governamentais quanto civis, para as fases de proposição, avaliação, aprovação e implementação. Para tanto, os processos da Cadeia 3 buscam estabelecer relacionamentos com os diversos atores do setor, voltados à celebração de convênios e acordos de cooperação, troca de informações e tecnologia, capacitação de equipes e ações conjuntas com supervisores do sistema financeiro nacional e órgãos de fiscalização e controle, de modo a otimizar os recursos e fortalecer a atuação da Autarquia.

A Previc atua na organização de eventos e na promoção de estudos, pesquisas e debates com associações do segmento, visando ao aperfeiçoamento do sistema. Também trabalha com organismos e agências internacionais para o desenvolvimento de ações e projetos

Figura 25 - Cadeia 3 - Relacionamento Institucional

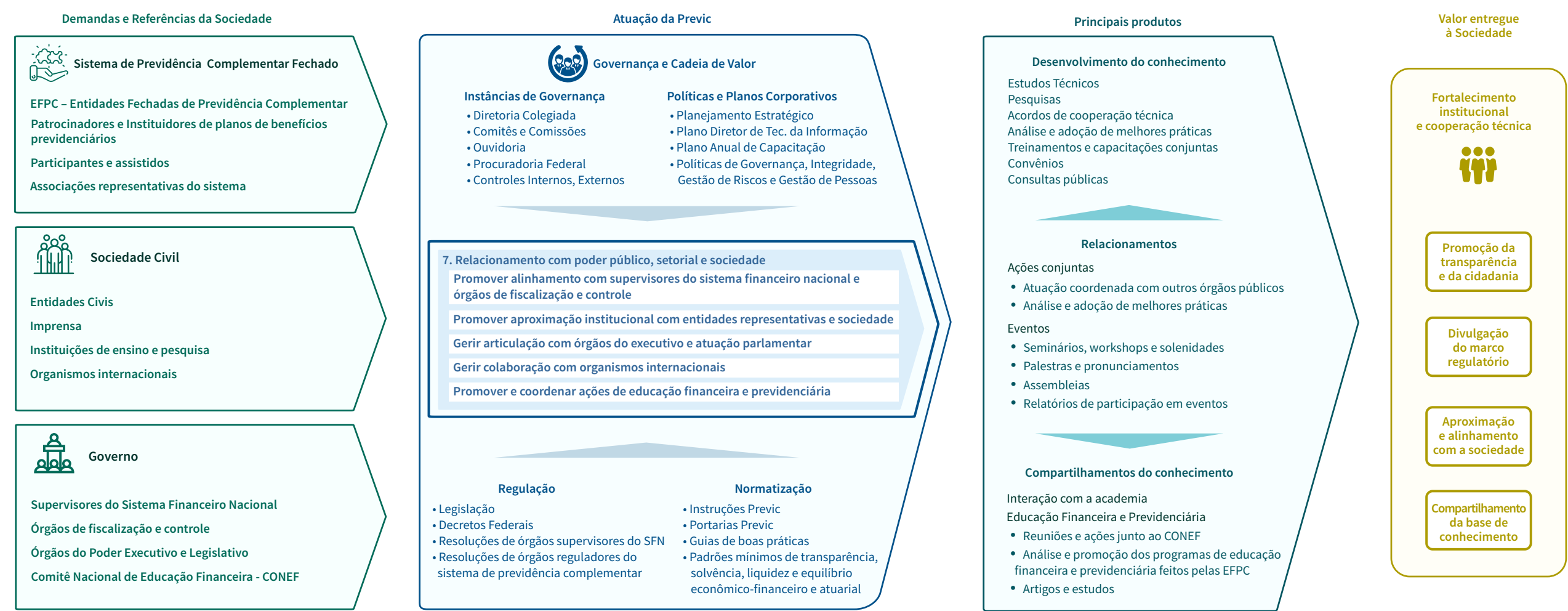
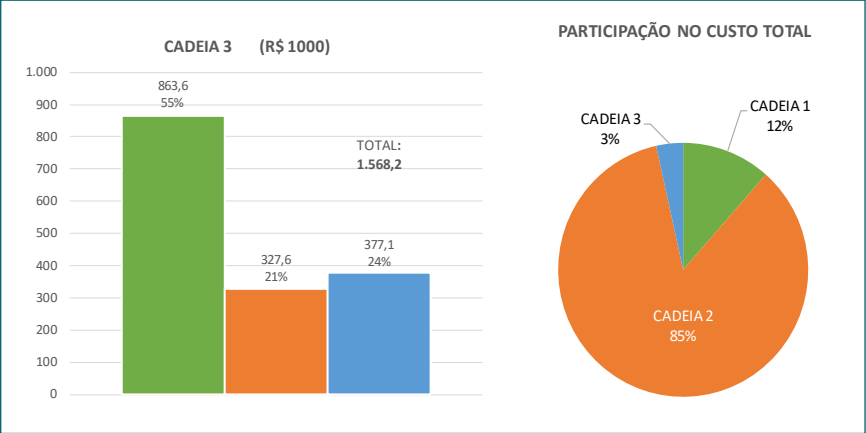


Tabela 14 - Cadeia 3 - Objetivos Estratégicos

Ampliar articulação com supervisores do SFN
Consolidar relacionamento institucional com órgãos de fiscalização e controle
Fortalecer a aproximação com a sociedade, incluindo associações e entidades representativas do mercado
Ampliar a aproximação com organismos internacionais relacionados à previdência e aos Fundos de Pensão
Fortalecer atuação parlamentar da Previc
Promover a educação financeira e previdenciária

Figura 26 - Cadeia 3 - Custos



Rateios: Os custos estão distribuídos pelos processos finalísticos da Previc (Cadeias 1, 2 e 3), ou seja: são os valores diretamente apropriados às cadeias, acrescidos do rateio das atividades-meio, de modo a demonstrar o custo efetivo do valor gerado à sociedade.

PROCESSOS DA CADEIA 3 – RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

RELACIONAMENTO COM PODER PÚBLICO, SETORIAL E SOCIEDADE

Aplicar instrumentos preventivos ou corretivos

Consiste na elaboração e execução de convênios e acordos de cooperação, troca de informações e tecnologia, capacitação de equipes e ações conjuntas com supervisores do sistema financeiro nacional e órgãos de fiscalização e controle, de modo a otimizar os recursos e fortalecer a atuação do Estado.

Promover aproximação institucional com entidades representativas e sociedade

Consiste na interlocução com associações do segmento, englobando a participação em eventos e atuação conjunta visando o aperfeiçoamento do sistema.

Gerir articulação com órgãos do executivo e atuação parlamentar

Consiste no acompanhamento estratégico de demandas, projetos e proposições de interesse da Previc em tramitação no Congresso Nacional e articulação política com órgãos do executivo para aumento da influência e relevância da Previc.

Gerir colaboração com organismos internacionais

Compreende a interlocução com organismos e agências internacionais para desenvolvimento de ações e projetos conjuntos, perseguindo melhores práticas globais e capacitação de equipes.

Promover e coordenar ações de educação financeira e previdenciária

Contempla a promoção, coordenação, supervisão e execução de iniciativas, projetos e programas de educação financeira e previdenciária, além da elaboração de artigos e estudos sobre o tema.

## Relacionamento – Principais Resultados

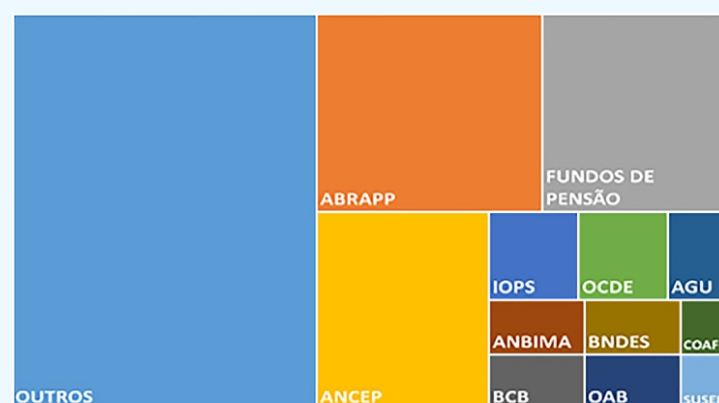
### Novos acordos de cooperação técnica

- Acordo de Cooperação Técnica entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Previc com o objetivo de realizar estudos de interesse comum, inclusive intercâmbio de dados, promover missões técnicas e colaborar no desenvolvimento de publicações e metodologias de pesquisa.
- Acordo de Cooperação Técnica entre Tribunal de Contas da União (TCU) e Previc com vistas ao intercâmbio recíproco de conhecimentos, de informações e de bases de dados do sistema de previdência complementar.
- Extensão do convênio com o Banco Central do Brasil, em vigor desde 2016, para ampliar a troca de dados, de informações e de metodologias de trabalho para acompanhar melhor o desempenho das instituições e mercados sujeitos à fiscalização das autarquias.

### Aproximação dos principais stakeholders e partes relacionadas

A Previc participou de 104 eventos, sendo que 76% desses eventos foram seminários, 14% workshops e 10% solenidades. Houve pronunciamento ou a realização de palestras pela Previc em 55% desses eventos.

Gráfico 24 - Organizadores de eventos previdenciários em 2018



### 5ª Missão Brasileira de Fundos de Pensão no Reino Unido

Em 2018 a Previc participou da 5ª Missão Brasileira de Fundos de Pensão no Reino Unido em Londres e Cambridge, Inglaterra, onde se reuniu com gestores de investimentos, membros do governo britânico e outros atores relevantes da indústria de fundos de pensão no Reino Unido.

### Brasil eleito membro do Comitê Executivo da IOPS

- O Brasil, representado pela Previc, foi eleito membro do Comitê Executivo da International Organisation of Pension Supervisors (IOPS) para mandato de 2019-2020.
- A eleição, ocorrida em 25/10 na Assembleia Geral Anual da IOPS em Pequim, está alinhada ao processo de adesão do país à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- A IOPS é uma organização internacional que representa os supervisores de fundos de pensão, com sede em Paris e composta por 86 países-membros.
- Seu objetivo é aperfeiçoar a qualidade da supervisão dos sistemas de fundos de pensão, fomentando a eficiência operacional e contribuindo para a segurança no pagamento de benefícios.
- Como membro do Comitê Executivo, a Previc contribuirá para a execução do planejamento estratégico da IOPS, aprovação de alterações orçamentárias, deliberação sobre assuntos da Assembleia Geral e supervisão do trabalho da instituição, dentre outras atividades.



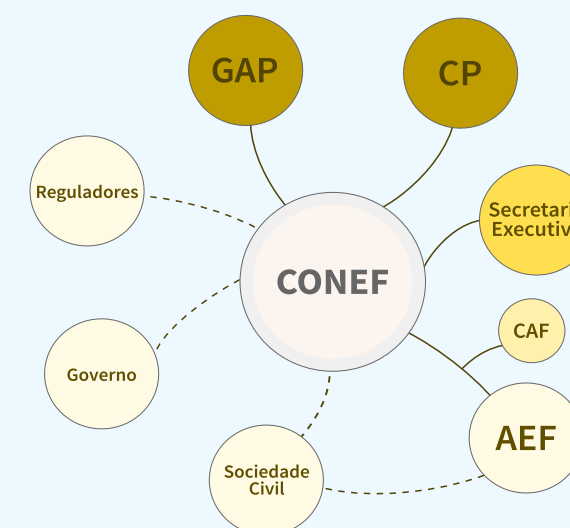
### Aproximação da área acadêmica

Estabelecida parceria com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) de Ribeirão Preto, para pesquisa visando o estabelecimento de um modelo de previsão de resultados atuariais aplicado aos planos de previdência complementar.

### Presidência do CONEF

- As atividades desenvolvidas pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) em 2018 ocorreram sob a presidência da Previc, conforme rodízio anual entre os membros do CONEF previsto no Art. 3º, inciso 4º do Decreto nº 7.397/2010.
- Durante a presidência rotativa, algumas responsabilidades extras recaíram sobre a Previc, especificamente: a coordenação da Comissão Permanente (CP), a coordenação do Comitê de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) e maiores obrigações na organização da Semana ENEF: a organização da agenda oficial, a realização do evento de abertura e elaboração do relatório final.

Figura 27 - Modelo de relacionamento do Conef



### 5ª Semana Nacional de Educação Financeira

A 5ª Semana Nacional de Educação Financeira ocorreu entre os dias 14 e 20 de maio, tendo contado com o envolvimento de 344 instituições, as quais cadastraram 7.350 ações.

As ações alcançaram todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, com atividades presenciais e à distância que superaram a marca de 4 milhões de pessoas, atingindo um crescimento de 40% em relação ao ano anterior.

Gráfico 25 - Número de ações a cada edição da Semana Enef

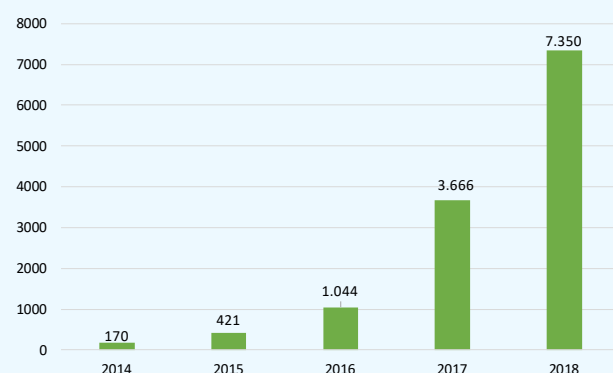
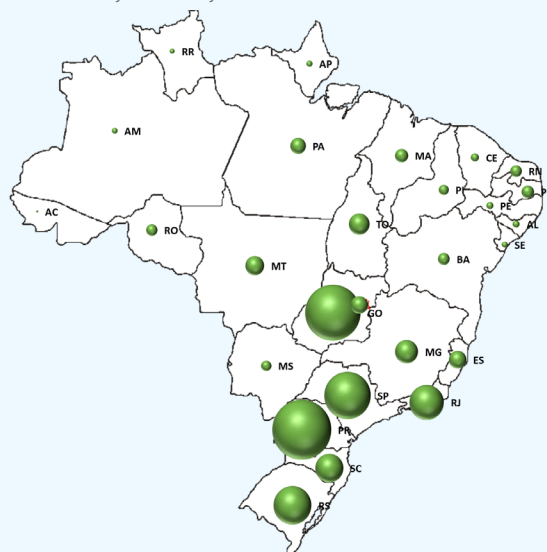


Gráfico 26 - Distribuição das ações da 5ª Semana Enef



## Relacionamento – Inovações e Melhorias

### Reformulação e criação de publicações

Figura 28 - Publicações criadas ou reformuladas



### Nova marca e identidade visual

- A Previc lançou a sua nova marca. A imagem remete ao conceito de proteção, ligado à missão da Previc de assegurar higidez e confiabilidade ao sistema de previdência complementar fechada.
- Desenvolvimento do Manual de Identidade Visual, com aplicação da nova marca nas peças de comunicação e nas placas de sinalização visual.

Figura 29 - Nova marca da Previc



## Relacionamento – Desafios e Riscos

### Garantir a efetividade dos acordos de cooperação

É necessário fazer um acompanhamento constante dos acordos vigentes e sistematizar a forma em que as informações serão trocadas, definindo processo de trabalho e sistema a ser utilizado em cada caso, para garantir que fluam com a tempestividade necessária.

### Fomentar a Educação Previdenciária entre as EFPC

- Para os próximos anos temos o desafio de trazer as experiências bem-sucedidas no âmbito do CONEF e Semana ENEF para as EFPC, tornando a Educação Financeira e Previdenciária um instrumento eficaz de fomento à participação.



# **Conformidade e Eficiência da Gestão**

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



### DECLARAÇÃO DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria de Administração (Dirad) integra a estrutura da Previc, conforme o Decreto nº 8.992, de 20/02/2017 ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D8992.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8992.htm)).

As suas competências regimentais encontram-se regidas pela Portaria MF nº 529/2017, e se constituem em planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas aos sistemas federais de organização, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, administração dos recursos de tecnologia da informação, recursos humanos, serviços gerais e documentação e arquivo, sujeitando-se à

orientação normativa e à supervisão técnica dos respectivos órgãos centrais.

Nesse contexto, compete à Dirad planejar, coordenar, apoiar e supervisionar atividades relacionadas aos citados sistemas, exercendo, portanto, papel articulador entre as unidades gestoras e executoras da Previc e os respectivos órgãos setoriais junto ao Ministério da Fazenda (MF).

O gerenciamento dos recursos, como orçamento, pessoas e tecnologia, entre outros, e os principais processos administrativos (administração predial e logística de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação, gestão orçamentária e financeira) são executados de forma centralizada pelas unidades que compõem sua estrutura.

As ações estratégicas da Dirad estão alinhadas com o plano estratégico da Previc. Entre elas, destacam-se as seguintes:

- Implantação do Painel Tafic: ferramenta Web que aperfeiçoa o modelo de acompanhamento e cobrança administrativa das receitas da Previc;
- Busca por racionalização das despesas institucionais, visando economia e ganho de eficiência nas contratações;
- Extensão da utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI!) a todos os processos administrativos da Previc, na sede e nos escritórios de representação, com ganhos imediatos de economia, agilidade e transparência na tramitação de documentos.
- Investimentos no aperfeiçoamento das atividades finalísticas da Previc, em especial no que tange à melhoria dos escritórios de representação e modernização e incremento dos equipamentos de TI.

A restrição orçamentária que se dá no âmbito do Orçamento Federal é um grande desafio para a gestão administrativa, principalmente a partir da edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou as despesas da União ao montante gasto no ano anterior corrigido pela inflação, com o propósito de adequar o gasto público federal à capacidade de custear despesas.

Tal cenário requereu adequações nos programas da Autarquia e enseja constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade dos recursos empregados preservando-se, no entanto, a qualidade da prestação de serviços à sociedade.

No que tange à gestão de pessoas, a recomposição da força de trabalho e a disponibilidade de oportunidades para aperfeiçoamento exigirão da Administração esforços para a sua concretização.

A Dirad não atua diretamente na execução das atividades finalísticas da Previc, mas dá suporte operacional às atividades de gestão de suas unidades, mantendo cinco Escritórios de Representação e a sede da Autarquia. As particularidades e necessidades específicas de cada unidade constituem o principal desafio da gestão de licitações e contratos, em especial as demandas relacionadas à tecnologia da informação, visto as atividades finalísticas da instituição serem intensivas nessa área.

Sobre as oportunidades de melhoria que se apresentam, cabe destacar:

- Aumento da capacidade e padronização dos serviços estratégicos de TI, conforme o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- Otimização, no momento da revisão de contratos ou prospecção de novos prestadores de serviço, dos serviços e produtos adquiridos, buscando assim, uma maior economia e eficiência na utilização dos recursos;
- Aperfeiçoamento do Plano de Capacitação dos quadros da Instituição; e
- Investimentos nos escritórios de representação, visando adequar o padrão de funcionamento das unidades descentralizadas.

A conformidade e a confiabilidade de gestão, objetos deste capítulo, estão fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (Siafi, Siape, Siads, Siop e Siass) e foram atestadas nas declarações apresentadas pelos gestores responsáveis.

Mais do que uma declaração, o presente enunciado é uma demonstração dos esforços envidados na superação de desafios e obstáculos, na busca pela gestão baseada na excelência de valores, no aprimoramento do desempenho organizacional e no desenvolvimento de parcerias com o foco em resultados orientados para a satisfação da sociedade.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão da Previc atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade, conforme legislação pertinente.

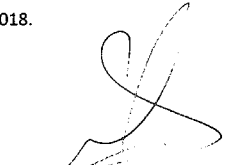
Rita de Cássia Corrêa da Silva  
Diretora de Administração Substituta

DECLARAÇÕES LEGAIS

DECLARAÇÃO

Eu, Mário Galvão de Souza Sória, CPF 962.468.390-53, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmadas até o exercício de 2018, por esta Unidade Prestadora de Contas estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, inclusive o que diz respeito às transferências externas de créditos, registros realizados no SIAFI, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e suas correspondentes em exercícios anteriores.


Brasília, 31 de dezembro de 2018.

  
Mário Galvão de Souza Sória  
Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOC  
Diretoria de Administração – DIRAD  
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

DECLARAÇÃO

Eu, Mário Galvão de Souza Sória, CPF 962.468.390-53, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes a execução física e financeiras das Ações Orçamentárias da LOA 2018, exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas, estão devidamente atualizados conforme orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 31 de dezembro de 2018.

  
Mário Galvão de Souza Sória  
Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOC  
Diretoria de Administração – DIRAD  
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2018 autorizou créditos à Unidade Orçamentária Previc na ordem de R\$ 48,5 milhões; com alterações no exercício, o montante inicial foi modificado para R\$ 48,3 milhões.

Os créditos orçamentários anuais consignados à gestão da Dirad contemplam os seguintes principais grupos de despesas:

Figura 30 - Créditos orçamentários anuais



A execução orçamentária da autarquia é realizada por uma unidade orçamentária centralizada em Brasília. No exercício de 2018, foram executados 98% (R\$ 44 milhões) de seus créditos diretamente na unidade orçamentária e 2% (R\$ 856 mil) na forma de descentralização de crédito, por intermédio de Termo de Execução Descentralizada – TED (INSS, Bacen e ENAP/ESAF; visando a manutenção dos Escritórios de Representação e capacitação de servidores).

Em 2018, a autarquia recebeu dotação de R\$ 48,3 milhões; do total foram empenhados R\$ 44,3 milhões, liquidadas R\$ 41,4 milhões e pagas despesas na ordem de R\$ 39,3 milhões.

Das dotações utilizadas, 53% foram de pessoal e encargos, 2% benefícios a servidores, 42% em outras despesas correntes e 1% em investimentos.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

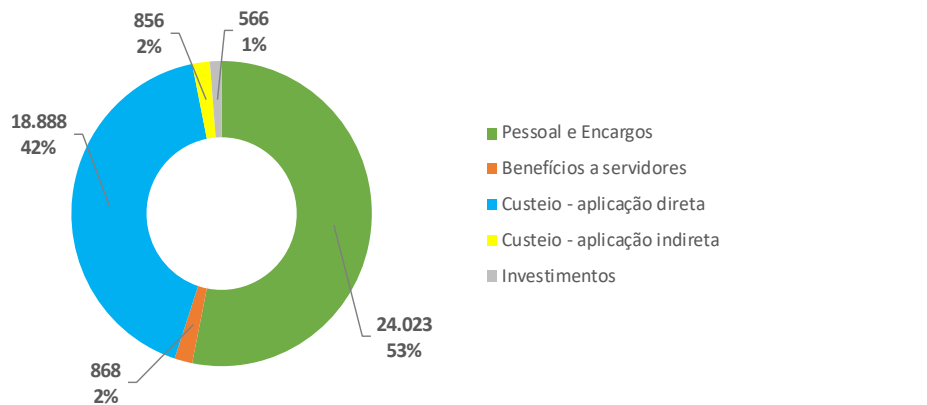
O montante desembolsado no exercício foi de R\$ 39,3 milhões, assim distribuído: pessoal e encargos R\$ 22,2 milhões (56%); outras despesas de custeio e capital R\$ 17,1 milhões (44%).

Em relação aos restos a pagar processados e não processados, equivalentes às obrigações de exercícios anteriores, foi realizado um montante de R\$ 3,3 milhões, ou 77% da obrigação inscrita.

O cronograma de desembolsos financeiros para pagamentos das despesas do exercício e obrigações anteriores foi realizado sem restrições, cumprindo o decreto de programação orçamentária e financeira do exercício.

Em relação ao limite para empenho, controlado pelo decreto de programação orçamentária e financeira, a autarquia utilizou 91% do valor disponibilizado no exercício.

Gráfico 27 - Despesas empenhadas em 2018



A LOA de 2018 fixou despesas para gastos com pessoal e encargos, incluindo os auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, natalidade, funeral, indenizações e ajuda de custo). Também fixou despesas de custeio administrativo para a manutenção das atividades e projetos organizacionais; e para os investimentos como aquisição de materiais permanentes e evolução e desenvolvimento de sistemas de TI.



Essas despesas corresponderam às atividades e projetos autorizados na LOA:

Gráfico 28 - LOA - Execução orçamentária 2018

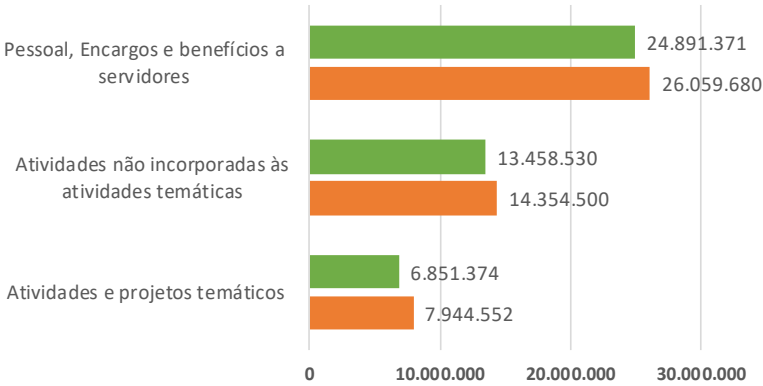


Gráfico 29 – Execução orçamentária: gastos com pessoal e correlatos

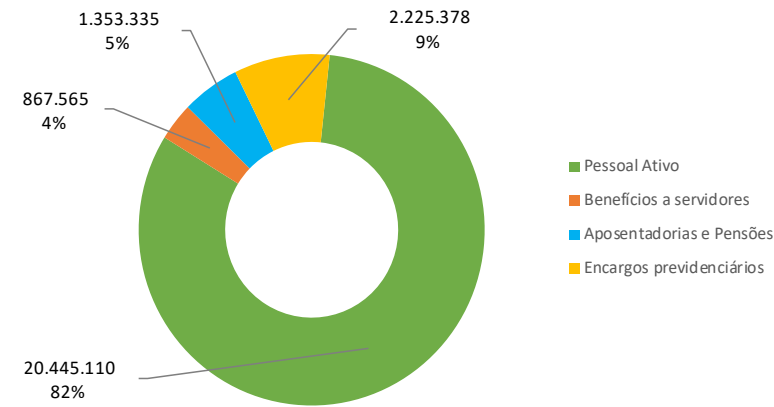
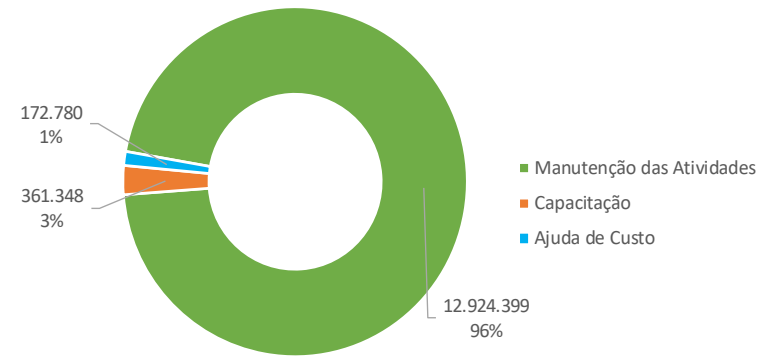


Gráfico 30 - Execução orçamentária: manutenção administrativa, capacitação e ajudas de custo



DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DA PREVIC 2018 - 2017

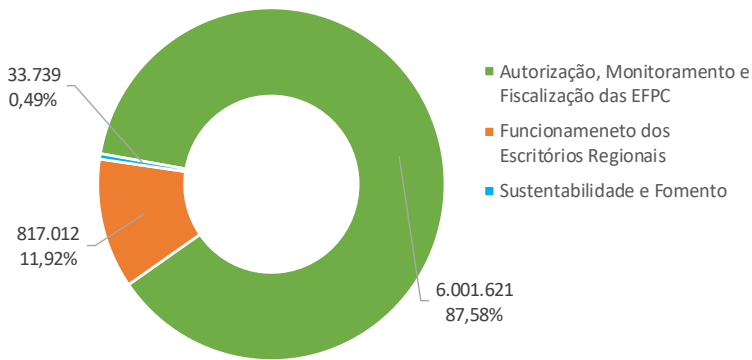
2018

Despesas	DOTAÇÃO Autorizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	DESPESAS LIQUIDADAS (c)	DESPESAS PAGAS (d)	RP PAGO (e)	Variação R\$(k)=(b)-(g)	Variação % (l)=(b)/(g)
Investimentos	1.327	566	1	1	1.156	-877	-60,78%
Custeio	21.993	19.744	17.556	17.042	2.083	-1.324	-6,28%
Pagto de Pessoal	25.038	24.891	23.914	22.263	98	583	2,40%
Totais	48.358	45.201	41.471	39.306	3.337	-1.618	-3,46%

2017

Despesas	DOTAÇÃO Autorizada (f)	"DESPESAS EMPENHADAS (g)	"DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	RP PAGO (j)
Investimentos	3.165	1.443	112	112	1.147
Custeio	22.414	21.068	18.939	18.611	2.424
Pagto de Pessoal	25.662	24.308	24.288	24.184	110
Totais	51.241	46.819	43.339	42.907	3.681

Gráfico 31 – Execução orçamentária: gastos finalísticos



No exercício financeiro de 2018, a Previc efetuou pagamentos na ordem de R\$ 39 milhões relativos a despesas com pessoal, encargos, benefícios assistenciais, despesas finalísticas e demais gastos de custeio administrativo, e de R\$ 5 milhões relativos a restos a pagar processados e não processados, dos quais R\$ 1,7 milhões refere-se à folha de salários paga em 2019.

O maior custo da Previc é com pessoal ativo, na ordem de R\$ 24,9 milhões, considerando as despesas empenhadas, que registrou um acréscimo na ordem de 2,4 % em relação a 2017.

Em relação a despesas de custeio, houve poucas alterações, como reduções de cópias e impressões, telefonia, diárias e passagens em ações de fiscalização, ajuda de custo para moradia e parte dos contratos de prestação de serviços. Houve redução de 60,7% nos investimentos realizados em face de restrição orçamentária. A maior parte dos investimentos realizados pela Previc é na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.



Apesar de, em julho de 2017, o planejamento para 2018 ter limitado o orçamento de outras despesas de custeio e capital a R\$ 19,9 milhões (PLOA), houve liberação na LOA de R\$ 22,8 milhões.

Entretanto, após a edição do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, foram bloqueados R\$ 798 mil, cuja liberação só se deu no mês de outubro. Essa liberação tardia frente à legislação vigente impossibilitou a utilização de boa parte desse valor.

Apurou-se economia no empenho de despesa em atividades e projetos considerados prioritários como o registrado na Ação de Funcionamento dos Escritórios de Representação, na ordem de R\$ 900 mil reais, devido ao adiamento de parte da modernização dos Escritórios de Representação de São Paulo, Belo Horizonte e Recife.

Em suma, constata-se que o planejamento orçamentário do exercício foi satisfatório, considerando os remanejamentos de créditos realizados pela Administração, bem como a programação financeira dos gastos e o pagamento dos restos a pagar.

O planejamento orçamentário da Previc para o exercício de 2019 registra um montante de R\$ 48,9 milhões de reais, isto é, um acréscimo de 1,2% mantendo as mesmas atividades e projetos inseridos nos Programas de Governo: Previdência Social; Operações Especiais - Gestão de Participação em Organismos Nacionais e Internacionais; Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda e Previdência de Inativos e Pensionistas.

Despesas com pessoal e encargos

A força de trabalho efetiva da Previc soma 234 servidores, além de 12 beneficiados na folha de aposentadoria.

Tabela 15 - Despesas com Pessoal e encargos

Elementos de Despesa	Valor pago R\$ mil
01 - Aposentadoria RPPS	1.353
03 - Pensões RPPS	0
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	19.084
Demais elementos	3.586
Total	24.023

Outras despesas de custeio

Nesse grupo são classificados os principais contratos com pessoas jurídicas; o principal parceiro da autarquia é a Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social. Outro fato relevante é a sede da Autarquia estar em imóvel alugado, de modo que parcela significativa da despesa é direcionada para esse fim, sob a rubrica “Outros serviços de Terceiros – PJ”. Ainda, nesse grupo, figuram os demais contratos para pessoal de apoio administrativo e operacional, conservação e limpeza e outros, além das despesas realizadas com capacitação de servidores e ajuda de custo para moradia, não especificadas.

Tabela 16 - Outras despesas de custeio

Elementos de Despesa	Valor pago R\$ mil
37 - Locação de mão-de-obra	3.645
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	5.429
40 - TIC	8.882
Demais elementos	1.788
Total	19.744

Tabela 17 - Outras despesas de custeio - benefícios assistenciais

Elementos de Despesa	Valor pago R\$ mil
Assistência Médica e Odontológica	233
Assistência Pré-Escolar	126
Auxílio-Transporte	22
Auxílio-Alimentação	485
Auxílio-Natalidade	2
Total	868

Investimentos

Tabela 18 - Gastos com investimentos

Elementos de Despesa	Valor pago R\$ mil
39 - Outros Serviços de Terceiros	10
40 - Aquisição de Softwares - TIC	413
52 - Material Permanente	143
Total	566

Resumo de gastos e execução orçamentária

Gráfico 32 - Distribuição geral dos gastos

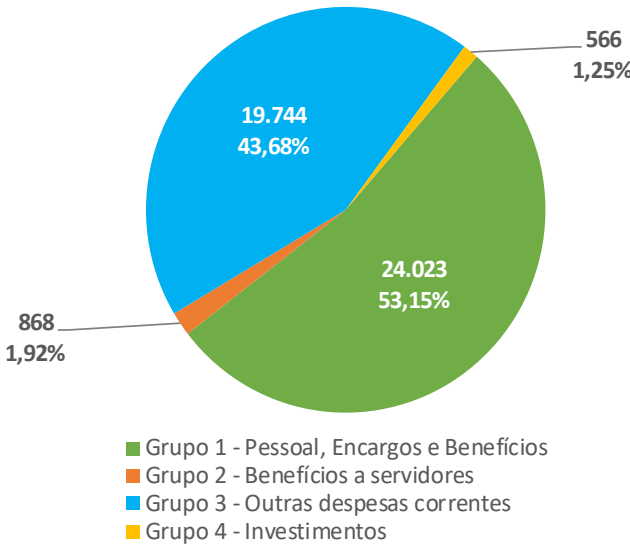


Tabela 19 - Execução orçamentária de programas e ações 2018-2017 (R\$ 1000)

PROGRAMA	AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		
		DEZ / 2018	DEZ / 2017	%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.353	926	46
Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Nacionais e Internacionais	Contribuições	46	37	24
Previdência Social	Funcionamento dos Escritórios Regionais da Previc	817	1.131	-28
	Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social	3	0	100
	Sustentabilidade e Fomento do Regime de Previdência Complementar	30	2	1.400
	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas	6.000	6.180	-3
Gestão e Manutenção da Unidade	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações RPPS	2.225	2.454	-9
	Administração da Unidade	12.919	13.730	-6
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis	232	312	-26
	Ativos da União	20.444	20.926	-2
	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis	634	667	-5
	Ajuda de Custo para Moradia	172	234	-26
	Capacitação de Servidores Públicos Federais	326	219	49
TOTAL - PROGRAMAS E AÇÕES		45.201	46.818	-3

Contingenciamento de despesas

O contingenciamento de despesas, no exercício de 2018, foi de cerca de R\$ 798 mil. Este valor contingenciado, somado principalmente ao saldo não gasto da Ação 20EI proporcionou uma economia de empenho de aproximadamente 9% em relação ao orçamento para custeio.

O crédito descontinenciado do limite para empenho de 2018, não foi totalmente realizado, devido ao seu desbloqueio ter se efetivado na parte final do ano.

Em suma, o contingenciamento aplicado não provocou impacto na programação orçamentária ordinária e financeira no exercício que se findou. Isto deveu-se ao valor contingenciado ser oriundo de crédito a maior entre a PLOA e LOA. Assim, não havia ações planejadas, durante o período de levantamento de necessidades, com expectativa de custeio de maneira direta por tais valores.

Tabela 20 - Cronologia da liberação do limite para empenho das despesas discricionárias (outras despesas de custeio e capital) – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira

DATA	VALOR (R\$ 1000)
15.02.18	3.000
21.02.18	13.612
02.08.18	5.538
03.10.18	721
Total	22.871

Figura 31 - Principais impactos das restrições orçamentárias e financeiras e ações mitigatórias

Apesar do contingenciamento em termos globais não ter efetivamente afetado a execução das ações planejadas, importante registrar que houve necessidade de alterações de créditos entre as Ações, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade da prestação de serviços, além de reprogramação de créditos visando dar condições aos processos de investimento.

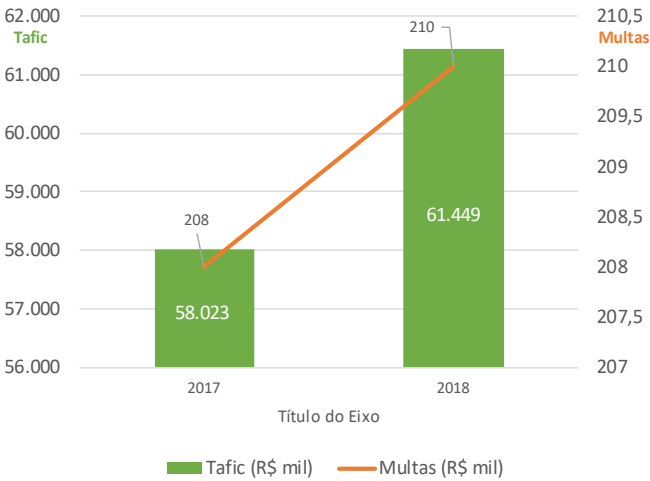
- Durante os processos de renovações de contratos foi negociada a redução de seus valores;
- Limites orçamentários liberados no final do exercício acarretaram atrasos na abertura de alguns processos licitatórios, o que estimulou as inscrições de restos a pagar;
- A reprogramação orçamentária permitiu à Previc promover investimentos cruciais na área de Tecnologia, viabilizando melhores condições de segurança às suas atividades.

Receitas

A Previc apresenta duas fontes de receitas: a primeira é o pagamento, pelas EFPC, da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic), criada pelo artigo 12 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009. Esta é a principal receita da instituição. A segunda fonte de receitas é o processo sancionador, em consequência da aplicação de multas aos autuados do sistema fiscalizado pela Previc.

O processo sancionador tem início com a lavratura do Auto de Infração, que será, após a devida instrução, julgado em primeira instância pela Diretoria Colegiada da Previc. Caso haja recurso, o processo passa a ser discutido na Câmara de Recursos da Previdência Complementar, a qual pode confirmar a decisão, reformá-la ou mesmo anulá-la.

Gráfico 33 - Arrecadação - Tafic e multas



GESTÃO DE CUSTOS

A estimativa de custo está presente desde o momento do planejamento orçamentário até a efetiva execução da despesa, considerando que a mesma produzirá uma prestação de serviço, atendendo ao objetivo da autarquia. Ou seja, apura-se por atividade e projetos os insumos formadores do custo de cada segmento. Assim,

apresentamos a estimativa de custo por área finalística, considerando a Diretoria de Orientação Técnica e Normas, a Diretoria de Fiscalização e Monitoramento e Diretoria de Licenciamento, incluindo os Escritórios de Representação e da área de Suporte às atividades finalísticas. Importa lembrar que os salários dos Auditores Fiscais e Procuradores Federais não estão computados na unidade orçamentária Previc.

Estimativa de custos e execução do orçamento

Contabilmente, a Previc agrega os seus custos operacionais diretos de fiscalização e supervisão no programa Previdência Social, correspondendo a R\$ 7,9 milhões (17%) do seu orçamento total. Note-se que este valor não inclui as despesas de pessoal e encargos, assim como também não se incluem as despesas com as áreas de suporte, com aposentadorias e com pensões.

Tabela 21 - Estimativa de custo total

Estimativa de Custo Total	LOA	Execução	% Execução
Área Finalística - Outras Despesas Correntes e Capital	7.944.552	6.851.374	86,24
Área Finalística - Pessoal sem Encargos - Estimado	11.642.393	11.302.057	97,08
Área de Suporte - Outras Despesas Correntes e Capital	15.376.178	14.326.077	93,17
Área de Suporte - Pessoal sem Encargos - Estimado	9.448.898	9.143.053	96,76
Encargos Previdenciários	2.576	2.225.378	86,39
Aposentadorias e Pensões	1.370.171	1.353.335	98,77
Total	48.358.732	45.201.274	93,47

R\$ 38,9 milhões (83% do total) estão agregados ao programa de Gestão da Manutenção do Ministério da Fazenda, e incluem as despesas de pessoal ativo, que somadas as áreas finalística e de suporte, montam a aproximadamente R\$ 21,1 milhões, ou 44% do orçamento total da Autarquia.

Tabela 22 - Estimativa de custo por programa de governo

Estimativa de Custo Total - Por Programa de Governo	LOA	Execução	% Execução
Previdência Social	7.944.552	6.851.374	86,24
Gestão do Ministério da Fazenda	38.996.267	36.950.255	94,75
Operações Especiais - Participação em Organismos	47.742	46.309	97,00
Previdência de Inativos	1.370.171	1.353.335	98,77
Total	48.358.732	45.201.273	93,47

Custos das atividades finalísticas

Para uma análise gerencial, foram apresentados junto às cadeias finalísticas do Capítulo 2 deste relatório as estimativas dos valores despendidos em cada uma, calculadas pela apropriação direta dos respectivos custos operacionais e de pessoal, acrescidos do rateio dos custos indiretos de suporte, encargos, aposentadorias e pensões.

Em função da natureza administrativa dos processos da Previc, foi utilizada como chave o número de pessoas lotadas em cada área de suporte, para rateio das despesas de folha de pagamento, TI e outros contratos.

O valor total estimado para as três cadeias finalísticas, portanto, corresponde ao custo total de R\$ 48.358.732 da LOA para a Previc.

DESAFIOS

- Prosseguir observando as diretrizes do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF), que tem entre suas propostas oferecer aos gestores ambiente de superação de desafios gerenciais, modernização de gestão e busca por maior eficiência das ações;
- Oferecer aos gestores um ambiente permanente de direcionamento de estratégia e construções coletivas, valendo-se do modelo de gestão denominado cadeia de valor, constante do PMIMF;
- Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Previc, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras;
- Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas correntes da Autarquia;
- Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos;
- Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;
- Intensificar a comunicação com vistas à conscientização dos servidores.

GESTÃO DE PESSOAS

LEGISLAÇÃO APLICADA

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Previc observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. A Previc segue o ordenamento federal, verificando constantemente as normas publicadas pela Secretaria

de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público/MP, e emitindo, quando necessário, atos internos de gestão.

O conjunto dos principais atos normativos disciplinares e observados pela Previc em 2018 foram:

Figura 32 - Atos normativos e disciplinares em gestão de pessoas



INDICADORES DE CONFORMIDADE

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e ao cumprimento dos tópicos indicados, não havendo pendência por parte da Previc.

1. Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda – com a emissão da Instrução Normativa - TCU nº 67/2011, a maioria dos servidores autorizou o acesso a Declaração de Bens e Renda.
2. Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões: em 2018, houve quatro vacâncias (declaração de cargo vago), sendo três aposentadorias e uma posse em cargo inacumulável, todas devidamente lançadas no SISAC, em observância à Lei nº 8.112/1990.
3. Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle: a Secretaria de Gestão de Pessoas

e Relações de Trabalho no Serviço Público/MP audita a folha de pagamento, e não há pendências registradas.

4. Reposição ao erário: foram instaurados nove processos para reposição de valores recebidos indevidamente por sete estagiários e dois servidores. As ocorrências, geradas por falhas do sistema Siape, geraram retorno aos cofres da União de R\$ 8.979,88.
5. Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios: publicados em Atos Oficiais na Intranet da Previc sem pendências de conformidades.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Distribuição dos servidores por situação funcional

A força de trabalho da Previc é composta por 83 servidores do plano de carreiras e cargos da Previc (PCC Previc), dos quais seis estão cedidos a outros órgãos; 105 Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (por determinação legal, a realização de procedimentos de fiscalização é privativa dos AFRFB); 26 servidores requisitados de outros órgãos; 12 em exercício descentralizado, dos quais 10 são Procuradores Federais e dois são Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, e oito sem vínculo com administração pública federal, totalizando 234 servidores em sua força de trabalho.

Tabela 23 - Servidores do PCC Previc

Plano de Cargos e Carreiras Previc (PCC Previc)	Nº de Servidores
Especialista em Previdência Complementar	38
Analista Administrativo	12
Técnico Administrativo	9
Egressos da Secretaria de Previdência Complementar (SPC)	24
<b>Total PCC Previc</b>	<b>83</b>



Tabela 24 – Situação funcional dos servidores da Previc

SITUAÇÃO FUNCIONAL					
PCC Previc (cedidos)	PCC Previc (cedidos a outros órgãos)	AFRFB	Requisitados	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado
77	6	105	26	8	12
32,9%	2,6%	44,9%	11,1%	3,4%	5,1%
TOTAL: 234 SERVIDORES					

Gênero e raça

Dos 234 servidores da Previc, 162 (69%) são homens e 72 (31%) são mulheres. Dos 137 cargos em comissão e funções gratificadas, 123 estão atualmente ocupados, 88 por homens (72%) e 35 (28%) por mulheres. Proporcionalmente à quantidade de cada um dos gêneros, 54% dos homens e 49% das mulheres ocupam esses cargos ou funções.

Quanto à distribuição por raças, 67% dos servidores se declararam brancos; 26%, pardos; 6%, negros; e 1% dos servidores preferiram não informar.

Gráfico 34 - Servidores por gênero

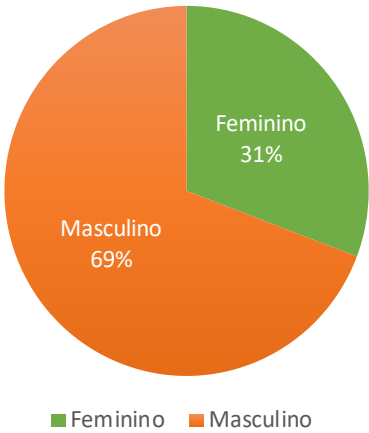


Gráfico 35 - Proporção de homens e mulheres ocupando cargos comissionados ou funções gratificadas

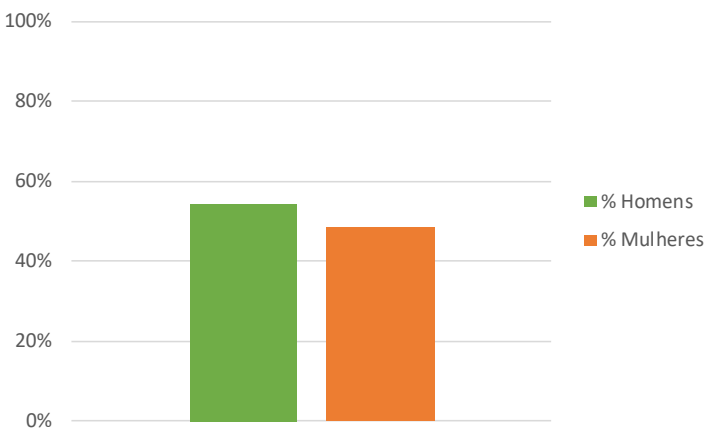


Gráfico 36 – Proporção de ocupação por gênero de cargos comissionados ou funções gratificadas

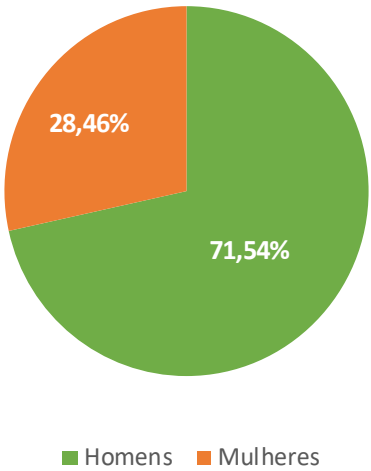
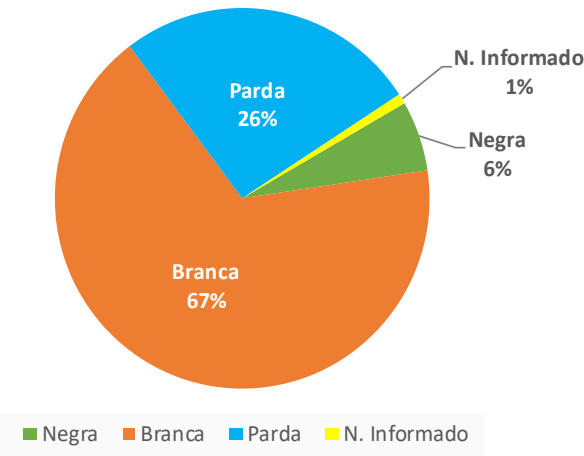


Gráfico 37 - Servidores por raça



Com relação ao Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça, desenvolvido e patrocinado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, foram executadas oito ações de valorização da diversidade humana, nos eixos Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional.

O eixo Gestão de Pessoas abrange as dimensões recrutamento e seleção; capacitação e treinamento; ascensão funcional e plano de cargos e carreira - salário e remuneração; políticas de benefícios; e programas de saúde e segurança.

O eixo Cultura Organizacional compreende mecanismos de combate às práticas de desigualdade, às discriminações de gênero e raça, e à ocorrência de assédio moral e sexual; prática de capacitação na rede de relacionamentos da organização; e propaganda institucional interna e externa.

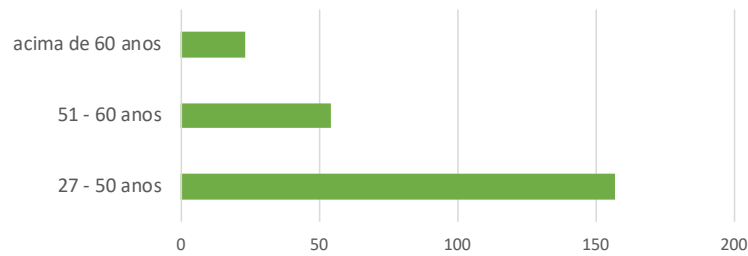
Portadores de deficiência

Na carreira da Previc, quatro pessoas, o equivalente a 4,81% dos servidores, são portadores de deficiência, em atendimento ao que prevê a Lei nº 8.112/1990 e o Decreto nº 3.298/1999.

Idade dos servidores

A força de trabalho da Previc é predominantemente jovem, com a média de idade em torno de 44 anos, contribuindo com a inovação do conhecimento. Contudo, todos os servidores acima de 60 anos e 14 servidores entre 51-60 anos já estão em condição de se aposentar, acarretando risco de redução de 16% da força de trabalho da carreira específica da Previc, o que comprometeria a retenção do conhecimento no âmbito organizacional.

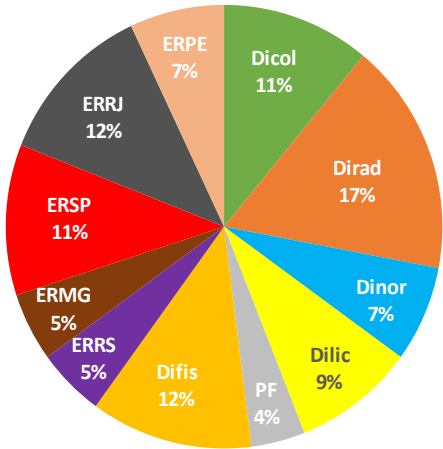
Gráfico 38 - Distribuição dos servidores por faixa etária



Distribuição dos servidores por área

As áreas finalísticas da Previc – Diretoria de Fiscalização e Monitoramento (Difis), Escritórios de Representação, Diretoria de Licenciamento (Dilic) e Diretoria de Orientação e Normas (Dinor) – concentram 68% da força de trabalho da Autarquia. As áreas de apoio estão distribuídas entre a Diretoria de Administração, Diretoria Colegiada e Procuradoria Federal.

Gráfico 39 - Distribuição de servidores por unidades da Previc



Cargos gerenciais ocupados por servidores

Observa-se da tabela a seguir que 22 (ou 60,5%) dos 32 cargos em comissão DAS níveis 1 a 4 estão ocupados por servidores de carreira, e 6 (100%) de 6 cargos em comissão DAS níveis 5 e 6 (procurador federal e diretores) estão ocupados por servidores de carreira, considerados os substitutos dos cargos vagos. Estes percentuais são superiores aos mínimos estabelecidos no Decreto nº 5.497/2005 (60% para os níveis 1 a 4 e 50% para os níveis 5 e 6).

Tabela 25 - Ocupação dos cargos em comissão

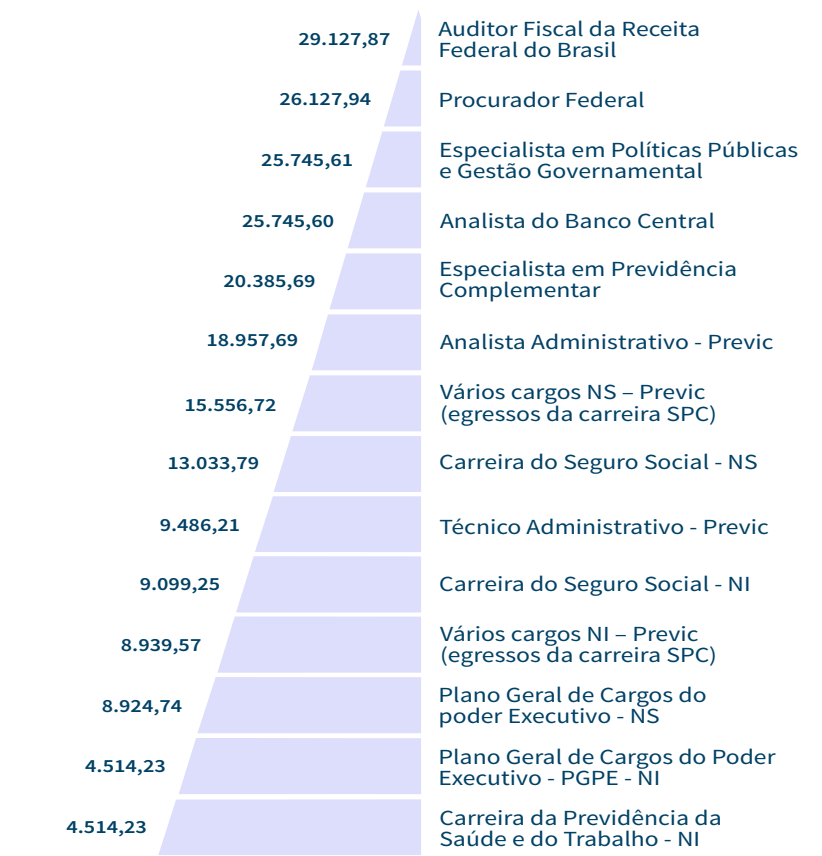
Nível DAS	Quantidade	Servidores de Carreira	Servidores sem vínculo	Vagos
101.6	1	0	0	1
101.5	5	1	0	4
102.4	1	0	0	1
101.4	11	9	1	1
101.3	14	10	4	0
101.2	6	3	3	0
Total	38	23	8	7

REMUNERAÇÃO E DESPESAS DE PESSOAL

Remuneração

A força de trabalho da Previc atualmente compõe sete carreiras estruturadas na Administração Pública Federal Direta e Indireta da União, com salários variando de R\$ 4.514,23 a R\$ 29.127,87.

Figura 33 - Faixas salariais dos cargos de servidores em exercício na Previc



Fonte: Tabela de remuneração e subsídios do MP. Os valores considerados são referentes aos tetos das carreiras.

Despesas de pessoal

Em 2018, houve decréscimo de 1,2% na despesa gerada com a Folha de Pagamento, apesar do aumento de 46% da despesa com os inativos. Este decréscimo é reflexo da redução da força de trabalho. Não geram despesa à Previc, em relação aos seus vencimentos, 105 auditores-fiscais requisitados da Receita Federal, 25 dos 26 servidores requisitados de outras carreiras e 12 servidores em exercício descentralizado.

Tabela 26 - Despesas com pessoal e encargos

	2017	2018	Variação %
	926.473,06	1.353.335,52	46,07
Aposentado RPPS; Reserva Remunerada e Reforma Militar; Contribuição a EFPC, Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil	235.527,67	273.964,46	16,32
	19.496.548,95	19.084.803,86	-2,11
Obrigações Patronais	2.625.720,04	2.361.917,31	-10
Outras Despesas variáveis - Pessoal Civil	558.604,92	559.795,83	0,21
Despesas de exercícios anteriores	25.702,75	7.115,68	-72,32
Indenizações - Quarentena	77.745,09	0	-100
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	361.321,02	382.891,96	5,97
Total	24.307.643,50	24.023.824,62	-1,17

DESEMPENHO

Avaliação de Desempenho

A remuneração dos servidores da carreira específica da Previc possui uma parcela variável, que tem como função estimular o servidor na busca dos níveis de excelência, em alinhamento ao princípio constitucional da eficiência.

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo regular, utilizando como referência as metas de desempenho institucional e individual definidas para cada ciclo avaliativo. A metodologia de avaliação dá ênfase especialmente às premissas voltadas para o foco em resultados e à perspectiva de trabalho sistêmico e cooperativo, trazendo benefícios à política de gestão de pessoas em programas, projetos e ações.

Progressão e Promoção Funcionais

Importante consignar, ainda, que a avaliação de desempenho também gera insumos à progressão, passagem de um padrão para outro imediatamente superior, e promoção passagem do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, dos servidores da Previc, visto que um dos requisitos é ter avaliação superior a 80% e 90% na avaliação de desempenho individual para a progressão e promoção respectivamente.

Em janeiro e julho de cada exercício, inicia-se o processo de progressão/promoção de todos servidores ativos que não estão posicionados no topo da carreira e que cumpriram o interstício de 18 meses de efetivo exercício da última alteração de situação funcional. Em 2018 houve 54 progressões.

Tabela 27 - Estado atual de progressão dos servidores da Previc

CARGO	CLASSE/PADRÃO*	Nº DE SERVIDORES
Especialista em Previdência Complementar	A-IV	12
	A-III	23
	A-II	1
	A-I	1
Analista Administrativo	A-IV	3
	A-III	8
	A-I	1
Técnico Administrativo	A-IV	4
	A-III	6
Vários cargos NS – Previc (egressos da carreira SPC)	S-III	4
Vários cargos NI – Previc (egressos da carreira SPC)	S-III	20

\* Classes: Inicial - I, A, B, C e Especial – S, escalonadas por padrões de I a IV.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Capacitação

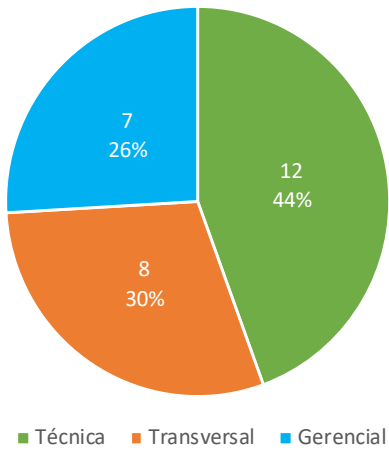
Foram executadas 27 ações, alcançando 111 servidores, ou 48% da força de trabalho.

Em 2018, houve acréscimo de 6% no investimento em capacitação, explicado pelo aumento de 42% nas horas totais de aprendizagem.

Tabela 28 - Investimento em capacitação 2017-2018

2017		2018	
Horas	Investimento (R\$)	Horas	Investimento (R\$)
3566	239.628,69	5080	254.439,17

Gráfico 40 - Ações de capacitação em 2018



Licenças-capacitação

Em 2018, 15 servidores fizeram uso da concessão de licença-capacitação para investir em cursos de qualificação, atualização profissional e língua estrangeira, enquanto 10 o fizeram em 2017.

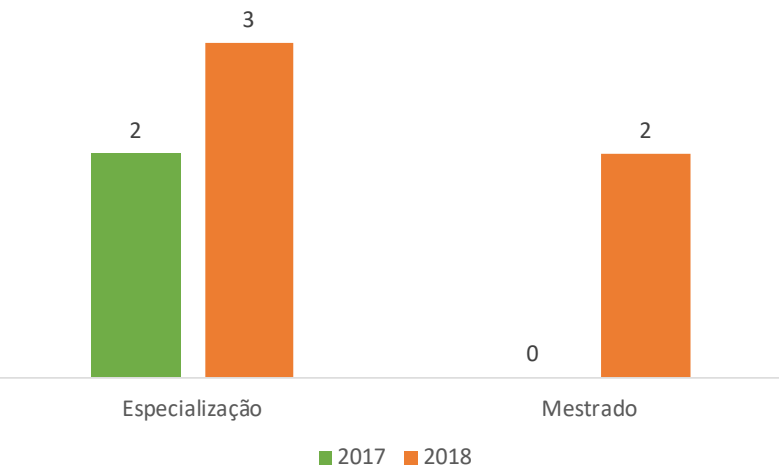
Tabela 29 - Principais temas de capacitação 2017-2018

2017	2018
Previdência Complementar	Gestão de Fundos de Pensão
Gestão Pública	Gestão Pública
Liderança	Liderança
Gestão de Riscos	Gestão de Riscos
Fundos de Investimento	Gestão de Patrimônio e Logística
Análise de Indicadores Financeiros	Finanças Públicas
Gestão de Ativos e Passivos	Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria
Direito Público	Direito Tributário
	Mercado Financeiro
	Língua Estrangeira

Bolsas de Pós-Graduação

Em 2018, cinco servidores participaram de ações de longa duração (lato e stricto sensu): dois para cursar mestrado internacional na área de fundos de pensão e três em cursos de pós-graduação e MBA nas áreas de Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria, Direito Tributário e Finanças Públicas.

Gráfico 41 - Bolsas de pós-graduação 2017-2018



QUALIDADE DE VIDA

Figura 34 - Logo QVT



Em 2018, foi instituída a política de promoção à saúde e qualidade de vida da Previc, estruturando as diretrizes da área e estabelecendo programas, projetos e ações nos eixos: Saúde, Educação em Saúde e Interações Sociais. Das 14 ações executadas, destacam-se:

Tabela 30 - Principais ações sobre qualidade de vida no trabalho

Pesquisa de clima organizacional
Estudo epidemiológico
Imunização contra influenza de 125 servidores - 53% da força de trabalho
Parceria com o SIASS para realização de juntas médicas e perícias oficiais
Parceria com a GEAP para promoção de ações de saúde e qualidade de vida e orientação aos planos de saúde
Ginástica laboral - realizada mensalmente por 57% dos servidores
Participação dos servidores no programa de Natal dos CORREIOS – 36 crianças carentes beneficiadas



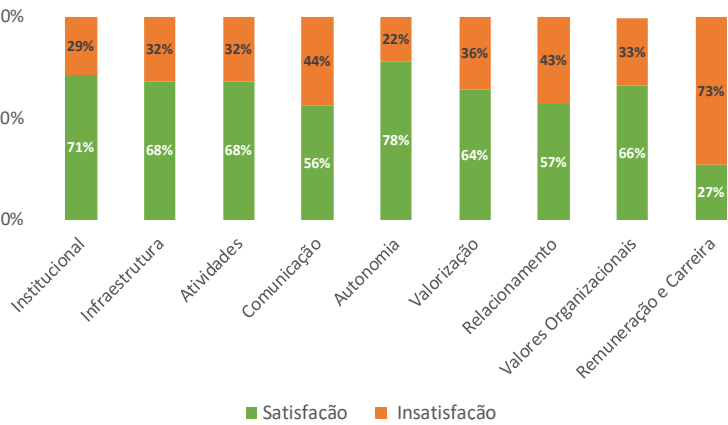
Pesquisa de clima organizacional

A pesquisa de clima organizacional buscou investigar a percepção dos servidores em relação à qualidade do ambiente de trabalho, aos diferentes aspectos da cultura e às condições de execução de suas atividades. Esse diagnóstico será insumo para ações de melhoria do clima organizacional para promover o bem-estar, gerando motivação e aperfeiçoando o desempenho dos servidores.

O resultado da pesquisa demonstrou um nível de satisfação de 62% em âmbito organizacional e índices consideráveis de satisfação na maioria das categorias pesquisadas.

Gráfico 42 - Resultado consolidado da pesquisa de clima organizacional 2018

U7%



Afastamentos por questões de saúde

O estudo epidemiológico mapeou os adoecimentos dos servidores da Previc com vistas a subsidiar programas de prevenção, manutenção e reabilitação da saúde no ambiente organizacional. O levantamento foi realizado a partir de dados do Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor – SIASS no período de 2015 a 2017. Foram hierarquizados os cinco adoecimentos de maior incidência e de maior número de dias de afastamento.

Tabela 31 - Principais causas de afastamento

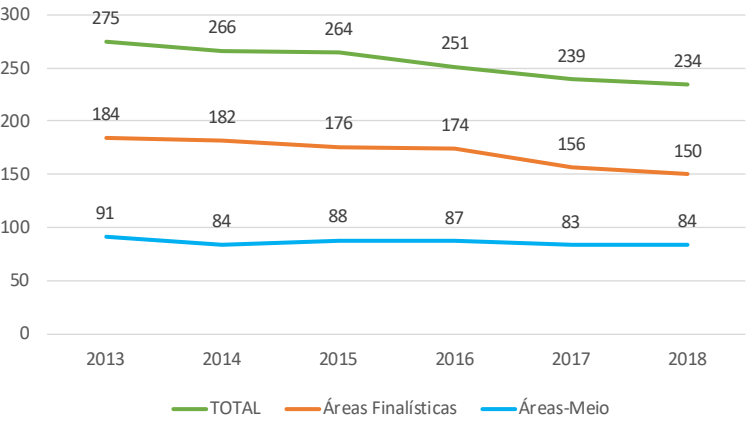
Adoecimento	Dias de afastamento	Nº de ocorrências
Diabetes	332	4
Transtornos mentais	323	10
Doenças cardíacas	210	2
Doenças musculoesqueléticas/fraturas	201	6
Cirurgias diversas	698	23

EVASÃO DE SERVIDORES

Como se pode observar do Gráfico 41, o decréscimo global da força de trabalho de 275 servidores em 2013 para 234 em 2018, portanto da ordem de 15%.

O quadro de servidores em áreas-meio permaneceu estável a partir de 2014, após uma redução inicial de sete servidores (7,9%), ao passo que as áreas finalísticas perderam 34 servidores (18,4%) no mesmo período.

Gráfico 43 - Evasão de servidores, total Previc, 2013-2018



Carreira Previc

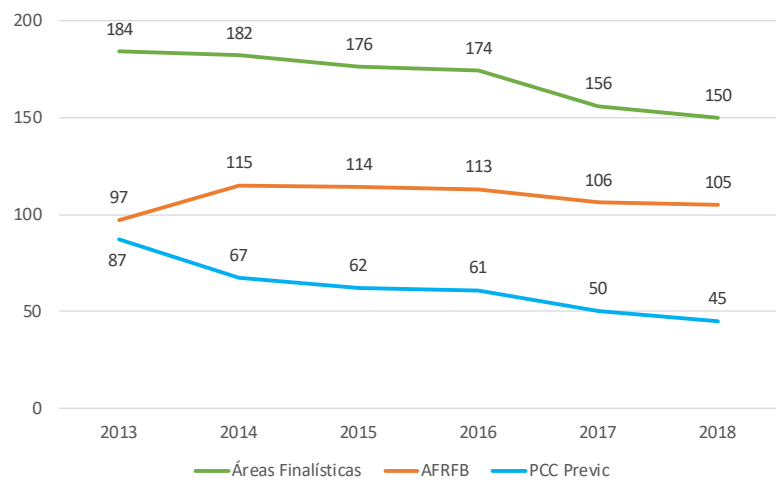
Dos 131 candidatos nomeados durante o tempo de validade (de janeiro de 2012 a janeiro de 2014) do único concurso efetuado para as 100 vagas autorizadas para contratação,

apenas 59 (45%) permanecem na Autarquia, resultando em uma evasão total de mais da metade (55%) dos servidores da carreira.

De 2013 a 2018, houve redução de 29% do quadro de servidores PCC Previc, que passou de 117 para 83.

Mais grave, entretanto, foi a evasão específica de carreira Previc (PCC Previc), quando se avaliam separadamente as áreas finalísticas, como mostra o Gráfico 43. Nele se pode observar que a perda de 34 servidores nas áreas finalísticas consiste de um pequeno ganho líquido de oito Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (AFRFB) (8,2%) e uma perda de 42 servidores (48,3%) da carreira Previc, com grande impacto, sobretudo, nas atividades de Licenciamento e Monitoramento. Para tornar mais urgente a questão, trata-se de cargos que apenas podem ser repostos via concurso.

Gráfico 44 - Evasão de servidores - áreas finalísticas - 2013-2018



Ainda, com relação aos AFRFB, é importante destacar que a partir de 2014 passou a ser introduzido o atual formato de fiscalização da Previc, com a supervisão permanente das entidades sistemicamente importantes, e a redução de 115 para 105 (8,7%) dos Auditores-Fiscais lotados na Previc também tem impacto muito negativo nessa atividade.

Dos 131 candidatos nomeados para as 100 vagas do único concurso da Previc, apenas 59 (45%) permanecem na Autarquia, resultando em uma evasão total de mais da metade (55%) dos servidores da carreira.

Atualmente, 61% da força de trabalho da Previc é formada por servidores de outros órgãos. Essa situação é preocupante, principalmente quando associada às demais possibilidades de vacância, tais como exoneração, posse em cargo inacumulável, aposentadoria, falecimento e à falta de perspectivas de novo concurso para provimento de vagas da carreira Previc.

Tabela 32 - Solicitações de vagas em concursos públicos

2017		2018	
Técnico Administrativo	42	Técnico Administrativo	40
Analista Administrativo	23	Analista Administrativo	37
Especialista em Previdência Complementar	46	Especialista em Previdência Complementar	61
		Auditor Fiscal da Receita Federal	36
Total	111	Total	174
Status: Não Autorizado		Status: Não Autorizado	

Recrutamento e alocação de pessoas

Considerando a evasão de servidores relatada e os impactos concentrados sobre a sua ação finalística, a Previc enviou à

Subsecretaria de Gestão Estratégica do Ministério da Fazenda solicitações de concursos públicos para recomposição de sua força de trabalho. No entanto, as solicitações encaminhadas ao Órgão Central do Sipec (Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal) foram negadas.

DESAFIOS

- Mapear competências com definição de lotação ideal das diretorias das áreas meio e finalística para subsidiar a solicitação de recomposição da força de trabalho (concurso público) e para possibilitar a implantação da mobilidade funcional.
- Aprimorar os instrumentos de monitoramento de resultados com foco no aumento da produtividade, o que, associado à implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, possibilitará a implantação do teletrabalho na Previc.
- Retomar projetos de mobilidade funcional e teletrabalho, que auxiliam na retenção de pessoas, tendo grande relevância devido ao quadro reduzido de pessoal e à necessidade de redução do turnover.
- Aprimorar o processo de desenvolvimento e capacitação dos servidores da Previc, desde o levantamento de necessidades de capacitação, planejamento e execução até o levantamento de informações sobre os treinamentos realizados para planejamento de capacitações futuras.
- Tratar os apontamentos da pesquisa de clima organizacional e diversificar ações na área da saúde, educação em saúde e interações sociais, considerando o repertório descrito na Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

A Previc conta com a Procuradoria Federal, órgão da Advocacia Geral da União, situado no âmbito desta Autarquia Federal, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/63 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à Instrução nº 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP). Desta forma, os ordenadores de despesas da unidade assinaram declaração de conformidade para elaboração deste Relatório de Gestão 2018.

Em relação à avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal, a Previc, desde a data de publicação do Acórdão 2.859/2013-TCU-Plenário, envida esforços no sentido de identificar e proceder à revisão dos contratos supostamente beneficiados pela desoneração da folha de pagamentos.

Apesar de a Previc ter finalizado toda a análise e identificação dos supostos beneficiados pelo programa de governo, ainda não foi possível realizar a revisão contratual por falta de informações para identificação dos valores efetivamente desonerados.

A dificuldade em tratar o tema se dá especialmente pela relutância dos contratados supostamente beneficiados em apresentar a documentação solicitada. A título exemplificativo, cita-se a ação declaratória de nulidade de ato administrativo combinada com obrigação de não fazer apresentada pela empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda contra ato administrativo da Previc que intenciona revisar de ofício os valores do contrato formalizado.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

As contratações mais relevantes desta Autarquia são relativas à Tecnologia da Informação, ao agenciamento de viagens e à aquisição de mobiliário. Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo da Previc, especialmente serviços de apoio administrativo, recepção, limpeza, conservação, energia elétrica e a locação do imóvel da sede.

Justificam-se as contratações mais relevantes pela necessidade de:

- Prover sistemas de informação para receber e processar os dados, monitorar e fiscalizar as entidades fechadas de previdência complementar;
- Prover o deslocamento de servidores com vistas a realizar, in loco, atividades de fiscalização, monitoramento e fomento das atividades precípuas da Previc;
- Prover a Autarquia, especialmente os Escritórios de Representação nos Estados, de equipamentos e mobiliário com o objetivo de fortalecer a estrutura e os aspectos organizacionais com foco no aumento da produtividade.

Figura 35 - Processos de contratação em 2018

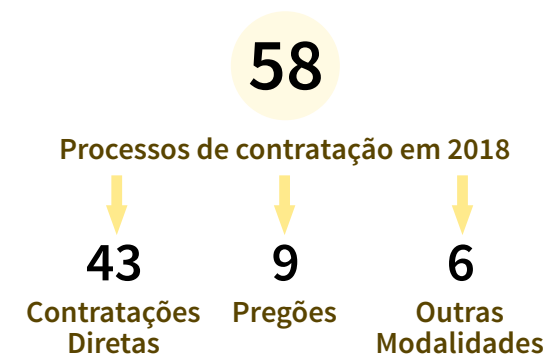


Gráfico 45 - Contratações

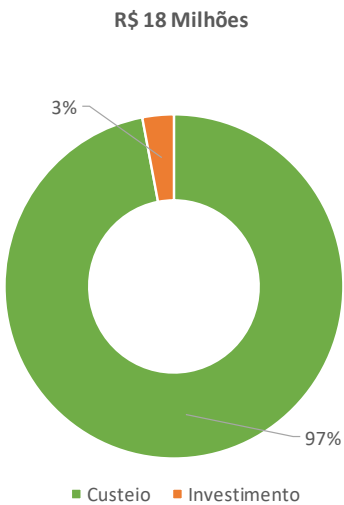


Gráfico 46 - Gastos por finalidade (R\$ 1000)

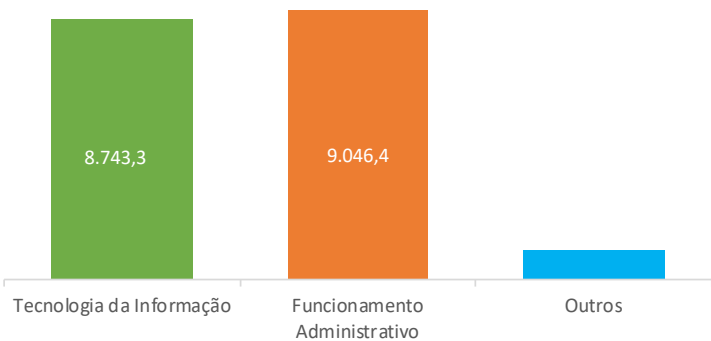


Tabela 33 – Principais contratações de serviços

SERVIÇOS	VALOR (R\$ 1000)
Passagens aéreas	397
Apoio administrativo e recepção	3.051
Locação de imóvel	3.597
Energia elétrica	229

Principais contratações diretas

- Agenciamento de Viagens (emissão de passagens aéreas)
- DATAPREV (sustentação de sistemas)
- SERPRO (base de dados CPF e CNPJ)
- Broadcast (notícias em tempo real)
- Bloomberg (notícias e dados financeiros)

DESAFIOS E RISCOS

- Crescimento das demandas perante a disponibilidade de pessoal para viabilizar as solicitações;
- Dificuldades de padronização, planejamento e detalhamento das demandas, para a implantação do Sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) e para formalização do Plano Anual de Contratações;
- Dificuldades para manter a qualidade dos serviços de contratação, em face dos contingenciamentos de recursos;
- Problemas de qualificação dos colaboradores da área, frente à evasão de servidores e às recorrentes mudanças na legislação de licitações e contratos.

GESTÃO PATRIMONIAL

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Em 2018, a Previc investiu R\$ 867.555,63 em equipamentos, dos quais R\$ 283.873,94 em mobiliário, principalmente para reestruturação dos Escritórios de Representação, e R\$ 583.681,69 em equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Realizou ainda contrato de *outsourcing* de impressão, ao custo anual de R\$ 81.220,38.

SEDE DA PREVIC

A Previc manteve sua sede em imóvel locado em Brasília ao custo anual de R\$ 2.496.000,00.

Desfazimento de ativos

Em conclusão da mudança da sede da Previc, ocorrida em 2017, foi realizado um processo de desfazimento de ativos (divisórias, portas e persianas), valendo-se da modalidade “dação em pagamento”, prevista no art. 356 do Código Civil, bem como no art. 17, da Lei nº 8.666/93. Trata-se de itens que passaram a ser inservíveis, pois eram feitos sob medida para as instalações anteriores, tendo sido avençado com o antigo locador que as persianas, divisórias e cortinas entrariam como parte do pagamento referente à indenização (efetuada em substituição à recuperação do imóvel) devida pela Previc. O valor total, considerada a depreciação, foi de R\$ 349.473,49.

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

A Previc dispõe de cinco Escritórios de Representação fora de sua sede: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Esses escritórios estão abrigados em prédios de outros órgãos públicos, em especial Bacen e INSS e, portanto, não há dispêndio específico com locação, mas somente com rateio de serviços compartilhados. Em 2018, a Previc realizou a mudança das instalações do

escritório de Porto Alegre, que saiu das dependências do INSS, para imóvel de domínio do Ministério da Fazenda, nas mesmas condições dos demais escritórios.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Previc tem sua sede instalada no Shopping ID, em Brasília, empreendimento que dispõe de um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) moderno e alinhado à legislação atinente ao tema, em especial à Lei Distrital nº 5.610/2016.

Tem-se, portanto, que a logística, o manejo, a segregação e gerenciamento internos, o transporte privado e a destinação final dos resíduos da Autarquia são ambiental e legalmente adequados.

Ressalta-se que o transporte dos resíduos não recicláveis é feito em caçamba compactadora de até 4,5 toneladas, tendo como destino final um aterro sanitário com licença ambiental aceita pelo SLU.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC

CONFORMIDADE

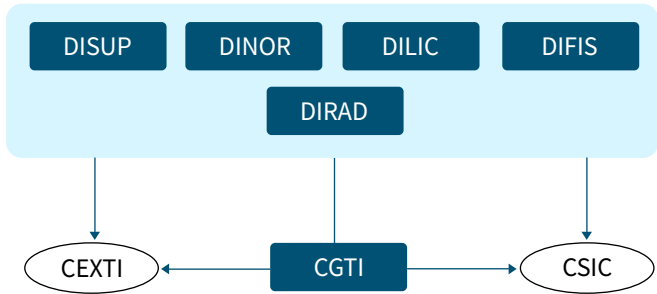
Para conformidade legal em gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a Previc observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer aos normativos internos da Previc. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes à captação de dados para monitoramento e fiscalização

das entidades fechadas de previdência complementar de forma eficaz e eficiente sem se descuidar da fiscalização de contratos, da disponibilização de dados abertos, da segurança da informação, da infraestrutura e da disponibilidade dos sistemas sustentados internamente e externamente.

GOVERNANÇA DE TIC

O Modelo de Governança de TIC da Previc tem como principal instância o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CEXTI). Esse comitê tem natureza propositiva e consultiva com objetivos de elaborar políticas relativas à TIC, estabelecer mecanismos para a comunicação e institucionalização, além de monitorar e avaliar sistematicamente estas políticas.

Figura 36 - Modelo de governança de TIC na Previc



O Cexti é composto pelos seguintes membros: Diretor da Diretoria de Administração (Dirad), Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, um representante da Dirad, um representante da Diretoria de Licenciamento (Dilic), um representante do Gabinete, um representante da Diretoria de Fiscalização (Difis), um representante da Diretoria de Orientação Técnica e Normas (Dinor) e um representante da Procuradoria Federal. O Cexti é responsável pela proposição de ações que são elencadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação



(PDTI). Essas ações são priorizadas pela Diretoria Colegiada conforme alinhamento com o Planejamento Estratégico da Previc. A gestão de TIC na Previc é realizada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da informação, que é subordinada à Dirad. O PDTI 2017-2020 está disponível no portal da Previc.

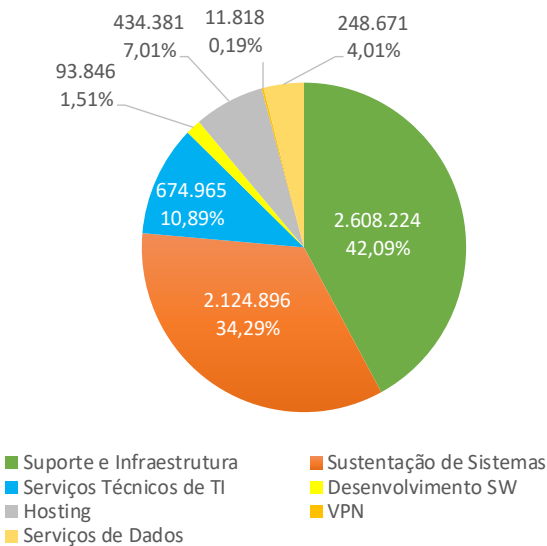
Dentro da estrutura de governança de TIC da Previc há também o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), de natureza consultiva, que tem por competência assessorar a Previc na elaboração,

implementação e manutenção da Política de Segurança da Informação em consonância com o PDTI.

O CSIC é composto por sete membros titulares: Diretor de Administração, desempenhando o papel de Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, Coordenador-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, representante da Dilic, representante da Dinor, representante da Difis e representante da Procuradoria Federal junto à Previc.

CONTRATAÇÕES EM TIC

Gráfico 47 - Contratações TIC - 2018



DESAFIOS E RISCOS

Desafios

Aumentar a capacidade e promoção de maior quantidade de serviços digitais, aumento na segurança dos dados, tanto em relação à sua guarda quanto à utilização.

Manutenção e aperfeiçoamento do parque tecnológico para, cada vez mais, permitir que as áreas finalísticas da Instituição possam contar com componentes de *Business Intelligence*.

Riscos

Agravamento da evasão de servidores na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, que gera os seguintes riscos/consequências:

Alongamento do prazo na execução de projetos;

- Limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
- Perda do conhecimento técnico, por vezes irrecuperável, sobre os sistemas existentes;
- Aprisionamento e condicionamento tecnológico com relação a fornecedores e prestadores de serviço.

Tabela 34 - Principais iniciativas e resultados em TIC - 2018

INICIATIVAS	RESULTADOS
Melhorias no atendimento interno (usuários da Previc) e externo (usuários das entidades fechadas de previdência complementar). Implantação de ferramenta de controle de chamados.	Melhor gestão dos chamados abertos permitindo o acompanhamento da solicitação desde a abertura até o encerramento tanto para público interno quanto externo.
Melhoria no módulo de gestão do Sistema Integrado de Arrecadação – SIA. Módulo de Cobrança desenvolvido.	Melhor controle dos pagamentos da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic) com o desenvolvimento de um painel de monitoramento para identificação das EFPC devedoras.
Melhorar o desempenho e a segurança do sistema de produção e gestão de documentos da Previc. Atualização do Sistema Eletrônico de Informações para 3.X.	Melhoria na performance do sistema SEI acrescentando novas funcionalidades e maior segurança. Essa versão também possibilita a integração com outros órgãos que também utilizem o SEI.
Melhoria no desempenho da rede dos escritórios da Previc. Soluções de Rede com link de dados para a sede e escritórios da Previc.	Aumento do link para os escritórios de MG, RJ, SP, RS e PE permitindo maior rapidez no acesso a sites e ferramentas on-line.
Disponibilizar metodologia de desenvolvimento de sistemas internos. Processo de desenvolvimento de metologia ágil – SCRUM concluído para as demandas de desenvolvimento interno.	Melhor clareza na definição de papéis, equipes, responsáveis e prazos para execução das demandas de desenvolvimento de sistemas internos da Previc
Melhorar o processo de disponibilização de consulta de dirigentes habilitados. Disponibilizar na internet consulta por CPF que traga o atestado de habilitação válido de dirigente habilitado.	Agilidade na consulta aos bancos de dados da Previc por meio da aplicação eliminando a necessidade de emissão de documento mensal dos dirigentes habilitados para publicação no portal da Previc.
Disponibilização de outras formas para receber dados de investimento das entidades fechadas de previdência complementar. Processamento e validação de arquivos no padrão XML 5.0 para recebimento de dados de investimento.	Disponibilização para recebimento de novos dados de Fundos de Investimento conforme instrução Previc 34 de 04/11/2016.
Melhorar a gestão dos chamados abertos na Ouvidoria. Desenvolver aplicação para Cadastro de Ouvidoria.	Melhor controle dos chamados da Ouvidoria que estão abertos e pendentes com prazo de resposta e identificação do responsável. A aplicação permite ainda a geração de relatórios para conferência.

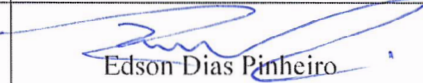
# **Demonstrações Contábeis**

Declaração do Contador

A Coordenação de Contabilidade e Orçamento - CCO, na qual se encontra o contador responsável pelas demonstrações contábeis da Previc, compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Diretoria de Administração - Decreto 8.992/2017.

Os órgãos da autarquia apresentaram declaração de conformidade legal alinhadas com os termos dos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei nº 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública Federal. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas da Previc, tendo como base as seguintes unidades administrativas: Órgão 33206 Previc, Unidades Gestoras: 333001- CGOC- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade; 333002- CGGP- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e 333005 - CGPL- Coordenação-Geral de Patrimônio e Logística. A conformidade das demonstrações contábeis é realizada pelo contador responsável de acordo com os procedimentos descritos no Manual Siafi e visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, no qual são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Previc. A CCO contribui para modernização do Siafi, encaminhando sugestões de alterações de normas e orientações, participando de reuniões técnicas, bem como mantendo as tabelas dos sistema corporativo utilizado no desenvolvimento das atividades contábeis. Há dificuldades nos controles operacionais das operações contábeis de créditos a receber e dívida ativa não tributária devido à inexistência de sistema de gestão desses créditos. O decreto 9.194/2017 determina que as autarquias que não possuem sistemas informatizados de gestão de créditos em sua fase administrativa adotarão solução tecnológica centralizada. A Previc aguarda a disponibilização desta solução tecnológica centralizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. As Demonstrações Contábeis da Previc são: Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia. Balanço Orçamentário – Informa o orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada. Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da Previc, entradas de recursos em confronto com as saídas, no período. Demonstração das Variações Patrimoniais – apura o resultado patrimonial do período, confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as diminutivas (despesas). Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Figura 37 - Declaração do Contador afirmativa de fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR- PREVIC			333003
Declaramos que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: <b>Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro e Demonstração de Fluxo de Caixa; Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b> estão de acordo com Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, e refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Previc.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília – DF	Data	31.12.2018
Contador Responsável	 Edson Dias Pinheiro	CRC nº	43601-0 CRC T RJ



Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

A Previc é uma autarquia federal de natureza especial, criada pela Lei 12.154/2009. Pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 07.290.290/0001-02, domiciliada em Brasília – Distrito Federal. Tem como atividade econômica principal a Seguridade Social obrigatória, com atuação na fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI é o sistema utilizado para os registros dos atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais da administração pública federal, e, consequentemente, a elaboração das Demonstrações Contábeis. Assim, são as seguintes demonstrações aplicada à autarquia:

- I Balanço Patrimonial;
- II Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III Balanço Orçamentário (BO)
- IV Balanço Financeiro (BF);
- V Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Em conformidade com o modelo da contabilidade aplicada ao setor público, seguem os principais critérios e políticas contábeis aplicadas:

Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a recursos aplicados na Conta Única e avaliados com acréscimos dos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro e, também, os disponibilizados à Conta de Vinculação de Pagamentos, no conceito de unidade de tesouraria – conta única do Tesouro Nacional ( artigo 1º e 2º do Decreto nº 93872/1986).

Créditos a curto prazo

Direitos a receber a curto prazo referentes a bens de consumo no almoxarifado, gastos antecipados e adiantamentos de salários. São validados pelo valor original, acrescidos de atualizações e juros quando devidos.

Ativo Realizável a longo prazo

Correspondem a direitos a receber a longo prazo com créditos a receber e dívida ativa. São valores avaliados e mensurados pelo valor original, e quando aplicável, são atualizados com correção monetária e juros.

Ajuste para perdas dos créditos não tributários

O ajuste realizado para os créditos a receber e dívida ativa tem como critério a aplicação de metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, recomendado no Manual SIAFI.

Imobilizado

O imobilizado da autarquia possui somente bens móveis. Reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição. Após reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão ( quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Intangível

Direitos de uso de bens incorpóreos como softwares destinados a manutenção das atividades da autarquia. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição deduzido da respectiva amortização acumulada.

Depreciação de bens móveis

O método de cálculo da depreciação é aplicável o das quotas constantes. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado. É iniciada no primeiro mês seguinte à data do bem em utilização. É utilizado o sistema SIGA.

Passivo

São obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e outras obrigações, evidenciadas pelos seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos de variações monetárias ocorridas até a data do encerraemnto do exercício.

Resultado patrimonial

O resultado patrimonial é apurado pelo sistema onde são confrontadas as variações patrimoniais aumentativas (VPA) versus as variações patrimoniais diminutivas (VPD). A VPA refere-se às receitas não tributárias, no caso da autarquia, as transferências financeiras recebidas e outros movimentos patrimoniais aumentativos (entrada de recursos). As VPD são as saídas de recursos, como: as despesas, transferências financeiras concedidas e outros movimentos patrimoniais diminutivos.



Balanço Patrimonial

Tabela 35 - Ativo

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		3.902	4.528
Caixa e Equivalente de Caixa	1	3.855	4.218
Aplicações Financeiras		548	502
Limite de Saque Vinculação		3.307	3.716
Créditos a Curto Prazo		47	310
Estoque		15	27
VPD pagas antecipadamente		3	2
Demais Créditos		29	281
Ativo Não Circulante		5.986	4.984
Realizável a Longo Prazo		1.305	877
Créditos não Tributários	2	1.305	877
Dívida Ativa		7.184	6.576
Multas a Receber		2.728	1.952
(-) Ajuste para perdas		8.607	7.651
Imobilizado	3	3.466	3.202
Bens Móveis		6.686	6.476
(-) Depreciação		3.220	3.274
Intangível	4	1.215	905
Total do Ativo		9.888	9.512

Tabela 36 - Passivo e Patrimônio Líquido

PASSIVO		2018	2017
Passivo Circulante	5	2.575	745
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		1.617	
Fornecedores Nacionais		392	62
Depósito de Terceiros		253	265
Outras Obrigações		972	418
Passivo não Circulante		0	0
Total do Passivo		2.575	745
Patrimônio Líquido		7.313	8.767
Resultados Acumulados	6	7.313	8.767
TOTAL DO PASSIVO + PL		9.888	9.512

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1

Demosntra os recursos disponíveis à autarquia; ou seja, considerando o modelo de conta única do Tesouro Nacional, os valores são mantidos no BACEN e disponibilizados por programação financeira, considerando a real necessariade de liquidação e pagamentos das obrigações contabilizadas.

Nota 2

Representam créditos a receber a longo prazo com Créditos a Receber, fase administrativa e Dívida Ativa, fase de Procuradoria. Os créditos contabilizados são de origem de multas de autos de infração, créditos não tributários pelo poder de polícia da Autarquia, controlado pelo Decreto 4942/2003. Do montante contabilizado a receber, na ordem de R\$ 7,8 milhões, foi contabilizado um ajuste de perdas de R 8,6 milhões, considrando metodologia do Manual SIAFI.

Nota 3

No imobilizado são contabilizados os bens móveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, os quais ficam sujeitos à depreciação, valor ecuperável e à reavaliação. Assim, o valor líquido da depreciação é de R\$ 3,4 milhões, com a participação de 62% de bens de TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação.

Nota 4

Representam softwares destinados à manutenção da atividade da autarquia; são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, com a redução da respectiva amortização acumulada, quando os mesmos possuem vida útil definida. O saldo de R\$ 1,2 milhões refere-se a softwares com vida útil indefinida.

Nota 5

São obrigações a pagar; ou seja, os conhecidos restos a pagar processados, despesas liquidadas e em fase de pagamentos. Também registra valores a ordem de terceiros, como é o caso do valor de R\$ 253 mil, referente a depósitos para recursos de Autos de Infração, quando os mesmos eram permitidos, e as demais obrigações.

Nota 6

O Patrimônio da autarquia soma R\$ 8 milhões; formado com os Resultados Acumulados do exercício e de anteriores, o qual é representado, principalmente, pelos ativos a receber, imobilizada e bens intangíveis (softwares).

Tabela 37 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimoniais Aumentativas	NE	2018	2017
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	7	61.449	58.023
Taxas (Tafic)		61.449	58.023
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		76	91
Juros e Encargos de Mora		29	46
Remuneração de Depósitos Bancários		47	45
Transferências e Delegações Recebidas	8	88.449	84.052
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporações de Passivos		187	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.067	187
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		152.228	142.353
Variação Patrimoniais Diminutivas	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos	9	24.035	22.642
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10	1.254	770
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	11	18.184	17.501
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		11	0
Descontos Financeiros Concedidos		11	0
Transferências e Delegações Concedidas	8	107.945	100.275
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.336	92
Ajustes para Perdas	12	957	
Incorporação de Passivos		0	14
Desincorporação de Ativos		379	78
Tributárias e Não Tributárias		459	586
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		156	113
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		153.380	141.979
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	13	-1.152	374

Fonte: SIAFI

Nota 7

A receita é contabilizada pelo regime de competência; a Previc arrecada a TAFIC, sua principal fonte de financiamento. Também, arrecada multas pelo poder de polícia, Autos de Infração-AI. A arrecadação registrou um acréscimo corrente de 5,9% comparando os dois exercício 2018/2017.

Nota 8

Montante equivalente à movimentação financeira do exercício e de restos a pagar; bem como a contrapartida de transferência de receita arrecadada para a Conta Única do Tesouro Nacional. Representa a movimentação financeira de repasses entre a Setorial Financeira do MF e a Setorial Financeira da Previc, e sub-repasses entre a Setorial Previc e suas Unidades Gestoras, os quais tem origem no decreto de programação financeira.

Nota 9

Registros de pagamentos de salários e encargos patronais dos servidores da autarquia; importa citar que não estão somados os salários dos Auditores Fiscais e Procuradores Federais, os quais são pagos na origem de lotação. Houve um crescimento corrente de 5,90% na comparação entre 2018/2017.

Nota 10

Nos benefícios previdenciários e assistenciais estão computados os pagamentos aos aposentados e benefícios a servidores. Houve um crescimento corrente de 63,86%, considerando que houve acréscimos de novas aposentadorias e incremento de incorporação de percentual de gratificação.

Nota 11

Nesse classificador estão os pagamentos tomados a terceiros, pessoas físicas e jurídicas, pagamentos de diárias, passagens, depreciações e amortizações e outros. Nesse grupo apurou-se um crescimento de 3,90%, entre 2018/2017.

Nota 12

Registrou-se no exercício ajuste de perdas de Créditos a Receber e Dívida Ativa, referentes a multas aplicadas ( auto de infração) na ordem de R\$ 957 mil, considerando metodologia do Manual SIAFI.

Nota 13

O resultado patrimonial do exercício de 2018 registrou um déficit de R\$1 milhão; em 2017 apresentou um superávit de R\$ 374 mil. O déficit registrado tem origem na movimentação das transferências e delegações recebidas/concedidas. Ou seja, as operações de entrada e saída de valores necessários às movimentações orçamentárias e extra orçamentárias, considerando, principalmente, a sistemática de caixa único do governo federal.

Tabela 38 - Balanço Orçamentário

Receitas							
Receitas Orçamentárias			NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes			14	36.902	36.902	43.271	6.369
Tributárias - Taxas				36.738	36.738	43.014	6.276
Patrimonial				0	0	47	47
Outras				164	164	210	46
Total das Recetias Orçamentárias (I)				36.902	36.902	43.271	6.369
Despesas							
Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	15	48.335	47.031	43.779	39.118	38.483	3.252
Pessoal e Encargos		24.511	25.038	24.024	21.729	21.695	1.014
Outras		23.824	21.993	19.755	17.389	16.788	2.238
Despesas de Capital	16	235	1.327	566	1	1	761
Investimento		235	1.327	566	1	1	761
Total das Despesas Orçamentáris (II)		48.570	48.358	44.345	39.119	38.484	4.013
Resultado Orçamentário III=(I)-(II)	17			-1.074			
Restos a Pagar							
Restos a Pagar			NE	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Processados			18	431	7	424	0
Não Processados				3.901	14	2.913	974
Total				4.332	21	3.337	974

Nota 14

A receita prevista do exercício está contabilizada líquida da DRU, em 30%; ou seja a receita realizada superou a previsão em R\$ 6 milhões. Assim, importa registrar, que o montante de receita arrecada está demonstrada no Balanço das Variações Patrimoniais, no montante de R\$ 61 milhões,

Nota 15

As despesas correntes fixadas registrou um comprometimento de 93% de empenho; em relação ao exercício anterior houve uma redução corrente geral de 3%, nas despesas de pessoal, encargos e outras despesas de custeio e capital.

Nota 16

Em relação às despesas de capital, houve um comprometimento de 42%; em relação ao exercício anterior houve uma redução de empenho na ordem de 61%.

Nota 17

Registro de resultado negativo de R\$ 1 milhão; ou seja, o equilíbrio entre despesas e receitas é realizado pelo fechamento orçamentário do órgão superior – Ministério da Fazenda, considerando os recursos ordinários administrados pelo Tesouro Nacional.

Nota 18

Foram pagos 77% de restos a pagar processados e não processados no exercício financeiro de 2018; um montante de R\$ 974 estão pendentes de liquidação e pagamento para o próximo exercício.

Tabela 39 - Balanço Financeiro

Ingressos	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		43.271	58.444
Ordinárias		0	17.453
Vinculadas	19	43.294	40.991
(-) Dedução da Receita Orçamentária		-23	-147
Transferências Financieras Recebidas	8	88.449	95.109
Recebimentos Extraordinários		27.760	5.931
Inscrição Restos a Pagar Processados	20	2.116	431
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		2.924	3.479
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		56	37
Outros Recebimentos		18.447	0
Arrecadação de Outras Unidades (DRU)	21	18.447	0
Saldo de Caixa do Exercício Anterior		4.217	1.984
Total de Ingressos		159.480	159.484

Dispêndios	NE	2018	R\$ mil 2017
Despesas Orçamentárias		44.344	45.673
Ordinárias		186	22.832
Vinculadas	15 e 16	44.158	22.841
Transferências Financieras Recebidas	8	107.875	105.725
Recebimentos Extraordinários		7.261	7.942
Inscrição Restos a Pagar Processados	22	424	585
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		2.913	3.097
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		67	43
Saldo de Caixa do Exercício Seguinte		3.857	4.217
Total de Ingressos		159.480	159.340

Nota 19

A receita vinculada registrada no Balanço Financeiro é o valor líquido da arrecadação total de R\$ 61 milhões, com o complemento de arrecadação de outras unidades no montante de R\$ 18 milhões, considerando o cálculo da DRU.

Nota 20

Montantes inscritos em restos a pagar processados e não processados, os quais serão liquidados e pagos no exercício seguinte.

Nota 21

Arrecadação de Outras Unidades representa a reclassificação da arrecadação realizada pela Unidade Orçamentária Previc, a qual transfere-se para o Tesouro Nacional pelo cálculo da desvinculação de receita da União.

Nota 22

Montantes pagos de restos a pagar de exercícios anteriores.



	NE	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		796	3.492
Ingressos		150.224	153.444
Receitas Derivadas e Originárias		43.272	58.298
Outros Ingressos Operacionais		106.952	95.146
Desembolsos		-149.428	-149.952
Pessoal e Demais Despesas		-38.440	-40.766
Transferências Concedidas		-3.046	-3.418
Outros Desembolsos das Operações		-107.942	-105.768
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		-1.157	-1.259
Ingressos		0	0
Desembolsos		-1.157	-1.259
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		0	
Ingressos		0	
Desembolsos		0	
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		-361	2.233
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		4.217	1.984
Caixa e Equivalente de Caixa Final		3.856	4.217

Fonte: SIAFI

Nota 23

No exercício de 2017 foi registrado ajuste de exercícios anteriores referente a perdas com Créditos a Receber e Dívida Ativa, na ordem de R\$ 7,6 milhões, registro inicial, conforme metodologia do Manual SIAFI, e ajuste de amortização de softwares, na ordem de R\$ 355 mil.

Nota 24

Em 2018 foi realizado ajuste de registro de perdas com Créditos a Receber e Dívida Ativa na ordem de R\$ 957.



**Anexos**

# Lista de tabelas

Tabela 1 - Quantidade de entidades, planos e ativos totais	6	Tabela 27 - Estado atual de progressão dos servidores da Previc	55
Tabela 2 - Quantidade de planos e ativo total por modalidade	6	Tabela 28 - Investimento em capacitação 2017-2018	56
Tabela 3 - EFPC de servidores públicos	9	Tabela 29 - Principais temas de capacitação 2017-2018	56
Tabela 4 - Comitês e comissões de apoio à governança	15	Tabela 30 - Principais ações sobre qualidade de vida no trabalho	56
Tabela 5 - Indicadores do PPA acompanhados pela Previc	16	Tabela 31 - Principais causas de afastamento	57
Tabela 6 - Inserção da Previc nos processos do Ministério da Fazenda	16	Tabela 32 - Solicitações de vagas em concursos públicos	58
Tabela 7 - Desdobramento do planejamento estratégico	18	Tabela 33 - Principais contratações de serviços	59
Tabela 8 - Metas e Resultados - PTA 2018	20	Tabela 34 - Principais iniciativas e resultados em TIC - 2018	61
Tabela 9 - Plano de Integridade 2018/2019	21	Tabela 35 - Ativos	65
Tabela 10 - Resultados da Comissão de Ética em 2018	21	Tabela 36 - Passivo e Patrimônio Líquido	65
Tabela 11 - Processos em correição	22	Tabela 37 - Demonstração das Variações Patrimoniais	66
Tabela 12 - Cadeia 1: objetivos estratégicos	29	Tabela 38 - Balanço Orçamentário	67
Tabela 13 - Cadeia 2: objetivos estratégicos	33	Tabela 39 - Balanço Financeiro	68
Tabela 14 - Cadeia 3 - Objetivos Estratégicos	42		
Tabela 15 - Despesas com Pessoal e encargos	49		
Tabela 16 - Outras despesas de custeio	49		
Tabela 17 - Outras despesas de custeio - benefícios assistenciais	49		
Tabela 18 - Gastos com investimentos	49		
Tabela 19 - Execução orçamentária de programas e ações 2018-2017 (R\$ 1000)	50		
Tabela 20 - Cronologia da liberação do limite para empenho das despesas discricionárias	50		
Tabela 21 - Estimativa de custo total	51		
Tabela 22 - Estimativa de custo por programa de governo	51		
Tabela 23 - Servidores do PCC Previc	52		
Tabela 24 - Situação funcional dos servidores da Previc	53		
Tabela 25 - Ocupação dos cargos em comissão	54		
Tabela 26 - Despesas com pessoal e encargos	55		

# Lista de figuras

Figura 1 - Modelo de negócio	12	Figura 27 - Modelo de relacionamento do Conef	43
Figura 2 - Alta administração	13	Figura 28 - Publicações criadas ou reformuladas	44
Figura 3 - Organograma funcional	13	Figura 29 - Nova marca da Previc	44
Figura 4 - Estrutura de governança	15	Figura 30 - Créditos orçamentários anuais	47
Figura 5 - Alinhamento estratégico	17	Figura 31 - Principais impactos das restrições orçamentárias e financeiras e ações mitigatórias	50
Figura 6 - Ciclo da estratégia	17	Figura 32 - Atos normativos e disciplinares em gestão de pessoas	52
Figura 7 - Linhas de defesa da Previdência Complementar	17	Figura 33 - Faixas salariais dos cargos de servidores em exercício na Previc	54
Figura 8 - Pilares estratégicos	17	Figura 34 - Logo QVT	56
Figura 9 - Abordagens estratégicas	18	Figura 35 - Processos de contratação em 2018	59
Figura 10 - Mapa estratégico 2018	18	Figura 36 - Modelo de governança de TIC na Previc	60
Figura 11- Cadeia de valor	19	Figura 37 - Declaração do Contador afirmativa de fidedignidade das demonstrações contábeis	63
Figura 12 - Gestão da integridade	20		
Figura 13 - Levantamento inicial dos riscos à integridade	21		
Figura 14 - Modelo de três linhas de defesa	23		
Figura 15 - Resultados da análise de riscos dos processos críticos	24		
Figura 16 - Principais riscos e soluções de mitigação em 2018	24		
Figura 17 - Organização dos conteúdos das cadeias finalísticas	27		
Figura 18 - Cadeia 1: Diretrizes Técnicas e Normativas	28		
Figura 19 - Cadeia 1: Custos	29		
Figura 20 - Perguntas e respostas sobre a Res. CMN 4661/18	30		
Figura 21 - Cadeia 2: Supervisão Prudencial	32		
Figura 22 - Cadeia 2: Custos	33		
Figura 23 - Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar	34		
Figura 24 - Licenciamento ao longo da vida de um plano de benefícios	35		
Figura 25 - Cadeia 3 - Relacionamento Institucional	41		
Figura 26 - Cadeia 3 - Custos	42		



# Lista de gráficos

Gráfico 1 - Evolução de superávits e déficits	6	Gráfico 27 - Despesas empenhadas em 2018	47
Gráfico 2 - Distribuição de investimentos por classe de ativos	6	Gráfico 28 - LOA - Execução orçamentária 2018	48
Gráfico 3 - Rentabilidade por modalidade de plano e geral	6	Gráfico 29 - Execução orçamentária: gastos com pessoal e correlatos	48
Gráfico 4 - Índice de liquidez amplo (ILA)	7	Gráfico 30 - Execução orçamentária: manutenção administrativa, capacitação e ajudas de custo	48
Gráfico 5 - Risco de crédito - perdas esperadas	7	Gráfico 31 - Execução orçamentária: gastos finalísticos	48
Gráfico 6 - Risco de crédito - perdas esperadas agravadas	8	Gráfico 32 - Distribuição geral dos gastos	49
Gráfico 7 - Planos por índice de solvência – modalidade BD	8	Gráfico 33 - Arrecadação - Tatic e multas	51
Gráfico 8 - Projeção dos limites para taxas atuariais	8	Gráfico 34 - Servidores por gênero	53
Gráfico 9 - Crescimento populacional – participantes ativos, aposentados e pensionistas	9	Gráfico 35 - Proporção de homens e mulheres ocupando cargos comissionados ou funções gratificadas	53
Gráfico 10 - Previdência complementar dos servidores públicos - população ativa	9	Gráfico 36 - Proporção de ocupação por gênero de cargos comissionados ou funções gratificadas	53
Gráfico 11 - Manifestações recebidas em 2018	22	Gráfico 37 - Servidores por raça	53
Gráfico 12 - Manifestações recebidas por canal de acesso	22	Gráfico 38 - Distribuição dos servidores por faixa etária	54
Gráfico 13 - Resultados da Auditoria em 2018	25	Gráfico 39 - Distribuição de servidores por unidades da Previc	54
Gráfico 14 - Processos de Licenciamento em 2018	36	Gráfico 40 - Ações de capacitação em 2018	56
Gráfico 15 - Processos de Habilitação em 2017 e 2018	36	Gráfico 41 - Bolsas de pós-graduação 2017-2018	56
Gráfico 16 - Indicadores de Fiscalização	38	Gráfico 42 - Resultado consolidado da pesquisa de clima organizacional 2018	57
Gráfico 17 - Matriz de riscos de governança	38	Gráfico 43 - Evasão de servidores, total Previc, 2013-2018	57
Gráfico 18 - Representatividade no sistema das EFPC sob fiscalização	38	Gráfico 44 - Evasão de servidores - áreas finalísticas - 2013-2018	57
Gráfico 19 - Indicadores de denúncias e representações	38	Gráfico 45 - Contratações	59
Gráfico 20 - Evolução das EFPC sob regimes especiais	40	Gráfico 46 - Gastos por finalidade (R\$ 1000)	59
Gráfico 21 - Evolução do número de TAC'S firmados	40	Gráfico 47 - Contratações TIC - 2018	61
Gráfico 22 - Representações encaminhadas	40		
Gráfico 23 - Histórico anual de autos de Infração	40		
Gráfico 24 - Organizadores de eventos previdenciários em 2018	43		
Gráfico 25 - Número de ações a cada edição da Semana Enef	44		
Gráfico 26 - Distribuição das ações da 5ª Semana Enef	44		

# Lista de siglas

AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

AFDA - Ações Fiscais Diretas Amplas

AFDD - Ações Fiscais Diretas Direcionadas

AFDE - Ações Fiscais Diretas Específicas

AI - Auto de Infração

AMGD - Acordo de Metas de Gestão e Desempenho

Audi - Auditoria Interna

AFRFB - Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

BC - Banco Central do Brasil

BD - Benefício Definido

CAF - Comitê de Acompanhamento e Fiscalização

CD - Contribuição Definida

CEPrevic - Comissão de Ética da Previc

Cexti - Comitê Executivo de Tecnologia da Informação

Cgov - Comitê de Governança da Previc

CGU - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNA - Comissão Nacional de Atuária

CNI - Comissão Nacional de Investimentos

CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefício

CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CGMO - Coordenação-Geral de Monitoramento

CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

COC - Comitê de Orientações e Consultas

Coes - Comitê Estratégico de Supervisão

Conef - Comitê Nacional de Educação Financeira

CP - Comissão Permanente

CPADS - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos

CPCF - Comissão Permanente de Prevenção e Controle Financeiro

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

Cpgov - Comissão Permanente de Governança

CRPC - Câmara de Recursos da Previdência Complementar

CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

CV - Contribuição Variável

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Enccla - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Dataprev - Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social

Dicol - Diretoria Colegiada

Difis - Diretoria de Fiscalização e Monitoramento

Dilic - Diretoria de Licenciamento

Dinor - Diretoria de Orientação Técnicas e Normas

Dirad - Diretoria de Administração

Dirf - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte

DPAP - Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação

EFPC – entidades fechadas de previdência complementar

Enap - Escola Nacional de Administração Pública

Enef - Estratégia Nacional de Educação Financeira

EPPGG - Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental

ER - Escritórios de Representação

Esaf - Escola de Administração Fazendária

ESI - Entidades Sistemicamente Importantes

FEA-USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Gafi - Grupo de Ação Financeira Contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo

GTID - Grupo de Trabalho dos Indicadores da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento

GSI/PR - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

IAFD - Índice de Execução de Ações Fiscais Diretas

IIRC - Conselho Internacional de Relato Integrado (International Integrated Report Council)

ILA - Índice de Liquidez Ampla

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Iops - Organização Internacional de Fundos de Pensão (International Organisation of Pension Supervisors)

Iper - Índice de Execução da Supervisão Permanente

IS - Índice de Solvência

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

LOA - Lei Orçamentária Anual

MF - Ministério da Fazenda

MP - Ministério do Planejamento e Gestão

PAF - Plano Anual de Fiscalização e Monitoramento

PCC Previc - Plano de Cargos e Carreiras Previc

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PF - Procuradoria Federal

PGA - Plano de Gestão Administrativa

PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações

PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

Pmimf - Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda

PPA - Plano Plurianual

Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PTA - Plano de Trabalho Anual

REP - Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar

RFB - Receita Federal do Brasil

SBR - Supervisão Baseada em Risco

SEI - Sistema eletrônico de informação

Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SIASS - Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor

Sisac - Sistema Integrado de Admissões e Concessões

SLU - Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

SP - Supervisão Permanente

SPC - Extinta Secretaria de Previdência Complementar

Sipac - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

Susep - Superintendência de Seguros Privados

Tafic - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

# Expediente

*Relato Integrado 2018*

Publicação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Relatório de Gestão na forma da Decisão Normativa TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

**DIRETORIA COLEGIADA:**

Diretor-Superintendente

**Fábio Henrique de Sousa Coelho**

Diretor de Licenciamento

**Carlos Marne Dias Alves**

Diretor de Fiscalização e Monitoramento

**Sérgio Djundi Taniguchi**

Diretor de Orientação Técnica e Normas

**Christian Aggensteiner Catunda**

Diretora de Administração

**Rita de Cássia Correa da Silva**

**COORDENAÇÃO GERAL:**

Coordenador-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Denis Ernesto Ritter von Kostrisch**

Chefe da Assessoria de Comunicação Social e Parlamentar

**Fábio de Oliveira Nobre Formiga**

**GRUPO DE TRABALHO:**

Almir dos Santos Nolêto Filho, Ana Carolina Baasch, Edson Dias Pinheiro, Helio Francisco Matos Miranda, Leonardo Frota Alves, Manoel Robson Aguiar, Mariana Horigoshi Pregmolato, Mário Galvão de Souza Soria, Nivea Cleide Ferreira dos Santos, Paulo Roberto Pereira de Macedo, Roberto de Oliveira Mota, Silvan Lucas de Sousa Júnior

**EQUIPE TÉCNICA:**

Redação e copidesque

**Maria Luiza Faria Fabello Vaz**

Diagramação e Arte

**Leandro Resende Lourenço**

**AGRADECIMENTOS:**

Fernando Luiz Ferreira da Silva, Guilherme Affonso Browne, Jorge Luiz Fonseca Frischeisen, Mariana Mainenti Gomes, Tauan Lopes de Carvalho, Veridiana Leonel Lima, Welington Rodrigues Marques